



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

ROTEIRO SOBRE EXPERIÊNCIAS
INTERNACIONAIS DE
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Jackson Silva Ribeiro

Valter Pomar



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

ROTEIRO SOBRE EXPERIÊNCIAS
INTERNACIONAIS DE
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Jackson Silva Ribeiro

Valter Pomar



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente (interino): Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis,
Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira,
Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da coleção: Valter Pomar

Autores: Jackson Silva Ribeiro e Valter Pomar

Revisão: Rita Camacho

Projeto Gráfico e diagramação: Capto RH

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117–091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	7
SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS	21
AVENTURAS DO PT NA CHINA	41
A FORMAÇÃO E A LINHA POLÍTICA DO PT	53
UM PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PT	59
SOBRE “O ALFAIATE DE ULM” Esta história também nos diz respeito	71
ANTONIO MARTINS E O OTIMISMO DA ESQUERDA NÃO PETISTA	77
BERNIE SANDERS: DERRETENDO CORAÇÕES	79
O QUE NÃO FAZER?	81
ENTREVISTA DE VALTER POMAR AO WILSON JUNIOR SOBRE O FORO DE SP	101
LÊNIN	111
ROTEIRO (TENTATIVO) PARA PLENÁRIA DE NOVOS FILIADOS AO PT	141
O XVIII ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO	151

APRESENTAÇÃO

Este livreto é o último de uma série de subsídios ao 8º Congresso Nacional do PT elaborados por decisão da subcomissão dedicada ao tema organização e estatutos.

Ele deveria ter sido publicado há 60 dias, mas um dos autores convidados — por desgraça, a mesma pessoa responsável por estas linhas — só agora cumpriu sua tarefa. Cumpriu em termos: ao invés de produzir um texto conforme a encomenda, escolheu fazer um roteiro de estudo sobre experiências internacionais e selecionou diversos textos de sua autoria, escritos em épocas diferentes, sobre temas internacionais ou correlatos.

Como a essa altura do campeonato era pegar ou largar, o responsável pela edição do livro (eu) decidiu aceitar a proposta do autor (eu mesmo) e, portanto, o leitor desta coletânea terá pela frente o seguinte: um texto inédito, escrito no dia 19 de abril de 2026 e intitulado “Roteiro sobre experiências internacionais de organização”; extratos de uma publicação chamada “Aventuras do PT na China”, resultado de uma viagem realizada em abril de 2024 a várias cidades chinesas; a transcrição de uma palestra realizada no Rio de Janeiro, por ocasião da comemoração (fora de data) do aniversário do PT, em 20 de fevereiro de 2024, intitulada “A formação e a linha política do PT”; um texto intitulado “Um panorama histórico sobre a política de formação do PT”, versão editada de uma palestra ministrada no dia 26 de maio de 2021, como parte do curso “Nova Primavera: desafios e polêmicas”, promovido pelo Centro Cultural Esperança é Vermelha; um texto sobre o Parti-

do Comunista Italiano (“Sobre ‘O alfaiate de Ulm’”), escrito em 2017; um textícuo intitulado “Antonio Martins e o otimismo seletivo da esquerda não petista”, publicado no dia 11 de junho de 2017; outro textícuo, desta vez intitulado “Bernie Sanders: derretendo corações”, publicado no dia 3 de fevereiro de 2016; um roteiro sobre “Experiências Internacionais de Organização Partidária”, elaborado para o Seminário sobre Organização Partidária, promovido pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores nos dias 27 e 28 de agosto de 2015, em São Paulo capital; as perguntas e respostas que dei em uma entrevista sobre o Foro de São Paulo, em junho de 2015; um roteiro de uma palestra feita em abril de 2015 sobre o pensamento de Lênin, durante um curso internacional organizado pela Escola Florestan Fernandes (ligada ao MST); um roteiro (tentativo) para plenária de novos filiados ao PT, publicado em 19 de abril de 2013; um texto de 2010, sobre o Foro de São Paulo, publicado na revista *Teoria e Debate*.

Um dos critérios adotados para compor esta seleção foi o de evitar textos “de luta interna”, ou seja, que polemizassem aberta e explicitamente com militantes e tendências do Partido. Salvo engano, os textos selecionados são suficientemente diplomáticos. Ou quase.

Além disso, o leitor também poderá ler neste livreto um roteiro de leituras acerca de experiências partidárias. Este capítulo bibliográfico foi elaborado pelo Jackson Silva Ribeiro. Os demais textos da coletânea são da lavra do autor destas linhas. Pretendemos, futuramente, engordar este roteiro com mais indicações de livros, mas também de filmes e documentários.

Esperamos que, como os demais subsídios publicados anteriormente, este seja útil para a reflexão que o PT fará no seu 8º Congresso Nacional.

Valter Pomar

Diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Antes de entrar no mérito, uma breve contextualização. Em 6 de dezembro de 2025, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores decidiu convocar o 8º Congresso Nacional. Na mesma ocasião, foi eleita uma comissão coordenada por Jilmar Tatto, composta por quatro outros dirigentes responsáveis pela elaboração de projetos de resolução sobre conjuntura e tática (Anne Moura), diretrizes de governo 2027-2030 (Cristiano de Oliveira), programa do partido (José Dirceu) e organização e estatuto (Valter Pomar). Posteriormente, foi encomendado a Paulo Okamoto que ficasse responsável por um quinto projeto de resolução, sobre a Fundação Perseu Abramo.

Cada um desses cinco dirigentes adotou uma sistemática própria de trabalho. Meu ponto de vista está aqui: ‘A classe trabalhadora tem que participar do PT’ | Partido dos Trabalhadores. As opiniões dos cinco coordenadores sobre o Congresso podem ser assistidas aqui: PT realiza 8º Congresso Nacional com foco em Soberania, Reconstrução e Futuro | Partido dos Trabalhadores. E os documentos produzidos por cada um podem ser acessados aqui: 8º Congresso Nacional do PT - Soberania, Reconstrução e Futuro.

No caso da subcomissão de organização e estatuto, constituímos um Grupo de Trabalho aberto a interessados, que fez várias reuniões virtuais e um seminário presencial, além de solicitarmos aos interessados que nos enviassem propostas. Desse processo, resultou uma sistematização com 139 projetos de resolução sobre

diferentes questões organizativas e estatutárias, que pode ser lida aqui: ORGANIZAÇÃO E ESTATUTOS (VERSÃO FINAL)

Além disso, produzimos cinco livretos com subsídios ao debate. O primeiro deles, organizado por Alana Gonçalves, contém todas as resoluções adotadas pelo Partido, desde 1980, sobre temas organizativos e estatutários. O segundo deles, feito por André Oliveira, apresenta um diagnóstico estatístico da situação partidária. O terceiro livreto traz os resultados de uma pesquisa com a militância, organizada por Ruan Bernardo e Izabel Costa. O quarto deles é uma coletânea de entrevistas, feitas por Rita Camacho, com ex-presidentes nacionais do Partido e, também, com o presidente Edinho Silva. O quinto livreto é um ensaio da professora Maria Caraméz Carlotto, conselheira da Fundação Perseu Abramo, sobre o contexto presente e futuro da atuação do Partido dos Trabalhadores. Os cinco livros são digitais e estão disponíveis para download no site da Fundação Perseu Abramo: <https://fpabramo.org.br/2026/01/09/8o-congresso-do-pt-acesse-o-compilado-de-resolucoes-de-encontros-e-congressos-1980-a-2025/>

Nosso plano de voo incluía produzir um sexto livreto, sobre experiências internacionais. Este sexto livreto continha duas partes: uma relação bibliográfica, realizada por Jackson Silva Ribeiro e entregue no prazo devido; e um texto analítico, de responsabilidade do autor destas linhas, que prometeu entregar o texto em fevereiro, adiou para março e somente entregou agora, quando faltam poucos dias para a abertura do 8º Congresso Nacional do PT. Apesar do atraso, entendemos que é útil a divulgação deste sexto livreto, até porque não está claro se o plenário do Congresso conseguirá debater todos os temas ou se haverá uma continuidade, em outra data.

Isto posto, entrando no tema: embora não haja uma pesquisa que permita confirmar a afirmação que virá a seguir, é bastante provável que a grande maioria dos filiados e filiadas ao PT não

conheça outra experiência partidária, além da petista. E, sobre a petista, conheça pouco a “pré-história” (final dos anos 1970) e a história do Partido nas suas primeiras décadas de vida (anos 1980 e 1990). Obviamente, isto é principalmente uma responsabilidade do Partido, que precisaria garantir ao conjunto da Nação petista maior acesso a espaços e instrumentos de formação política. Aliás, quem tiver interesse nesta história, recomendo a coleção História do Petismo, que, neste momento, está no seu segundo volume (ver: <https://land.kotter.com.br/historia-do-petismo-landing.html>).

Se a nossa própria história é pouco conhecida, que dizer da história de outros partidos mundo afora? Evidente que a militância que acompanha os sites do Partido e da Fundação Perseu Abramo, bem como o noticiário internacional, seguramente já ouviu falar no Foro de São Paulo, nos partidos comunistas de Cuba e da China, no Partido Socialista Unido da Venezuela, no Movimento Renovador Nacional de Claudia Sheinbaum, no Democratic Socialist of America dos Estados Unidos, no Partido Socialista Operário Espanhol de Pedro Sánchez, no Congresso Nacional Africano de Nelson Mandela e que até hoje governa a África do Sul, sem falar, é claro, na Frente Ampla do Uruguai, entre outras organizações vinculadas à esquerda na América Latina e Caribe, na África, Ásia e Europa. Boas fontes a respeito, aliás, são a coleção *Nossa América Nuestra*, da própria Fundação Perseu Abramo, que também editou dois livros e um caderno sobre o Foro de São Paulo, além do livro do Kjeld Jakobsen sobre a política de relações internacionais do Partido dos Trabalhadores.

Tudo isto contabilizado, porém, é preciso reconhecer que nosso conhecimento coletivo — por coletivo refiro-me aos três milhões de filiados/as, ao meio milhão que votou no PED 2025 e aos cerca de 80 mil filiados e filiadas que na mesma ocasião concorreram a algum cargo partidário — acerca da experiência partidária em outros países é muito reduzido.

Assim sendo as coisas, o que vamos fazer aqui é um roteiro pa-

ra estudo, que começa com uma afirmação que pode soar contraditória: é importante conhecer a história de outros partidos, mas esta história confirma que o mais importante é conhecer a história do nosso país, o que inclui suas relações com o mundo, suas classes e luta de classes, sua cultura geral e suas tradições políticas.

Partidos de trabalhadores tiveram grande êxito ou, mesmo sem grande êxito, constituem uma força com influência significativa, onde conseguiram criar raízes nacionais. Isso não necessariamente significa ser “nacionalista”, no sentido estreito da palavra, como é demonstrado pelo caso do Partido Comunista de Cuba, que possui tradições nacionais fortíssimas (a estátua de José Martí em Havana não nos deixa mentir) e que, ao mesmo tempo e talvez por isso mesmo, deu e segue dando mostras de um grande internacionalismo.

Alguém pode dizer que isto é uma expressão do internacionalismo proletário supostamente típico do movimento comunista, mas a esse respeito cabe uma segunda afirmação: embora sejamos tentados a enquadrar as organizações existentes mundo afora a partir de seu pertencimento a este ou aquele ramo ideológico da grande família da esquerda, a verdade é que embora o “rótulo ideológico” importe, mais importante é o conteúdo concreto da ação de cada partido na luta de classes dentro do seu próprio país e a política que defende e implementa na arena internacional.

O fato de uma organização se denominar partido, frente, comunista, socialista, social-democrata, de libertação, de esquerda, nacional e/ou revolucionário, de trabalhadores, operária, camponesa ou popular tem sua relevância para entender quem é esta respectiva organização, mas, como dissemos antes, o mais relevante é conhecer as posições concretas que toma na luta política e ideológica que está em curso no mundo, na região e no seu próprio país. Talvez seja também por isso que Lula, no discurso que fez no

aniversário de 46 anos do PT, em Salvador (Bahia), se caracterizou como “social-democrata, mas revolucionário”.

Disso tudo, decorre uma terceira afirmação: experiências são ótimas, modelos não. A trajetória política da classe trabalhadora, no Brasil e mundo afora, é cheia de exemplos de que podemos e devemos aprender com as experiências de outros partidos e organizações. Aliás, o Foro de São Paulo, que existe desde 1990, foi e segue sendo um espaço muito importante de intercâmbio — nem sempre pacífico — das experiências políticas e organizativas da esquerda latino-americana e caribenha. Mas é um erro achar que as experiências organizativas são como certas tecnologias produtivas e administrativas que (supostamente) podem ser aplicadas de maneira similar em diferentes países. Pior ainda quando se tenta copiar e colar modelos organizativos que “funcionaram” não apenas em outras regiões, mas também em outras épocas históricas. Também por isso, o cemitério de partidos está cheio de autoproclamados “leninistas”, “maoístas”, “castristas”, “chavistas” etc.

Uma última observação: um pensador alemão disse uma vez que a coruja do conhecimento alça voo ao anoitecer. Dito de outra forma: a gente consegue conhecer as coisas quando as coisas já estão mudando. O caso do PT é muito ilustrativo disto: quando o Partido foi criado, o centro de nossa atividade era a luta social. A partir dos anos 1990 e até agora, o centro de nossa atividade passou a ser — gostemos ou não disso — a luta eleitoral. Isso produziu seus êxitos, a começar por um fato inédito na história brasileira: das últimas nove eleições presidenciais, o PT venceu cinco e ficou em segundo lugar nas outras quatro (não fosse o golpe de 2016-2018, o placar seria seis a três). Mas, apesar dos êxitos, a institucionalização do Partido produziu problemas gravíssimos, que devem ser debatidos no 8º Congresso com o objetivo de continuarmos tendo êxitos eleitorais sem os efeitos colaterais descaracterizadores que, se não todo mundo, a grande maioria de nós reconhece. O curioso é que estamos fazendo este debate no mesmo período his-

tórico em que parte da classe dominante — no Brasil e no mundo — está dando “adeus às urnas”, o que exigirá de nós um grau de organização militante superior ao que conseguimos ter nos anos 1980. Ou seja, estamos debatendo como corrigir os problemas do presente e do passado recente, quando um futuro diferente já está batendo às nossas portas.

Na prática isto significa que — ao olhar para as experiências internacionais — devemos ser ecumênicos. Aliás, nossa política de relações internacionais pode ser definida desta forma: buscamos manter relações com partidos de esquerda e progressistas de diferentes tipos e orientações, inclusive dentro de um mesmo país. O que para alguns pode soar como oportunismo e falta de critério, para nós parece uma exigência dos tempos que vivemos e, também, uma decorrência de um aprendizado prático: relações partidárias, assim como as relações entre governos e Estados, não podem ser definidas apenas com base em critérios doutrinários. Claro que as pequenas organizações de esquerda pensam diferente. Mas partidos de massa, com grande influência política em seus próprios países e no mundo, são obrigados a manter algum tipo de relação com diferentes tipos de amigos e, inclusive, com alguns inimigos. O problema não está em manter estas relações, mas, sim, quando se começa a confundir focinho de porco com tomada, ou seja, quando se acha que todos são “companheiros”.

Tudo isso posto, o que segue é um roteiro para a militância que deseja conhecer experiências de partidos em outros países, que talvez possam ser úteis para nossa atuação aqui no Brasil. No segundo capítulo deste livro, temos um índice bibliográfico para quem deseje ler mais a respeito, além das obras que citamos nas notas de rodapé deste texto. Como todo roteiro, ele revela as idiossincrasias do autor, portanto, quem não gostar desse, jogue fora e monte o seu, sem culpa, dó nem piedade.

O mais importante partido de esquerda existente no mundo é o Partido Comunista da China, com quase 100 milhões

de militantes e com mais de 100 anos de história. Trata-se de um partido que já fez de tudo um pouco, desde luta de massa (greves, ocupação de terra, mobilizações urbanas), passando por duas décadas de luta armada (1927-1949) e por mais de 70 anos controlando o poder de Estado. Evidentemente, possui um imenso repertório de experiências organizativas. Mas, ao mesmo tempo, possui uma tradição histórica, cultural e política muito diferente da brasileira. Alguns detalhes acerca dessa tradição podem ser lidos aqui: <https://www.brasil247.com/entrevistas/novo-livro-de-valter-pomar-aborda-relacoes-entre-pt-brasil-e-china>.

Na Ásia, há outros partidos que merecem atenção, como é o caso do Partido Comunista do Vietnã, dos partidos comunistas da República Democrática e Popular da Coreia e da Índia, sem esquecer do Congresso Nacional Indiano. Mas, como já dissemos, é preciso levar em conta as imensas diferenças históricas, culturais e políticas.

Na Europa (neste caso, incluindo a Rússia), o PT mantém relações com inúmeros partidos, alguns originados da família comunista, outros da família social-democrata e vários que não se identificam com nenhuma destas famílias. Todos eles já foram, no passado mais ou menos recente, muito poderosos. Mas, hoje, boa parte deles enfrenta grandes dificuldades políticas e eleitorais, inclusive devido ao ascenso da extrema-direita.

Aliás, para não dizer que não falamos dos espinhos, é muito importante — ao estudar a experiência de partidos de trabalhadores mundo afora — não esquecer de estudar também nossos inimigos. Os partidos que alguns chamam de neofascistas conseguiram uma grande influência junto a setores da classe trabalhadora, mantêm uma atividade militante e uma batalha ideológica permanentes, além de uma rede internacional ativa e perigosa. Um panorama geral sobre a extrema-direita pode ser lido aqui: A extrema-direita como ameaça para a governança mundial. [Artigo](#)

de Monica Herz e Giancarlo Summa - Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Voltando aos nossos parentes, alguns muito distantes, vale a pena conhecer algumas experiências. Na família social-democrata, é importante conhecer o Partido Social Democrata Alemão, cuja fundação remonta a 1875; bem como o Partido Socialista Operário Espanhol, fundado em 1879. São partidos bem diferentes entre si, tanto organizativa como politicamente, como fica demonstrado pelas diferentes posições que assumiram frente ao genocídio palestino. Já na família comunista, é importante conhecer o Partido Comunista Português e a experiência da Esquerda Unida da Espanha (uma coalizão de organizações que funciona desde 1986). Comunistas portugueses e espanhóis defendem, em várias questões, posições políticas diferentes e também possuem tradições organizativas distintas. Para além destas duas famílias mais tradicionais, há outras organizações de esquerda que merecem ser conhecidas, seja por razões políticas, organizativas ou por ambas. É o caso, por exemplo, da França Insubmissa e do Bloco de Esquerda de Portugal.

Entretanto, um alerta geral: na Europa, a política é muito mais institucionalizada do que na América Latina e Caribe. Um dos efeitos disso é que — em muitos casos — a relação dos partidos com os movimentos sociais é menos intensa do que no Brasil. E a dinâmica parlamentarista é muito mais intensa do que aqui, embora haja outro lado da medalha: o controle do Partido sobre seus parlamentares é maior devido ao sistema eleitoral oficial. Seja como for, há experiências organizativas interessantíssimas, como, por exemplo, a Festa do Avante e a organização que o partido alemão Linke adotou nas recentes campanhas eleitorais. Por falar em Linke: esse partido viveu, recentemente, uma cisão. Dirigentes e militantes importantes desta organização resolveram que, para disputar contra a influência da extrema-direita junto à classe trabalhadora, era necessário assumir alguns pontos de vista típicos

da extrema-direita em assuntos como a política para os migrantes. O resultado, pelo menos até agora, não foi exitoso — ainda bem —, mas o ocorrido merece ser estudado, porque não é o único lugar em que pessoas de esquerda assumem atitudes e bandeiras da direita, supostamente para barrar a influência desta mesma direita sobre os trabalhadores.

Sobre a África, temos um déficit imenso de conhecimento. Com exceção dos clássicos — as organizações que dirigiram a luta anticolonial contra Portugal, a Frente Polisário que luta pela independência do Sahara Ocidental, o Congresso Nacional Africano e o Partido Comunista Sul Africano —, são poucos os países onde o PT tem relações permanentes. A boa notícia é que a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria de Relações Internacionais do PT estão discutindo, conjuntamente, como enfrentar este déficit, inadmissível por qualquer critério, tendo em vista não só nossos laços com a África, mas também a importância que este continente tem na presente e futura situação mundial. Isto posto e até lá, por onde começar um estudo? Uma possibilidade seria o Movimento Popular de Libertação de Angola, a Frente de Libertação de Moçambique e o Congresso Nacional Africano. Mas, nesse caso, é preciso lembrar que esses três partidos — que no passado lutaram de forma revolucionária pelo poder — hoje são partidos que carregam as marcas de, há várias décadas, controlar o poder de Estado ou boa parte dele. No caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), recomenda-se assistir ao seminário, cujas íntegras das várias mesas apresentadas estão disponíveis no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLtsJqckMj3D6WNbjVcQ2G9Ysj6vWHVZ9Y>.

Esse seminário deu origem ao livro PALOP: Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, que está disponível para download aqui: <https://>

fpabramo.org.br/livro/palop-cinco-decadas-de-independencia-e-percurso-dos-paises-africanos-de-lingua-oficial-portuguesa/

Outro lugar que conhecemos pouco são os Estados Unidos. O que é absurdo, tendo em vista a importância mundial e regional daquele país, mas é verdade. O primeiro a dizer é que, nos EUA, a esquerda existe e tem uma longa e belíssima história. Nos tempos presentes, uma das manifestações desta esquerda é o Democratic Socialist of America, organização que nos últimos anos conseguiu crescer junto à juventude, ao movimento sindical e vem obtendo uma representação eleitoral muito importante. Para além disso, é preciso lembrar que boa parte dos partidos de esquerda latino-americanos e caribenhos tem presença organizada nos EUA, inclusive o PT. Tendo em vista o tamanho da classe trabalhadora naquele país e o peso dos migrantes nesta classe trabalhadora, é muito importante conhecer os processos organizativos e as lutas que ali estão sendo travadas.

Finalmente, chegamos aos nossos vizinhos da América Latina e Caribe. Em boa medida graças ao Foro de São Paulo, conhecemos bem melhor os partidos de trabalhadores existentes em nossa região. Uma visão panorâmica pode ser obtida da leitura dos livros da FPA sobre o Foro de São Paulo e dos livros da coleção Nossa América Nuestra (sobre Bolívia, Cuba, Chile, Uruguai, El Salvador, Equador, Paraguai e Venezuela, disponíveis no site da FPA. Veja item 19 das sugestões bibliográficas sugeridas neste livreto). Mas, exatamente porque conhecemos mais e são todos de muita importância para nós, é difícil sugerir os casos mais relevantes.

Entretanto, como escolher é preciso, vamos lá. As duas experiências mais longevas em nossa região são o Partido Comunista de Cuba e a Frente Ampla do Uruguai. A história de Cuba é mais conhecida e o funcionamento interno do PC não tem grandes surpresas. Já a história da Frente Ampla desde 1971 é menos conhecida e seu funcionamento interno tem particularidades muito interessantes. Por exemplo, trata-se de um partido-frente, o que se

traduz inclusive no plano eleitoral, o que é possibilitado pela legislação uruguaia. Outra particularidade: as organizações integrantes possuem representação na direção da Frente, mas as bases que não pertencem a nenhuma dessas organizações também possuem representação própria (no caso do PT, seria como se os militantes que não pertencem a nenhuma tendência pudessem se fazer representar diretamente nas instâncias). Para além dessas características estatutárias, é interessante estudar o movimento político organizativo que a Frente Ampla fez quando perdeu a eleição presidencial em 2019, depois de 15 anos presidindo o Uruguai. A saber: um intenso debate político, combinando com um movimento organizado de contato com as bases sociais e eleitorais.

Falamos de duas experiências longevas, agora, recomendamos estudar duas experiências muito recentes: o Movimento de Renovação Nacional do México e o Pacto Histórico da Colômbia. Antes de mais nada, alertamos para uma falta de coincidência: entre 1999 (vitória de Chavez) e 2010 (eleição de Ollanta Humala no Peru), a América Latina e o Caribe viveram uma onda de vitórias eleitorais por parte de partidos de esquerda e progressistas. Durante essa onda, não tivemos êxito nem no México nem na Colômbia. Aí veio uma entressafra, com muitos golpes e derrotas. E foi exatamente nesta entressafra que conseguimos eleger Andrés Manuel López Obrador no México, em 2018; e Gustavo Petro na Colômbia, em 2022. Nos dois países, não há o instituto da reeleição. No México, o Morena conseguiu eleger Cláudia Scheinbaum. E, na Colômbia, a eleição presidencial que vai decidir o sucessor de Petro acontecerá em 31 de maio de 2026, cerca de um mês depois do 8º Congresso do PT.

México e Colômbia têm histórias muito singulares, impossíveis de resumir aqui. Nos dois casos, a esquerda possui uma longa presença na luta social, na luta eleitoral e também na luta armada. Em ambos os casos, há muitos partidos de esquerda, mas há duas organizações claramente hegemônicas: o Morena no México e o

Pacto Histórico na Colômbia. O Pacto ainda está no começo de sua caminhada, possui uma natureza frentista e, evidentemente, parte de seu futuro depende do processo eleitoral presidencial deste ano. Já o Morena é um partido relativamente novo, mas com uma intensa experiência organizativa, de mobilização nacional e de disputa ideológica na sociedade mexicana, que — vamos lembrar — foi palco de uma das primeiras e maiores revoluções da história do século 20.

Parte da história do Morena está vinculada ao fracasso de outro partido, chamado Partido da Revolução Democrática, criado em 1989 e um dos fundadores do Foro de São Paulo. Principal partido da esquerda mexicana ao longo dos anos 1990, o PRD foi aos poucos se institucionalizando, se burocratizando, vivendo lutas internas destrutivas entre líderes regionais, fazendo alianças descaracterizadoras, até perder sua legenda eleitoral em 2024. Andrés Manuel López Obrador foi uma liderança importante do PRD antes de romper, criar o Morena e eleger-se presidente.

Antes de terminar este roteiro, uma sugestão mais: a história dos partidos da classe trabalhadora, do anarquismo, do socialismo, do comunismo e da esquerda em geral é uma fonte praticamente inesgotável de livros, filmes, documentários, relatos, entrevistas e estudos. Na bibliografia que vem a seguir, indicamos algumas fontes. E pedimos a quem possa que nos sugira outros materiais. Parte dessas fontes trata da história das internacionais. Outra parte aborda as teorias políticas e organizativas das diferentes famílias da esquerda. Há, ainda, textos de viés mais acadêmico sobre “teorias dos partidos políticos”. Tudo muito importante e merecedor de ser lido com espírito crítico. Entretanto, é preciso lembrar dos fundamentos, no nosso caso, da classe trabalhadora.

Quando Marx e Engels escreveram o Manifesto do Partido Comunista, disseram que cabia ao proletariado construir uma nova sociedade, sem exploração nem opressão. Anos depois, quando Marx escreveu a declaração inaugural da Associação In-

ternacional dos Trabalhadores (posteriormente conhecida como a Primeira Internacional), disse que a libertação da classe trabalhadora será obra da classe trabalhadora. Este deve ser o nosso espírito, quando construímos o nosso Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras e, também, quando buscamos aprender com experiências internacionais: partidos são instrumentos, são meios que contribuem para que algum dia os que produzem as riquezas detenham o poder de decidir o que produzir, como produzir e como distribuir essas riquezas. Nessa luta, o genial Lênin dizia que a classe trabalhadora só tinha uma arma: a organização. Fazer com que nosso Partido seja esta arma é o melhor que podemos almejar nesses tempos de crise e guerra em que vivemos.

p.s.1. Enviei este texto para muitas pessoas, que já haviam contribuído anteriormente com sugestões para a bibliografia que está no próximo capítulo, sistematizada por Jackson Silva Ribeiro. A todas, nosso agradecimento e perdão por não serem citadas nominalmente.

p.s. 2. Uma das observações que foram feitas, já na reta final de edição deste livreto, aponta que faltou citar três experiências importantes para nós: i/“o peronismo e suas ramificações - continua sendo um grande movimento de massas e a política da esquerda argentina é muito importante para nós”; ii/a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) ou Partido Aprista Peruano, “um partido político histórico de esquerda, fundado em 1924 por Víctor Raúl Haya de la Torre. Originado como uma frente anti-imperialista na América Latina, tornou-se uma das principais forças políticas do Peru no século XX”; iii/as experiências partidárias de iniciativa ou hegemônicas pelos povos originários, especialmente na Bolívia;

p.s. 3.Outra observação feita no apagar das luzes chama atenção para um tema que, propositalmente, escolhemos deixar em segundo plano: as coalizões internacionais. Mais precisamente se sugeriu

“uma menção aos dois blocos/federações de partido de esquerda que existem a nível de União Europeia. O primeiro deles é a European Left, mais antiga e que reúne partidos da esquerda mais tradicional (como o PC Português, a Refundação Comunista da Itália, o PC Francês, o PCE...). O segundo bloco é a European Left Alliance (ELA), fundada em agosto de 2024. A ELA reúne partidos de perfil mais “novo”, como o Bloco de Esquerda de Portugal, Razem da Polónia, LFI da França, além de partidos nórdicos”.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

1) Frente Ampla (FA), Uruguai

a) Documento de Balance y Autocrítica, VII Congreso Ordinario, 5 de Febrero de 1971, 50 Años de Unidad - FA (2021). Documento de balanço e autocrítica da FA que reúne uma avaliação interna das ações, erros e aprendizados, seguida de propostas de correção e recomendações.

Disponível em: <https://www.frenteamplio.uy/documento/balance-y-autocritica-congreso-50-anos-de-unidad/>

b) GARCÉ, A., & YAFFÉ, J. “La izquierda uruguaya (1971-2004): ideología, estrategia y programa”. América Latina Hoy, vol. 44, 2009. Estudo histórico analítico da FA (1971–2004) que descreve sua ideologia, estratégias e programa político, mapeando mudanças, debates internos e propostas estratégicas ao longo do período.

Disponível em: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/2486/2534>

c) Principios y valores compartidos del Frente Amplio - FA (2016). Apresenta os princípios e valores compartilhados da FA, definindo fundamentos ideológicos, objetivos políticos e normas de atuação coletiva; reúne diretrizes programática e organizativas para orientar a ação e a coesão interna do partido.

Disponível em: <https://www.frenteamplio.uy/wp-content/uploads/set6.pdf>

2) Pacto Histórico, Colômbia

a) Contribuciones al Debate Estratégico sobre el Problema del Poder en el Gobierno del Pacto Histórico - Alejandro Guerrero Hurtado (2024).

Reúne reflexões estratégicas sobre o exercício e disputa do poder político dentro do governo do Pacto Histórico.

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1zXZ8piDRPcEENUY4gZB3ZaJyF85nzqR4>

b) Movimiento Político Pacto Histórico. Estatutos (2025).

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/896896612/2-Estatutos-Pacto-Historico> ou <https://www.movimientopacto.co/estatutos>

c) Plataforma de Unidad del Pacto Histórico (2025).

Plataforma Programática Geral do Pacto Histórico.

Disponível aqui a versão digital publicada em dezembro de 2024: <https://www.pactohistoricoparticipa.com/post/anuncio-politico-general-unidad-del-pacto-historico-hacia-la-victoria-electoral-en-el-2026>

3) Morena, México

a) Programa de MORENA – Morena

Disponível aqui para download: <https://morenacdmx.mx/documentos-basicos-de-morena/>

Plataforma Programática Geral do Morena.

b) Estatuto de MORENA – Morena

Disponível aqui para download: <https://morenacdmx.mx/documentos-basicos-de-morena/>

c) IBARRA, Carlos Alberto Figueroa y VELADOR, Octavio Humberto Moreno. “Morena y la construcción de lo Nacional-Popular en México”. Religación, vol. 4 n. 17 (2019).

Disponível em: <https://revista.religacion.com/index.php/religacion/article/view/385>.

Discute o papel do partido Morena na construção de um projeto nacional-popular no México.

d) OBRADOR, Andrés Manuel López (Amlo). ¡Gracias! México: Planeta, 2024.

Coletânea que analisa o projeto político de Amlo e do Morena para a transformação social no México.”

4) Partido da Revolução Democrática (PRD), México

a) MEZA, Rosendo Bolívar. “Debacle electoral y fractura interna en el Partido de la Revolución Democrática”. Estudios Políticos, n.52, Cidade do México jan./abr. 2021.

Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16162021000100037

Analisa a debacle eleitoral e a fratura interna do PRD, mapeando causas, disputas de liderança e impactos na capacidade de articulação política.

b) ESPINOZA, Alberto Espejel. “El ocaso del Partido de la Revolución Democrática del consenso y la competencia fraccional a la degeneración partidária”. (2019).

Disponível em: <http://ri.uagro.mx/handle/uagro/2366?locale-attribute=en>

Analisa a crise e o declínio do Partido da Revolução Democrática (PRD).

c) MODONESI, Massimo. “México: el crepúsculo del PRD”. Nueva Sociedad, n. 234, jul.-ago. 2011.

Disponível em: <https://nuso.org/articulo/mexico-el-crepusculo-del-prd/>

Causas internas, disputas de liderança e seu impacto na crise do PRD.

5) Linke, Alemanha

a) Programme of the DIE LINKE Party - Die Linke EN (2011).

Disponível em alemão aqui: https://www.die-linke.de/fileadmin/1_Partei/grundsatzdokumente/programm_englisch/englisch_die_linke_programm_erfurt.pdf

Disponível em inglês aqui: <https://en.die-linke.de/party/documents/party-programme/>

Plataforma Programática Geral do Die Linke.

b) ALCÁNTARA, Miguel Sanz. “Las elecciones alemanas y el auge de la izquierda_ renovación y nueva política electoral (de base)”. Viento Sur, 7/4/2025.

Disponível em: <https://vientosur.info/las-elecciones-alemanas-y-el-auge-de-la-izquierda-renovacion-y-nueva-politica-electoral-de-base/>

Analisa as eleições alemãs e o crescimento do Die Linke.

c) BALHORN, Loren. “El improbable resurgimiento de Die Linke”, tradução de Florencia Oroz. Jacobin, 13/2/2025.

Disponível em: <https://jacobinlat.com/2025/02/el-improbable-resurgimiento-de-die-linke/>

Analisa o improvável ressurgimento do partido Die Linke, examinando causas, estratégias e o contexto político que permitiram sua recuperação.”

6) Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD)

a) Programa de principios del Partido Socialdemócrata Alemán - SPD ES (2007).

Disponível em: https://www.spd.de/fileadmin/Dokumente/Beschluesse/Grundsatzprogramme/hamburger_programm_spanische_fassung.pdf

Plataforma Programática Geral do SPD.

b) MERKEL, Wolfgang. “A tarefa que o SPD tem pela frente: promover valores comunitários e cosmopolitas”. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018.

Disponível em: <https://collections.fes.de/publikationen/ident/fes/14142>

Analisa os desafios que o SPD enfrenta para renovar sua estratégia política e reconquistar apoio popular, identificando fraquezas organizativas e eleitorais.”

c) MERKEL, Wolfgang e SCHROEDER, Wolfgang. “O dile-

ma de um partido popular reduzido à metade do tamanho original”. Nueva Sociedad, julho 2018.

Disponível em: <https://nuso.org/articulo/o-dilema-de-um-partido-popular-reduzido-metade-do-tamanho-original/>

Analisa o dilema do SPD ao ver-se reduzido à metade de seu tamanho, investigando causas da perda de apoio e desafios organizacionais.”

7) Partido Comunista da China (PCCh)

a) Constitution of the Communist Party of China - PC China (2022).

Disponível em inglês aqui: http://eng.chinamil.com.cn/CHINA_209163/TopStories_209189/10195159.html. Acesso em 29/1/26.

Plataforma Programática Geral do PC chinês.

b) Organizational Principles and Institutions of the Communist Party of China - Zhang Rongheng (2015).

Disponível em inglês aqui: <https://cpim.org/wp-content/uploads/old/marxist/201504-marxist-china.pdf>. Acesso em 29/1/26.

Analisa os princípios organizacionais, as estruturas e os mecanismos institucionais do PC Chinês.

c) PROZCZINSKI, Daniele. “As Quatro Gerações do Partido Comunista Chinês: Mídia e Cartazes de Propaganda”. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215136>

Reúne cartazes, imagens e análise histórica sobre as quatro gerações do PC Chinês, com foco em mídia e propaganda.”

8) Partidos políticos de esquerda na América Latina atual

a) ESPINOZA ROJAS, Francisco e CUBILLOS CELIS, Paula. “Hacia una Cartografía de Partidos de Izquierdas en América Latina: Imensiones de Convergencia y Diferenciación”. Santiago de Chile, Friedrich-Ebert-Stiftung, nov. 2023.

Disponível em: <https://collections.fes.de/publikationen/content/titleinfo/450323>

Reúne uma cartografia e análise comparativa de partidos de esquerda na América Latina.

b) GALLEGOS, René Ramírez (coord.). Tomar partido: Trayectos, aprendizajes y desafíos para los partidos progresistas en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2023.

Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/249066/1/Tomar-partido.pdf>

Analisa trajetórias, aprendizagens e desafios de partidos progressistas na América Latina e Caribe, reunindo estudos de caso e reflexões comparativas.

c) GAUDICHAUD, Franck; WEBBER, Jeffery R. e MODO-NESE, Massimo. “Los gobiernos progresistas latinoamericanos del siglo XXI. Ensayos de interpretación histórica”. México, abr. 2019.

Disponível em: <https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=5050>

Analisa os governos progressistas latino-americanos do século XXI, suas origens, programas e dinâmicas de poder.

9) Partidos políticos de Esquerda na Europa atual

a) Congreso Resoluciones 2025 - Partido Socialista Europeu PES (2025)

Disponível em espanhol aqui: https://pes.eu/wp-content/uploads/2025/10/Resolutions_ES_00_Final.pdf

Disponível em inglês aqui: https://pes.eu/wp-content/uploads/2025/10/Resolutions_EN_02_final.pdf

Resoluções do Congresso do PES (2025).

b) Manifiesto Elecciones Europeas 2024 - Partido de la Izquierda Europea (2024).

Disponível em espanhol aqui: <https://www.european-left.org/wp-content/uploads/2024/03/Manifiesto-Castellano.pdf>

Manifesto Eleitoral da Esquerda Europeia.

c) RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. “Metamorfoses políticas: da social-democracia aos partidos-movimento”. *Princípios*, v. 40 n. 161 (2021).

Disponível aqui: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/91>

Analisa a transformação dos partidos de esquerda, da social-democracia tradicional aos partidos-movimento, destacando mudanças organizacionais, estratégias de mobilização e novas formas de representação.

d) CUNHAL, Álvaro. *O Partido com Paredes de Vidro*. 6ª ed., 2002.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cunhal/1985/08/partido.pdf>

Analisa o Partido Comunista Português (PCP), sua organização interna, práticas de comunicação e os desafios enfrentados ao longo do tempo.

e) DALMASSO, Sergio. *Rifondare è Difficile*. *Rifondazione Comunista Dallo Scioglimento del PCI al “Movimento dei Mo-*

vimenti”. Torino: Edizioni Centro di Documentazione di Pistoia e CRIC, 2002.

Analisa a tentativa de refundação do comunismo na Itália desde o fim do PCI.

10) Partidos políticos de esquerda na África atual

a) BARBOSA, Muryatan S. “Pan-africanismo e marxismo: aproximações e diferenças a partir do pensamento africano contemporâneo”. *Fim do Mundo*, n. 4: jan./abr. 2021.

Disponível aqui: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/11675>

Analisa as convergências e tensões entre o pan-africanismo e o marxismo a partir do pensamento africano contemporâneo.

b) BRAGA, Manuel Maria. “Os partidos políticos africanos no virar do milénio: um ensaio preliminar”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 7/8/2005, pp. 53-77.

Disponível aqui: <https://journals.openedition.org/cea/1066>

Analisa a evolução e os desafios dos partidos políticos africanos no fim do século 20 e início do 21, examinando sua organização, relações com o Estado.

c) PEDRO, Martinho. “Elitização em ‘Partidos Históricos’ como fonte de uma fraca convivialidade e de graves conflitos sociais na África Austral: um estudo com enfoque em Moçambique”. *Revista Cadernos de África Contemporânea*, v. 7 n. 13, 2024.

Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cac/article/view/22729>

Analisa a elitização em partidos históricos na África Austral, mostrando como a captura por elites enfraquece a convivência social e alimenta conflitos graves e instabilidade política.

d) VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevitz (orgs.). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG, 2010.

Disponível aqui: https://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf

Radiografia político-social da África do Sul.

e) Frente Polisario Programa de Acción Nacional - Frente Polisario ES (2023).

Plataforma Geral Programática da Frente Polisario.

Página web da representação da Frente Polisário no Brasil:
<https://frentepolisario.com.br>

f) Frente Polisario: 50 anos de luta pela autodeterminação e independência do Saara Ocidental - Vários Autores (2023).

Traça a história e a luta da Frente Polisario ao longo de 50 anos, documentando sua formação, estratégias de resistência e reivindicação de autodeterminação do Saara Ocidental.

Página web da representação da Frente Polisário no Brasil:
<https://frentepolisario.com.br>

Sobre Partidos da África Austral

a) PAIGC. Manual Político - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). 2ª Edição. Editora Maria da Fonte. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/ano/paicg/index.htm>

b) CABRAL, Amílcar (1969). Alguns princípios do Partido. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cabral/1969/11/24.pdf>

c) FRELIMO (1968). Programa e Estatutos da FRELIMO [Frente de libertação], s/l, Cidac. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/frelimo/pdf/43.pdf>

d) Partido Frelimo (1977). Estatutos e Programa da Frelimo [Partido Frelimo M-L]. Documentos do 3º Congresso, Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Programa_e_estatutos/GvhEAQAAIAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=inauthor:%22FRELIMO+\(Organization\)%22&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Programa_e_estatutos/GvhEAQAAIAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=inauthor:%22FRELIMO+(Organization)%22&printsec=frontcover)

e) Partido Frelimo (1983). Estatutos e Programa. Coleção do 4º Congresso. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Estatutos_e_programa_do_Partido_FRELIMO/

n|YLAQAAIAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=inauthor:%22FRELIMO+(Organization)%22&printsec=frontcover

f) Partido Frelimo (1989) 5º Congresso. Documento Final. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Documento_final_resolu%C3%A7%C3%B5es_mo%C3%A7%C3%B5es/ypsNAQAAIAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=inauthor:%22FRELIMO+\(Organization\)%22&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Documento_final_resolu%C3%A7%C3%B5es_mo%C3%A7%C3%B5es/ypsNAQAAIAAJ?hl=pt-PT&gbpv=1&dq=inauthor:%22FRELIMO+(Organization)%22&printsec=frontcover)

g) Frelimo (1974). Comitês do Partido. Lourenço Marques (Maputo).

h) Frelimo (1975). As qualidades de um membro do Comitê Central. Maputo, Textos políticos-SIPEAAM.

i) BITTENCOURT, Marcelo (2002). “As linhas que formam o EME”. Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola [MPLA] Tese de mestrado em antropologia na USP.

11) Partidos políticos de esquerda na Ásia atual

a) NAUDET, Jules e REWAL, Stephanie tawa-lama. “¿Dónde está la izquierda en la India?”. Nueva Sociade, n. 276, jul./ago. 2018.

Disponível aqui: <https://nuso.org/articulo/donde-esta-la-izquierda-en-la-india/>

Analisa a presença e os desafios da esquerda na Índia, mapeando atores, estratégias e declínio eleitoral.”

b) Vários autores. “O movimento de cooperativas no estado de Kerala, na Índia”. Estudos sobre o socialismo em construção, n.2, dez. 2025. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Disponível aqui: <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudo-kerala-cooperativas/>

Analisa o movimento de cooperativas no estado de Kerala, Índia, descrevendo sua história, organização e impacto socioeconômico local.

c) LUEDEMANN, Marta da Silveira. “Vietnã: formação eco-

nômica e social e socialismo de mercado”. Revista Ciência Geográfica, v. 29 n. 2 (2025).

Disponível aqui: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/4215>

Analisa a formação econômica e social do Vietnã e a transição para um socialismo de mercado, descrevendo reformas, políticas públicas e seus efeitos socioeconômicos.

d) Monografia “The Communist Party of Vietnam: Empowering National Progress”, de autoria de pesquisadores russos e vietnamitas. Institute of China and Contemporary Asia of the Russian Academy of Sciences & Faculty of Political Science Vietnam University of Social Sciences and Humanities, 2022.

Disponível em inglês aqui: https://www.iccaras.ru/files/abook_file/The_Communist_Party_of_Vietnam_Empowering_National_Progress.pdf

Analisa o papel do Partido Comunista do Vietnã na promoção do progresso nacional e na condução das reformas econômicas/sociais e descreve sua organização.

e) Communist Party of India (Marxist) Programme (Adopted At the Seventh Congress of the Communist Party of India held at Calcutta, October 31 to November 7, 1964 * Updated at the Special Conference of the Communist Party of India (Marxist) held at Thiruvananthapuram, October 20-23, 2000).

Disponível em inglês aqui: <https://cpim.org/party-programme/>

Plataforma Geral Programática do Partido Comunista da Índia (Marxista).

f) The CPI(M) Programme: Updated In Tune with Changing Times EN (Harkishan Singh Surjeet 2009)

Disponível em inglês aqui: <https://cpim.org/programme-updated-changing-times/>

Analisa o programa do CPI(M), suas atualizações e estratégias para responder às mudanças sociais e políticas contemporâneas.

g) KARAT, Brinda (introdução). 100 Years of the Formation of the Communist Party of India (Marxist). 2019.

Disponível em inglês aqui: <https://catalog.princeton.edu/catalog/99126207227806421#view>

Traça a história centenária da formação do Partido Comunista da Índia (Marxista), examinando suas origens, organização e papel político.

h) Communist Party of India's Manifesto (CPI, 2021).

Disponível em inglês aqui: <https://cpim.org/wp-content/uploads/old/marxist/2021-03-04-cpi-manifesto.pdf>

Apresenta o manifesto do Communist Party of India (CPI) para 2021, detalhando propostas políticas, prioridades socioeconômicas e a agenda eleitoral.

12) Partidos políticos nos EUA atual

a) GOMEZ, Nicolás. “‘Cazar donde están los patos’: radicalización del Partido Republicano en los Estados Unidos através de estrategias electorales de movilización del voto blanco y conservador”. Tese de graduação. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2024.

Disponível em espanhol aqui: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=tesis&d=Jte2865>

Analisa a radicalização do Partido Republicano nos Estados Unidos, investigando suas estratégias, atores e dinâmicas internas.

b) ALONSO, Agustina. “La crisis identitaria del Partido Demócrata estadounidense: voto joven, influencia de los nuevos medios de comunicación y el fenómeno Alexandria Ocasio Cortez”, 2022.

Disponível em espanhol aqui: <https://repositorio.uca.edu.ar/handle/123456789/18531>

Analisa a crise de identidade do Partido Democrata dos Esta-

dos Unidos, identificando divisões internas, tensões ideológicas e desafios de coalizão.

c) ZANETTI, Carlos Ciaño. “Los Partidos Demócrata y Republicano del siglo XXI”, 2021.

Disponível em espanhol aqui: <https://www.cipi.cu/los-partidos-democrata-y-republicano-del-siglo-xxi/>

Analisa a evolução, desafios e transformações dos partidos Democrata e Republicano no século 21, enfocando polarização, estratégias eleitorais e mudanças organizacionais.

d) Estatuto CPUSA (Partido Comunista dos Estados Unidos).

Disponível em inglês aqui: https://cpusa.org/party_info/cpusa-constitution/

e) Estatuto DSA (Socialistas Democráticos da América).

Disponível em espanhol aqui: <https://www.dsausa.org/sobre-dsa/constitucion-y-estatutos-de-dsa/>

f) Estatuto Socialist Party USA (Partido Socialista dos EUA)

Disponível em inglês aqui: <https://www.socialistpartyusa.net/constitution>

g) Princípios [e valores] do FSP-USA – (Partido da Liberdade Socialista)

Site do partido: <https://socialism.com>

g) DUHALDE, David. The Long Reroute: A Historical Comparison of the Debsian Socialist Party of America and the New Democratic Socialists of America. Rosa Luxemburg Stiftung, New York Office, jul. 2025.

Disponível em inglês aqui: https://rosalux.nyc/wp-content/uploads/2025/07/the-long-reroute-historical-comparison_FINAL.pdf

Analisa a trajetória, estratégias e dilemas dos Socialistas Democráticos da América (DSA) focando seu crescimento, organização interna e tensões entre militância e institucionalização.

13) Partidos políticos de extrema-direita no mundo atual

a) DIBAI, Priscilla Cabral. “A Ascensão do Radicalismo de

Direita no Mundo: Novos Dilemas de um Velho Problema”. *Mediações. Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, set./dez. 2020.

Disponível aqui: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/39432>

Analisa a ascensão do radicalismo de direita no mundo, suas causas, estratégias de mobilização e impacto sobre as democracias.

b) Vários autores. “Apoio e rejeição à ultradireita, estudo comparado sobre Argentina, Brasil e Chile”. *Friedrich Ebert Stiftung no Chile*, out. 2024.

Disponível aqui: <https://collections.fes.de/publikationen/ident/fes/21539>

Analisa padrões de apoio e rejeição à ultradireita, identificando perfis sociais, narrativas e fatores que explicam sua difusão.

c) SANAHAJA, José Antonio e BURIAN, Camilo López. “Las variaciones en la geopolítica de la ultraderecha neopatriota y la contestación al orden internacional”. *CEBRI Revista*, n. 11, nov. 2024.

Disponível em espanhol aqui: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/226>

Analisa as variações na geopolítica da ultradireita neopatriota, mapeando atores, estratégias e redes transnacionais.

14) Teoria dos partidos políticos

a) LÖWY, Michael. “A teoria marxista do partido”. *Crítica Marxista*, v. 30 n. 56, 2023.

Disponível aqui: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/18790>

Analisa a teoria marxista do partido, suas bases teóricas e a função organizativa do partido como instrumento da luta de classes; examina conceitos como vanguarda, centralismo democrático e estratégias de construção partidária.

b) BOLOGNESI, Bruno. “Organização partidária: modelos

de análise e novas agendas”. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 95, 2021.

Analisa modelos de organização partidária e propõe novas agendas teóricas e metodológicas para estudar partidos contemporâneos.”

c) MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Editor: Universidade de Brasília, 1982.

Analisa a dinâmica interna dos partidos políticos e formula a crítica segundo a qual organizações democráticas tendem a burocratizar-se e concentrar poder numa elite dirigente.

15) Classe trabalhadora no mundo hoje

a) Vários autores. “Desafios para a liberdade e a ação sindical no século XXI”.

Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, nov. 2025.

Disponível para download na lista constante neste link: <https://www.fes.de/themenportal-gewerkschaften-und-gute-arbeit/publikationen-zu-gewerkschaften>

Analisa os desafios contemporâneos à liberdade e à ação sindical, identificando restrições legais, pressões econômicas e táticas de organização e resistência.”

b) ROSSI, Gastón Gutiérrez y VARELA, Paula. “¿Hacia dónde va el trabajo? Apuntes sobre la clase trabajadora global”. Corsario Rojo, n. 2, verano austral 2023, sección Bitácora de Derrotas.

Disponível em espanhol aqui: <https://kalewche.com/wp-content/uploads/2023/03/3-RossiVarela-Hacia-donde-va-el-trab.pdf>

Analisa as transformações do trabalho e da classe trabalhadora em escala global, identificando tendências, desafios e dinâmicas de organização.”

c) Informe Mundial sobre Salarios 2024/2025 ¿Está disminuyendo la desigualdad salarial en el mundo? - OIT (2025)

Disponível em espanhol aqui: <https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-08/Spanish%20full%20report.pdf>

Relatório da OIT sobre salários globais 2024–2025 que mapeia tendências recentes de remuneração, desigualdade salarial e variações regionais, analisando fatores macroeconômicos que pressionam salários.

d) Preamble, Constitution & General Bylaws of the Industrial Workers of the World (2024)

Disponível em inglês aqui: <https://www.iww.org/wp-content/uploads/2024/06/iww-constitution-en.pdf>

Constituição e estatutos da Industrial Workers of the World (IWW) — edição 2024 — que definem a estrutura organizacional, princípios e objetivos do sindicato.”

16) Organizações internacionais de partidos políticos

a) RIBEIRO, Jackson Silva. Nuestra América: um estudo da “economia política” do Foro de São Paulo. Fundação Perseu Abramo, Coleção Internacional, 2025.

Disponível aqui: <https://fpabramo.org.br/editora/livro/nuestra-america-um-estudo-da-economia-politica-do-foro-de-sao-paulo/>

Analisa o FSP não apenas como um fórum político, mas como um projeto de economia política que articula ideias, estratégias e alianças em torno de um modelo alternativo ao capitalismo neoliberal.”

b) Estatuto Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina y el Caribe (COPPPAL) - COPPAL (2023)

Disponível em espanhol aqui: <https://copppal.org/wp-content/uploads/2022/06/ESTATUTOS-DE-LA-COPPPAL.pdf>

c) Declaração de Princípios da Internacional Socialista (1989)

Disponível em português aqui: https://www-socialistinternational-org.translate.google/about-us/declaration-of-principles/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc

d) Principios rectores y Estatutos de la Alianza Progresista - Progressive Alliance (2024)

Disponível em espanhol aqui: <https://alianza-progresista.info/principios-rectores/>

Princípios e Estatutos da Aliança Progressista.

e) Histórico LIT-QI (Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional) - (2022)

Disponível aqui: https://litci.org/pt/2022/11/19/a-lit-qi-e-a-iv-internacional/?utm_source=copylink&utm_medium=browser

f) COLE, George D. H. Historia del pensamiento socialista - Tomo I: Los Precursores, 1789-1850. México (DF): Fondo de Cultura Econômica. Quarta reimpressão, 1975.

Disponível aqui: <https://erikafontanez.com/wp-content/uploads/2017/08/cole-douglas-howard-historia-del-pensamiento-socialista-1.pdf>

Traça a evolução do pensamento socialista nas suas origens, mapeando correntes, autores e debates centrais.

17) Organizações feministas e de juventude

a) Quem somos - Marcha Mundial das Mulheres.

Disponível aqui: <https://marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/quem-somos/>

Breve histórico da Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

b) Declaration on the crises, reactionary upsurge and risks and potentials of the current situation - World Federation of Democratic Youth (2023).

Disponível aqui: <https://wfdy.org/meetings/gc-cuba-2023/>

Declaração da Federação Mundial da Juventude Democrática

que analisa as crises globais e o ressurgimento reacionário, avaliando os riscos políticos e sociais.

c) Revista OCLAE Edición Especial 50 Años – OCLAE (2016)

Disponível aqui: <https://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Revista-de-la-OCLAE-ESPECIAL-50-AÑOS.pdf>

Revista comemorativa da OCLAE pelos 50 anos, reunindo artigos, entrevistas e balanços sobre a história, lutas e conquistas da organização na América Latina.

d) Quem somos y que hacemos - Asociación para los Derechos de las Mujeres y el Desarrollo AIWD - AIWD (2026)

Disponível aqui: <https://www.awid.org/es/quienes-somos>

Breve histórico da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AIWD).

Sobre libertação da mulher (Moçambique)

a) MACHEL, Samora Moisés. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo.

Disponível em: <http://cemflores.org/index.php/2014/03/19/a-libertacao-da-mulher-e-uma-necessidade-da-revolucao-garantia-da-sua-continuidade-condicao-do-seu-triunfo-2/>

b) OMM. Estatutos e Programa da Organização da Mulher Moçambicana. s/d (1977?).

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/frelimo/pdf/48.pdf>

18) Estatutos de outras organizações partidárias

a) Programa e Estatutos – Partido Comunista Português (2013)

Disponível aqui: https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/201212_programa_e_estatutos_aprovados_xix_congresso.pdf

b) Programa Estratégico Partido Comunista de España - PC Espanha (2025)

Disponível aqui: <https://www.pce.es/el-programa-estrategico-a-debate/>

Plataforma Geral Programática do PC Espanhol.

c) Ideas, Conceptos y Directrices - 8º Congresso PC Cuba - PCC (2021)

Disponível aqui: <https://www.pcc.cu/ideas-conceptos-y-directrices>

Resoluções, Conceitos e Diretrizes do 8º Congresso do PC cubano.

d) Statuts du Parti communiste français - PC França (2023).

Disponível aqui: https://assets.nationbuilder.com/pcf/pages/15897/attachments/original/1684999315/document_-_Statuts_39e_Congrès.pdf?1684999315

Estatutos do PC francês.

e) L'avenir en commun le programme en version abregee - França Insubmissa FR (2025) - Plataforma Geral Programática da França Insubmissa.

<https://melenchon2022.fr/wp-content/uploads/2022/04/LAvenir-en-commun-le-programme-en-version-abregee.pdf>

f) Resoluciones del XXVII Congreso Nacional Partido Comunista de Chile - PC Chile (2025). Informe de Resoluções do XXVII Congresso do PC chileno.

Disponível aqui: <https://pcchile.cl/2025/01/23/documento-resoluciones-del-xxvii-congreso-nacional-partido-comunista-de-chile/>

g) Declaración de Principios y Estatutos del Partido Socialista de Chile - PS Chile (2019). Declaração de Princípios e Estatutos do PS chileno.

Disponível aqui: <https://www.pschile.cl/estatutos/>

h) Reglamento General de Organización/Partido Aprista Peruano - APRA (2005).

Disponível aqui: <https://apraperu.com/wp-content/uploads/2019/04/Reglamento-de-Organización-PAP.pdf>

Princípios Programáticos e Estatutos do APRA.

i) Bases de Acción Política Patria de los Comunes - La Patria de los Comunes (2022). Declaração de Princípios de La Patria de los Comunes.

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1zXZ8piDRPcEENUY4gZB3ZaJyF85nzqR4>

19) Coleção Nossa América Nuestra - FPA

Disponível em:

Bolívia: <https://fpabramo.org.br/livro/bolivia/>

Chile: <https://fpabramo.org.br/livro/chile/>

Cuba: <https://fpabramo.org.br/livro/cuba/>

El Salvador: <https://fpabramo.org.br/livro/el-salvador-da-luta-armada-aos-governos-eleitos/>

Equador: <https://fpabramo.org.br/livro/equador/>

Paraguai: <https://fpabramo.org.br/livro/paraguai/>

Uruguai: <https://fpabramo.org.br/livro/uruguai-2/>

Venezuela: <https://fpabramo.org.br/livro/colecao-nossa-america-nuestra-venezuela/>

Nota do editor: os links indicados foram acessados em 29 de janeiro de 2026 ou 20 de abril de 2026.

AVENTURAS DO PT NA CHINA

*Valter Pomar, em 12 de abril de 2024**

Parte 4

É comum encontrarmos, em textos acadêmicos ou jornalísticos, a referência a um misterioso deep state ("Estado profundo") que, suposta ou efetivamente, determinaria os rumos da grande política dos Estados Unidos.

Mas não há dúvida alguma sobre quem é o núcleo do poder na China: o Partido Comunista, fundado em 1921 e no poder desde 1949.

Formalmente, a China é parlamentarista. O povo elege parlamentares, que se reúnem numa Assembleia do Povo, que escolhe as principais autoridades do País: a cúpula do Judiciário, do Legislativo, do Executivo e, também, quem dirige as Forças Armadas.

Acontece que os parlamentares são eleitos com base em listas propostas pelo Partido. E as autoridades eleitas são indicadas com base em nominatas aprovadas, previamente, pelo Partido. A quem cabe, também, debater previamente as grandes diretrizes políticas e supervisionar sua implementação.

Para os padrões vigentes nos Estados Unidos, trata-se de uma ditadura partidária.

Para os padrões adotados pelos comunistas chineses, trata-se de um tipo de democracia diferente e superior à vigente, por exemplo, nos Estados Unidos.

Segundo Xie Chuntao, pró-reitor da Escola Central do Partido, nos Estados Unidos, prevalece quem tem dinheiro: "Nosso sistema é mais democrático que Trump".

Na institucionalidade política chinesa, o centro do poder é o Partido, o centro do Partido é o Comitê Central, o centro do Comitê Central é o Birô Político, o centro do Birô Político é uma Comissão Permanente integrada, hoje, por sete pessoas. E, no centro dessa Comissão Permanente, está o secretário-geral, função exercida desde 2012 por Xi Jinping.

Outro dos sete integrantes da comissão permanente é Li Xi. O senhor Li (na China, o primeiro nome é o da família, o segundo nome é o da pessoa) esteve no Brasil em 2023, tendo visitado a sede nacional do PT em Brasília. E foi o mesmo senhor Li que recebeu, numa reunião realizada no Grande Salão do Povo, a delegação do Partido dos Trabalhadores, encabeçada pela presidenta Gleisi Hoffmann.

Li Xi é "secretário da comissão de inspeção disciplinar do Comitê Central do PCCh". É ele quem encabeça, portanto, a luta contra a corrupção. Para os comunistas chineses, não se trata de um detalhe. Para um partido cujo lema é "servir ao povo", não basta parecer honesto, é preciso ser honesto.

Por este motivo, é comum que altos dirigentes do Partido sejam investigados, condenados e presos por conta de diversos delitos, com destaque para a corrupção. Tarefa que cabe ao sistema legal do Estado chinês, mas que, no caso dos integrantes do Partido, é supervisionado e implementando pela "inspeção disciplinar".

Ou seja: mesmo num Estado dirigido pelo Partido, o Partido faz questão de exercer diretamente esse trabalho. Um dos motivos disto é impedir que os "donos do poder" usem-no para burlar as leis e escapar das investigações. Outro motivo é dar o exemplo político de que são capazes de permanente autocrítica e capacidade de renovação, algo que o senhor Li Xi chegou a chamar de "auto-

revolução". Li enfatizou, ainda, que cabe ao povo fazer a "inspeção do governo".

Como sabemos, seja pela nossa própria experiência no Brasil, seja pelo estudo de outras experiências históricas, há sempre uma distância entre a teoria e a prática. Assim, como disse o próprio Mao Zedong, é preciso investigar criteriosamente a realidade, estudar, pesquisar.

Mas uma coisa pode ser dita: os comunistas chineses estão muito seguros de que, sem esta democracia-com-características-chinesas, a República Popular da China não teria derrotado o feudalismo, o colonialismo e o imperialismo, nem teria melhorado a vida do povo chinês, tampouco teria conseguido um desenvolvimento tão intenso e veloz.

E, no centro da democracia-com-características-chinesas, está o Partido Comunista, cuja história centenária é contada em detalhes em um Museu inaugurado em 2021. A visita a este Museu será contada na próxima parte deste relato.

Parte 5

O Partido Comunista foi fundado em 1921.

Qual era o contexto?

Primeiro, uma nação com milhares de anos de história.

Segundo, um povo majoritariamente camponês, submetido à exploração por parte de uma classe de proprietários da terra.

Terceiro, um país que desde 1839 vinha sendo sistematicamente humilhado, atacado, roubado e explorado por potências europeias, pelos Estados Unidos e pelo Japão.

Quarto, uma economia onde as relações capitalistas de produção estavam assentado raízes, mas ainda muito atrasado em relação às principais economias capitalistas da época.

Quinto, uma cultura dividida entre as tradições e as novidades que vinham do Ocidente, entre as quais o impacto da Revolução Russa de 1917 e da Internacional Comunista.

Sexto, uma elite política que ficou chocada com as decisões que a Conferência de Versalhes de 1919 tomou a respeito da China.

Há outros aspectos, mas estes são fundamentais para compreender em que ambiente realizou-se o congresso de fundação do Partido Comunista da China, em 1921, com 13 delegados, representando cerca de 50 militantes espalhados por algumas cidades do país.

Apoiados pelos soviéticos, o Partido cresceu e firmou uma aliança com o Kuomintang, o Partido Nacionalista dirigido por Sun Yat Sen e, depois, por Chiang Kaichek.

A aliança entre comunistas e nacionalistas é rompida em 1927. Segue-se uma guerra civil entre as duas forças. Em 1937, por conta da invasão japonesa, se constitui uma frente única entre Kuomintang e PCCh. Essa frente acaba em 1945, quando os japoneses são derrotados. A nova guerra civil termina em 1949, com a vitória dos comunistas.

Nesses primeiros 28 anos de vida, o Partido Comunista se transforma profundamente. De partido fundamentalmente urbano, se converte em partido majoritariamente camponês. Cria o Exército Popular de Libertação. E adota a estratégia da Guerra Popular Prolongada, do cerco da cidade pelo campo, da Nova Democracia.

Entre 1949 e 1978, a República Popular da China sofre imensas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. E, dentro do Partido Comunista, ocorre uma intensa luta interna, acerca do caminho da construção do socialismo. A principal divergência se trava entre os que defendiam a estratégia da Nova Democracia, que pressupõe um longo processo de desenvolvimento econômico, em que se combinarão diferentes formas de propriedade pública e de propriedade privada; e os que defendiam ser possível e necessário acelerar o processo e pular etapas, seja através de medidas econômicas (como algumas do Grande Salto Adiante), seja através

de medidas políticas (como algumas da Grande Revolução Cultural Proletária).

A disputa entre essas duas linhas se resolve em 1978, quando o Partido adota a política de reforma e abertura. Esta política segue vigente desde então e até hoje.

Mao Zedong foi o principal dirigente do Partido nas duas primeiras etapas (1921-1945 e 1945-1978). Deng Xiaoping é o principal dirigente da terceira etapa, iniciada em 1978 e continuada até hoje.

Vale esclarecer que Mao morre em 1976 e Deng, em 1997. Vale esclarecer, também, que Deng — apesar de toda sua importância, destacada pelos próprios chineses — nunca foi presidente nem secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

A política de reforma e abertura contribuiu para que a China, hoje, disputa com os Estados Unidos em terrenos nos quais os EUA e os capitalistas se consideravam imbatíveis: a eficiência, a produtividade, a qualidade, a tecnologia, a intensidade do crescimento e desenvolvimento.

Desde 2008, ou seja, desde a grande crise, a China entrou em uma nova etapa de sua história, seja por conta de contradições internas, seja por conta de sua crescente influência internacional. É nesse contexto que Xi Jinping chega à Secretaria Geral do Partido Comunista da China. E é nesse contexto que o Partido inaugurou, em 2021, um Museu para contar sua história centenária.

Em seguida, falaremos com mais detalhes do Museu. Mas, antes, façamos um spoiler: quase na parte final da exposição, os visitantes são convidados a sentar num "carrinho de montanha russa", onde passam por duas experiências: a de sobrevoar todo o território chinês e a de sobrevoar os avanços tecnológicos da China.

O passeio virtual termina em Marte, quando uma nave espacial chinesa pousa no "planeta vermelho".

Termina? Ao que tudo indica, para usar uma expressão do Chávez, "por enquanto", termina.

Vamos então ao Museu na próxima parte deste texto.

Parte 6

O Museu da História do Partido Comunista da China abriu suas portas em 1921, como parte das comemorações do centenário de fundação do PCCh.

Trata-se de um prédio imenso, com vários andares, três dos quais ocupados pela exposição museográfica propriamente dita.

No salão de entrada, aparece um imenso painel da Grande Muralha, que os comunistas chineses não cansam de lembrar que se trata de uma barreira defensiva.

No espaço a seguir, ao som da Internacional, um vídeo e vários letreiros resumem a exposição e os 100 anos.

Nesses e noutros espaços, as cores dominantes são o vermelho e o dourado. A imensa maioria das legendas está escrita em caracteres chineses, havendo pouca coisa em inglês.

A exposição está dividida em 4 partes: os 100 anos de humilhação findos em 1949, o período 1949-1978, o período das reformas e o período atual.

A primeira parte começa falando da guerra do ópio, de todas as agressões imperialistas e dos tratados desiguais. Depois fala das lutas do povo chinês contra a opressão feudal e colonial, desembocando na revolução nacionalista e republicana de 1911. Há muitas fotos, algumas imensas, bem como esculturas, alto-relevo e outras invenções museográficas, por exemplo uma reprodução da fachada do Palácio de Verão, queimado e saqueado pelos imperialistas.

Em seguida, são apresentados os primeiros marxistas chineses, com destaques para o movimento de maio de 1919, para os estudantes e para a revista *La Jeunesse*.

Aliás, para quem gosta de artes gráficas, tem de tudo, de impressoras até manuscritos de Marx, passando por edições de época (livros, jornais, revistas, panfletos, cartazes).

Nesse pedaço, há uma bela estátua de Marx e Engels, cujo estilo lembra aquela que a China doou para a cidade natal de Marx (Trier/Treveris).

Há também uma reprodução da fachada da casa de Mao em Pequim, bem como três exemplares das primeiras obras marxistas que ele leu. Aparece uma tabela com as datas de fundação dos primeiros partidos comunistas mundo afora. E, numa sala específica, se reproduz os dois ambientes em que o PCCh foi fundado, em Shangai: uma casa e um barco.

Há fotos e outras informações sobre as células integradas por aqueles que fundaram o PCCh. E uma fotografia de cada um dos 15 participantes da reunião fundacional, sendo 13 chineses e dois enviados da Internacional Comunista. Mao é um dos 13; nessa época, ele tinha 28 anos, que era também a idade média da delegação presente ao congresso de fundação.

Detalhe: dos 13, somente dois estariam presentes no ato de fundação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949.

A exposição falará, também, dos congressos partidários seguintes, bem como da fundação, em 1924, de uma academia militar dirigida por Chiang Kai-shek e por Chu Enlai. E trará uma tabela mostrando a progressão da militância partidária, entre 1921 e 1927. Os dados são impressionantes: 1921, 58; 1922, 195; 1923, 420; 1924, 994; 1925, 3 mil; 1926, 13.281; 1927, 57.967.

Nesse contexto, a exposição dá grande destaque para o patíbulo em que foi executado um dos fundadores do Partido. Igualmente recebe grande destaque o levante de 1927, bem como a repressão que se seguiu. A exposição explica que ali fracassou a estratégia, inspirada na soviética, de fazer a revolução a partir das grandes cidades.

Detalhe: em 1928, 160 militantes do Partido vão para Moscou, realizar ali o 6º Congresso do PCCh. Mao não vai.

Nesse mesmo ano de 1928, a exposição retrata o encontro das tropas lideradas por Chu Teh e por Mao Zedong. A partir de então, o partido constitui “zonas liberadas” em trinta regiões diferentes. Ao mesmo tempo, em 1929, o Partido formaliza que é o Partido que lidera o Exército.

Em 1931 o Japão ataca a China. Começam aí os 14 anos da guerra contra o Japão. Mas o Kuomintang está mais preocupado em cercar e exterminar os comunistas, numa ofensiva que obriga os comunistas a fazer uma longa fuga, denominada com o nome mais heróico de “longa marcha”.

A longa marcha merece um grande destaque na exposição, com direito a filmes da época, bem como vídeos com animações reproduzindo combates decisivos.

Destaca-se que foram transpostas 40 montanhas, com 4 mil metros de altura. Uma curiosidade: os filmes exibidos, feitos na época, foram exibidos para quem? Os guias do Museu não souberam responder.

Em 1936, o PCCh propõe ao Kuomintang, novamente, a constituição de uma Frente Única contra os japoneses. E, a partir de 1937, começa uma guerra total dos japoneses contra a China.

A previsão dos japoneses era que em três meses conquistariam o antigo Império do Meio. Não foi o que aconteceu: por longos anos, o Japão teve que manter imensos exércitos, para poder enfrentar os chineses.

Data deste período uma foto muito interessante: a de um pelotão de soldadas. Mas, de maneira geral, era muito diminuta a presença feminina entre os quadros dirigentes do PCCh.

Também desta época (1943) é uma foto do pai de Xi Jinping. Os responsáveis pela museografia incluíram pelo menos duas fotos do pai de Xi, que foi combatente nesse período e, depois, integrante do Comitê Central do PCCh.

A exposição também destaca:

1 - O sétimo congresso, de 1945, que inclui o pensamento maozedong no estatuto do Partido;

2 - A retomada de Taiwan, até então sob controle japonês, para o controle chinês;

3 - Os acordos de paz entre o Kuomintang e o PCCh, acordos rompidos pelos nacionalistas;

4 - A importância da reforma agrária para a vitória da revolução;

5 - As grandes batalhas da guerra civil;

6 - A atitude respeitosa do Exército Popular de Libertação, para com os civis;

7 - E, finalmente, a Proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949.

Sobre a proclamação, a exposição tem várias perólas.

Uma delas é o filme do ato de 1º de outubro de 1949. Até 2019, acerca daquela data célebre, os chineses tinham um filme em preto e branco. Mas, em 2019, os russos presenteiam os chineses com uma versão colorida do filme.

Outra pérola é a exposição dos diferentes estudos que foram feitos, para decidir qual seria a bandeira da República Popular da China. A versão escolhida tinha, originalmente, uma foice e um martelo dentro da estrela maior. Mas, depois, se optou por retirar a foice e o martelo.

Finalmente, o conhecido discurso de Mao, proferido com um sotaque que – nos disseram os guias – não era fácil de ser entendido. Mas tudo indica que todo mundo entendeu a frase celebre dita por ele: “A China levantou-se”.

Na continuidade, os três outros períodos (1949-1978, 1978-2012, 2012-2024).

Parte 7

O prédio do Museu tem muitos andares. A exposição sobre a História do Partido ocupa três andares. Um andar é dedicado ao período 1921-1949. Nele, o pai de Xi Jinping aparece a primeira vez.

Outro andar é dedicado ao período 1949-2012. Nele, há uma foto de Xi Jinping e de seu pai.

Um terceiro andar é dedicado inteiramente ao período iniciado em 2012, com a eleição de Xi Jinping para a Secretaria Geral do Partido.

Mas voltemos a 1949.

Logo no início, há uma grande tela, onde fica sendo exibido um filme sobre a solenidade realizada dia 1º de outubro de 1949. Um detalhe interessante é que o filme é colorido: foi doado pelos russos em 2019.

Antes, os chineses só tinham um filme preto e branco. No filme, aparecem os líderes do PC e dos oito partidos que integram o Conselho Político Consultivo do Povo Chinês, na sacada da entrada principal da Praça da Paz Celestial.

Num espaço próximo, está o uniforme usado por Mao na solenidade. Aliás, isto se repete em outros momentos: a exposição de roupas, chapéus, armas, outros utensílios utilizados pelos militantes que aparecem nas fotos. O traje mais onipresente é aquele que ficou conhecido como "túnica Mao", uma das marcas registradas da revolução chinesa.

Em seguida, vem as fotos do estabelecimento de relações e da assinatura do tratado de amizade com a URSS, ocorridos em outubro de 1949 e em fevereiro de 1950, respectivamente. Salvo engano, não aparece no Museu nada que remeta para a ruptura de relações entre China e URSS, ocorrida ao redor de 1960.

Se dá destaque para a participação chinesa na Guerra da Coreia. Aliás, há dois filmes recentes sobre o tema: A batalha do lago Chanjin e The Volunteers: to the War.

Salvo engano, não há nada sobre a guerra entre China e Vietnã, em 1979.

A exposição lembra a aprovação da Constituição da China, em 1954, assim como dá destaque a cada um dos congressos realizados pelo Partido. Há diversas passagens mostrando os progressos

sociais e econômicos vivenciados pela China depois de 1949, desde os carros "Vento Leste" e "Bandeira Vermelha", passando pela exploração de petróleo e o regresso, ao país, de cientistas dispostos a colaborar com a reconstrução da pátria.

Há uma estátua de Lei Feng, o revolucionário modelo, falecido aos 22 anos, que serve de inspiração para um dia especial em que todo militante deve estudar a respeito.

A grande revolução proletária merece uma menção minimalista, que, salvo engano, não inclui, nem lá nem em nenhum outro lugar, a Gangue dos Quatro e a Madame Mao. Mas têm destaque as visitas de Nixon e de Kissinger, assim como a participação de Deng Xiaoping na Assembleia Geral da ONU.

Em 1976, morrem os três grandes: Chu Teh, Chu Enlai e Mao Zedong. Em 77, as Universidades reabrem matrículas. E, em curto espaço de tempo, Deng assume o comando político do Partido, embora nunca tenha sido secretário-geral.

Inúmeras fotos e frases suas ocupam espaço importante na exposição. Entre elas, algumas que não combinam nem um pouco com a imagem, tão difundida no Ocidente, de que Deng seria um "revisionista". Por exemplo, os quatro princípios destacados por Deng eram: persistir no caminho do socialismo, persistir na ditadura do proletariado, persistir na liderança do Partido Comunista, persistir no marxismo e no pensamento de maozedong.

Destaca-se a terceira sessão plenária do oitavo Comitê Central, onde foi aprovada a política de reforma e abertura. E, também, o congresso realizado em 1982, que aprovou a consigna do socialismo com características chinesas.

Destaca-se, também, o papel que a produção de alimentos teve para o êxito das reformas.

Nada é dito sobre os "Incidentes na Praça Tianamen" (episódio conhecido no Ocidente como o "massacre" da Praça da Paz Celestial. Tampouco se faz referência ao Zhao Ziang, secretário-

geral às vezes denominado de “Gorbachev chinês”, que, em 1989, foi preso e mantido em prisão domiciliar até sua (dele) morte.

A exposição pula direto para Jiang Zemin, sob cuja gestão a China recebeu de volta Hong Kong (1997) e Macau (1999), assim como entrou na OMC.

Depois vem Hu Jintao, sob cujo governo se concede isenção total, ou seja, desde então e até hoje não pagam impostos.

Então vêm as Olimpíadas, a crise internacional e... a eleição de Xi Jiping, que dá início ao quarto e último período em que está dividida a história da República Popular da China.

Esta parte tem memos museografia histórica e tem mais propaganda. Fala-se dos congressos realizados no período, da vida melhor para o povo, da revitalização da nação chinesa, do sonho chinês, da Rota e Cinturão da Seda, da comunidade de futuro compartilhado, da reforma militar, da civilização ecológica, do BRICS, da erradicação da pobreza extrema. Além de uma overdose de fotos de Xi Jinping. E de muita ciência e tecnologia na veia, sendo que uma boa parte dos produtos demonstrados são militares.

A exposição, cuja visita a passo rápido dura cerca de duas horas, termina com Xi Jinping fazendo um discurso, devidamente fardado com a “túnica Mao”.

Quem não entendeu o recado, volte para o princípio!

*Os textos foram publicados originalmente no site da Fundação Perseu Abramo. Disponíveis aqui:

<https://fpabramo.org.br/aventuras-do-pt-na-china-parte-4/>

<https://fpabramo.org.br/aventuras-do-pt-na-china-parte-5/>

<https://fpabramo.org.br/aventuras-do-pt-na-china-parte-6/>

<https://fpabramo.org.br/aventuras-do-pt-na-china-parte-7/>

A FORMAÇÃO E A LINHA POLÍTICA DO PT

*Valter Pomar, em 27 de fevereiro de 2025**

Em 1964, o meu pai foi preso pela ditadura militar. Minha mãe achou que faria bem ligar para o pai dela, que ligou para o irmão que era general para que relaxasse as condições de prisão. Ele relaxou, meu pai foi solto e entrou na clandestinidade.

Em 1976, o meu pai foi preso de novo e a minha mãe achou que era o caso de apelar de novo para o tio que era general. Depois, chegou a chefe do Estado Maior das Forças Armadas, não era qualquer general. Só que o pai dela já tinha morrido, então, o jeito foi ir até Brasília.

Eu morava em Belém do Pará, tinha 10 anos de idade. Foi a primeira vez que eu fui a Brasília, primeira vez que eu entrei num apartamento funcional de elite, onde tinha, inclusive, um retrato pintado do meu tio-avô que eu não conhecia. Muito simpático, me ensinou a comer manga e pêssego com garfo e faca, mas eu não esqueço dele falando para minha mãe, depois que minha mãe fez o apelo a ele, ele respondendo para minha mãe, na minha presença, com 10 anos: “Desta vez não vou poder ajudar. Porque, se recebermos ordens de matar, mataremos”.

Essa turma tem lado, pessoal. Essa turma tem lado, não tem família. Tem compromisso de classe, compromisso político e ideológico. Eu aprendi isso desse jeito. A minha formação política a respeito do

que é o comando das Forças Armadas no Brasil começou assim, desse jeito, ao vivo e em cores.

Bom, boa noite a todos, todas. Eu agradeço muito o convite para falar aqui com vocês sobre esse tema.

Para quem não me conhece, eu me filiei ao PT em 1985, militava desde 1982, sou filiado ao PT em Campinas. Hoje, eu sou do Diretório Nacional do PT e diretor da Fundação Perseu Abramo. E sou professor de Relações Internacionais na UFABC, ali é o meu ganha-pão e a minha atividade profissional.

Ontem, eu estava pensando no que eu ia falar aqui para atender à demanda que me fizeram e me dei conta que comecei a atuar na formação política do PT há quase 40 anos. Em 1986, o Pedro Pontual, o Aloizio Mercadante, e o Osvaldo Barros me convidaram para participar de um projeto chamado Instituto Cajamar, no qual eu trabalhei durante muitos anos.

E, nesses 40 anos, eu fui do paraíso ao inferno. Paraíso era aquela época em que a gente tinha muita luta social, e é a luta social que forma as pessoas, não é a atividade formativa em si. Era uma época em que as instâncias partidárias funcionavam plenamente, era uma época em que a formação política era prioridade efetiva do ponto de vista financeiro e político; e era uma época que a atividade de formação era integral: havia formação política, histórica e ideológica para nossa militância. E, também, vivi momentos de inferno na vida partidária desse terreno, onde as lutas diminuíram muito, onde parte das instâncias se desmanchou, onde surgiram outras prioridades e onde a formação integral cedeu lugar a uma formação segmentada, onde o tema da formação ideológica, política, teórica perdeu muito espaço.

Essas mudanças organizativas, na minha opinião, têm a ver com mudanças políticas. Como diz aquele ditado, a organização é política concentrada. E, portanto, mudanças na linha política do partido afetam a atividade de formação. Até porque a nossa ação política não se dá no vazio. É chover no molhado, mas é bom lembrar, a gente vive hoje uma brutal crise sistêmica do capitalismo que se reflete

no terreno ambiental, no terreno econômico, no terreno social, no terreno cultural, no terreno político, no terreno militar. E essa crise brutal é que está na origem do ataque que a extrema-direita faz.

Quando o capitalismo perde o seu charme e sua capacidade atrativa, é preciso continuar dominando a classe trabalhadora na porrada e na promessa de uma vida além da vida. Por isso, cresce o fundamentalismo e cresce a violência sob todas as formas. E o problema é que essa extrema-direita, a atual, similar ao que era o fascismo, o nazismo, é profundamente militante e profundamente ideológica. É uma extrema-direita que se organiza em defesa do capitalismo e de tudo aquilo que é contrário ao que nós representamos.

E é por isso que não basta fatos para vencer essa extrema-direita, para ganhar o debate contra essa extrema-direita. Porque nós estamos falando com pessoas de um setor social que tem uma profunda coesão político-ideológica em torno de valores opostos aos nossos. E, por isso, para enfrentar essa direita, a gente precisa de uma esquerda também militante e, também, formada ideologicamente, capaz de lutar por uma sociedade sem explorados, sem exploradores, capaz de lutar por uma sociedade sem dominação e nem opressão, capaz de entender que a classe trabalhadora quer o poder para definir o que se produz, como se produz, como se distribui a riqueza. E, por isso, uma esquerda que seja socialista, que defenda o socialismo sem medo.

É claro que há maneiras e maneiras de defender o socialismo. Tem os que defendem o socialismo de uma forma doutrinária, achando que ser socialista é citar Marx e outros marxistas, o que é a forma mais antimarxista de defender o socialismo, porque o velho Marx e todos os comunistas e revolucionários que tiveram sucesso nesse mundo sempre disseram que o que vale é a análise concreta da situação concreta, não a repetição de dogmas e dogmas.

Existe quem defende o socialismo em dias de festa, fala-se de socialismo nesses momentos como eu estou falando agora, mas, nos outros dias do ano, isso some da pauta. Existem aqueles que acham

que socialismo é que nem o horizonte do Eduardo Galeano: quanto mais a gente anda, mais ele se afasta e a gente nunca chega nele. E, na minha opinião, a defesa que o PT fez no passado, e que deve continuar fazendo no presente e no futuro, é do socialismo como alternativa histórica, estratégica e concreta para os problemas concretos que as sociedades mundial e brasileira vivem atualmente.

O socialismo, para nós, deve continuar sendo uma resposta à dependência ao imperialismo que caracteriza a nossa história; o socialismo deve continuar sendo uma resposta à desigualdade brutal que existe no nosso país, que é um dos mais desiguais do mundo; o socialismo deve ser uma resposta concreta à democracia burguesa realmente existente nesse país. Porque, se é verdade, como a companheira Gleisi corretamente lembrou, que nós ganhamos cinco das últimas nove eleições presidenciais e ficamos em segundo lugar nas outras quatro, também é verdade que, na maioria dos governos estaduais, na maioria dos governos municipais, na maioria dos parlamentos desse país, continua sendo a direita que continua comprando voto, continua usando os meios de comunicação de formas ilegais para manter o seu controle sobre o Estado, apesar de nós estarmos na Presidência da República.

O socialismo, para nós, também é uma resposta a esse desenvolvimento incompleto que o nosso país tem, ao colapso ambiental, ao racismo, à homofobia, ao machismo, a todas as formas de opressão, dominação e exploração que existem na sociedade brasileira.

Se depender da classe dominante brasileira, se depender dos capitalistas brasileiros e dos seus representantes políticos, isso não mudará nunca. Eles não têm o menor, o menor interesse num país que seja verdadeiramente soberano, que seja verdadeiramente igualitário, que seja verdadeiramente democrático, que seja verdadeiramente desenvolvido. Eles não têm nenhum interesse nisso! A única, a única força política e social capaz de construir um país diferente é a classe trabalhadora. E classe trabalhadora quando se dispõe a chegar ao poder e construir outra sociedade, o nome disso é socialismo. Por isso

que, para nós, o socialismo é uma resposta concreta, é uma resposta estratégica, é uma resposta histórica a todos os problemas que nosso país enfrenta historicamente.

E, por isso, na minha opinião, o socialismo deve continuar a ser o fio condutor da nossa política, da nossa organização e da nossa formação política. Um dos desdobramentos práticos disso, pessoal, é que nós não podemos tratar a classe trabalhadora nem como público nem como eleitorado. A classe trabalhadora é a protagonista da transformação social do nosso país. E é nesse espírito que o partido deve atuar. Nós temos que atuar no espírito de educar, organizar e mobilizar a classe trabalhadora. Nós temos que estar a serviço disso. Por isso que nós não queremos o poder para o PT, nós queremos o poder para a classe trabalhadora.

E, neste sentido também, eu queria dizer, para concluir e respeitar o tempo que me foi dado, que uma das batalhas ideológicas que, para mim, são essenciais nos dias que correm é a gente recuperar o direito à alegria, o direito a sonhar, o direito a uma vida melhor, o direito a uma vida diferente. O capitalismo, hoje, em particular, está privando as imensas massas do povo do nosso país e de outros países desse direito. O capitalismo nos submete ao trabalho brutal e excessivo, ocupa o nosso tempo livre com consumismo boçal, absolutamente boçal, nos submete a um estresse brutal, uma insegurança brutal, a um medo brutal.

É por isso que hoje há uma epidemia de adoecimento mental e de uso descontrolado e absurdo de remédios legalizados que as farmácias vendem aí a qualquer preço. No fundo disso tudo, pessoal, é que as pessoas estão sendo privadas do direito de sonhar com um futuro realmente diferente. E, durante dois séculos, esse futuro realmente diferente tinha nome: era socialismo, e deve continuar sendo. Porque, sem uma sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção, baseado numa democracia social efetiva, baseado na

eliminação de qualquer forma de exploração e opressão, não vamos ter futuro.

Como disse um companheiro no debate feito em Brasília, alguém aí acredita mesmo em sustentabilidade no capitalismo? Alguém acha que nós vamos eliminar essa catástrofe ambiental com a busca de lucro organizando a sociedade? Alguém acha que vai ter democracia efetiva se a gente não esmagar o fascismo? Alguém acha que tem futuro para o mundo se o mundo continuar capitalista como ele é hegemonicamente hoje?

Então, para mim, quando eu falo da defesa do socialismo, eu estou falando entre outras coisas da defesa do direito de a sociedade ter futuro. Nós somos a garantia do futuro da humanidade. Nós somos a garantia de um futuro diferente da sociedade brasileira. Nós somos a garantia de futuro! E isso é o tipo de sonho que o socialismo significa para mim, para nós, para a esquerda, para a classe trabalhadora, para quem lutou, entregou a vida por isso. As pessoas não entregaram a vida por conta de uma reivindicação parcial, as pessoas entregaram a sua vida porque sonhavam, e nós temos que recuperar isso com muita força no nosso discurso.

Por isso, para não dizer que não falei de espinhos, vou aqui falar uma crítica ao nosso governo, que é o seguinte: nós fizemos campanha falando de reconstrução e transformação, e, quando assumimos, o nosso slogan virou união e reconstrução. Isso é um problema gravíssimo! Nós temos que recuperar a capacidade de transformar o país. E, para começar a recuperar essa capacidade, nós temos que recolocar o socialismo na primeira fileira dos nossos objetivos. Obrigado.

O texto acima é uma transcrição revisada da palestra feita no dia 20 de fevereiro de 2024.

*Texto publicado originalmente no site Página 13. Disponível em: <https://pagina13.org.br/a-formacao-e-a-linha-politica-do-pt/>

UM PANORAMA HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DO PT

Valter Pomar, em 27 de maio de 2021

O texto a seguir é uma versão revisada do roteiro da aula sobre “Um panorama histórico sobre a política de formação do PT”, ministrada no dia 26 de maio de 2021, como parte do curso “Nova Primavera: desafios e polêmicas”, promovido pelo Centro Cultural Esperança é Vermelha.

A história do PT é parte da história do Brasil, mais exatamente da história do Brasil República, mais precisamente do período que inicia com uma dupla crise: a crise do desenvolvimentismo conservador e a crise da ditadura militar.

Sem aquela dupla crise, não teria ocorrido a junção das condições que tornaram possível aparecer um partido como o PT: um partido legalizado, um partido de massas, um partido popular, um partido com protagonismo do operariado industrial, um partido democrático, um partido com múltiplas tendências internas, um partido socialista.

O PT foi criado em 1980 e, ao longo dos últimos 41 anos, nosso partido sofreu muitas transformações (ver nota 1), cujo pano de fundo é o que ocorreu no Brasil e no mundo depois de 1980.

Processos como a financeirização e a desindustrialização, o avanço do neoliberalismo e a crise do socialismo afetaram profundamente o PT, tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo.

O PT manteve seu caráter de massas, mas hipertrofiando sua

dimensão eleitoral e reduzindo sua presença organizada. Manteve seu caráter militante, mas com destaque para a dimensão política profissional (dirigentes profissionalizados, mas principalmente comissionados em governos e parlamentos). Manteve a defesa do socialismo, mas cada vez mais apenas como “horizonte” (do qual nos distanciamos na mesma medida que dele nos aproximamos) e cada vez menos como alternativa concreta para os problemas estruturais do país (antes, se falava em alternativa democrático-popular socialista ao capitalismo, agora se fala principalmente em “alternativa ao neoliberalismo”). Manteve a ideia de chegar ao poder, mas foi convertendo “poder” em sinônimo de “governo”; e, por tabela, a estratégia revolucionária baseada em grandes lutas sociais foi sendo substituída pela atuação nas instituições e nos processos eleitorais. Finalmente, embora mantendo o nome de Partido dos Trabalhadores, foi crescendo a influência dentro do PT dos “setores médios”, o que incluiu o crescente abandono da ideia segundo a qual devemos impor uma derrota de conjunto à classe dos capitalistas (ver nota 2).

Ao longo destes 41 anos de história, como evoluiu a formação política num partido com esta trajetória e com estas características?

É preciso começar lembrando que nossa formação política não surgiu do nada. Bebemos em diversas fontes, como a formação proporcionada nos espaços vinculados à igreja católica, a formação proporcionada pelas organizações da tradição comunista e a formação proporcionada (formal ou informalmente) em atividades acadêmicas e paraacadêmicas.

É preciso lembrar, também, que, ao longo destes 40 anos de vida, a imensa maioria dos eleitores, dos filiados, dos militantes e dos dirigentes do PT não foi formada pelas estruturas de formação do próprio Partido (ver nota 3).

As estruturas de formação política do próprio Partido forma-

ram a minoria; a imensa maioria obteve sua formação política através de outros meios, entre os quais:

1 - Seu próprio esforço individual, mediado pelas grandes lutas políticas e sociais do povo brasileiro (a luta é uma grande educadora) e pela releitura do que é transmitido pelos meios de comunicação e pelos espaços formais de educação (os aparatos de Estado e paraestatais também são “educadores”, ainda que geralmente num sentido antipopular);

2 - A participação na vida partidária (congressos, encontros, reuniões, debates etc.).

Os petistas que tiveram a possibilidade de fazer uma formação política organizada são uma minoria; e, mesmo assim, a maior parte desta minoria obteve sua formação política através de instituições que não são estritamente partidárias, como é o caso dos movimentos, dos sindicatos, das igrejas progressistas e das tendências partidárias (sem falar dos militantes que vieram de outras organizações políticas, nas quais fizeram sua formação política).

Portanto, apenas uma minoria dos petistas obteve sua formação através das atividades formais de educação política do próprio Partido, ou seja, através de atividades das secretarias de formação, atividades formativas da Fundação Perseu Abramo e cursos “encomendados” (no passado) ao Instituto Cajamar e entidades similares.

Em alguma medida, isso reflete características e dificuldades objetivas e inerentes a um partido como o nosso (ver nota 4). Mas também reflete o compromisso (ou a falta de compromisso) efetivo do Partido com a criação de uma política de formação político-ideológica própria.

O que demonstra tal compromisso efetivo? Os recursos humanos e materiais efetivamente colocados à disposição da tarefa.

Houve momentos na história do Partido em que a formação política foi vista efetivamente como prioridade e isso se materiali-

zou, por exemplo, na criação do Instituto Cajamar (1986-1996). (Ver Nota 5)

Depois de 1996, houve várias tentativas de retomar o compromisso efetivo com a formação; a criação da Fundação Perseu Abramo, a criação da Escola do partido e a criação do Nova Primavera são sinais disso. Mas, até o momento, não atingimos o patamar de compromisso efetivo que existia na segunda metade dos anos 1980, época da criação do Instituto Cajamar. (Ver Nota 6)

Além de uma redução no compromisso efetivo, também houve mudanças no próprio conteúdo da formação, entendendo por isso o conjunto do processo pedagógico e seus resultados.

Por exemplo: quando analisamos ao longo do tempo os cursos de formação política geral do Instituto Cajamar, os cursos da Escola, os “mestrados” da Fundação Perseu Abramo e inúmeras outras atividades formativas do partido, percebemos ao longo destes 41 anos a redução da formação político-ideológica em favor de — digamos — uma “capacitação” em políticas públicas e no exercício de mandatos. Nada contra a capacitação técnica, mas, sem formação político-teórico-ideológica, caímos numa espécie de gerencialismo. Aliás, registro aqui observação recente (maio de 2021) de Wladimir Pomar: “Revendo as coisas, acho que nossa formação de quadros teve a lacuna de não incluir, de modo explícito, os temas básicos da filosofia e da economia política. Ou seja, faltou a base do restante”.

Nem sempre estas mudanças estão explícitas nas resoluções do PT sobre o assunto, até porque nem sempre as resoluções refletem a realidade nem expressam as divergências. Pelo contrário, as resoluções em geral nos pintam geralmente melhor do que somos.

Seja como for, para que cada um forme sua própria opinião a respeito, recomendamos a leitura das resoluções do Partido.

Recomendamos, também, a leitura do texto “A política de for-

mação do Partido dos Trabalhadores”, elaborado pela Secretaria Nacional de formação política em 1988.

Em nossa opinião, mais de 30 anos depois, este texto segue um bom roteiro para nossa Conferência nacional de formação.

Finalmente, chamamos a atenção para uma velha verdade: organização é política concentrada.

Uma linha política concentrada em disputar eleições, gerir mandatos, fazer alianças com partidos de centro e executar um programa que não toca nas estruturas do capitalismo não convive bem com um programa de formação política militante e de organização de núcleos de base.

Óbvio que tudo vale a pena quando a alma não é pequena: que 6 mil pessoas se inscrevam na jornada é uma boa notícia e, se disso surgirem seis núcleos, ou 60, ou 600, será um grande avanço. Mas não podemos achar que os problemas políticos e organizativos do PT se resolverão principalmente através... da pedagogia, da formação, da educação.

Entretanto, há quem acredite que o PT perdeu boa parte de sua organização de base, deixou muitas vezes de lado seu método de contato com o povo etc., devido a problemas de natureza organizativo-pedagógica, não devido a opções políticas, programáticas e estratégicas. Quem pensa assim conclui que não seria imprescindível mudar a linha política. Pelo contrário, acredita que seria possível, mantida a linha política geral atualmente hegemônica no Partido, mudar a maneira como o Partido se organiza e funciona na base.

Não acreditamos nisso. Organização é política concentrada e uma linha política incorreta produz uma organização inadequada. Logo, não haverá nunca coexistência pacífica entre formar massivamente militantes e ao mesmo tempo o partido continuar funcionando em bases principalmente eleitorais-institucionais.

Um dos motivos pelos quais o Instituto Cajamar fechou, em 1996, é que a lógica que anima a formação massiva de militantes

não é — no limite — compatível com a lógica que converte os militantes em filiados-eleitores.

Por isso, os objetivos do projeto Nova Primavera, em favor da formação política e da organização de núcleos, só ganham consequência e chance real de êxito se forem acompanhados de um esforço no sentido de construir uma nova estratégia petista de luta pelo socialismo no Brasil, uma estratégia adequada aos tempos abertos desde pelo menos o dia seguinte ao segundo turno de 2014 e que tiveram seguindo na ofensiva golpista, no impeachment, na condenação/prisão/interdição de Lula, na eleição fraudulenta de Bolsonaro e nas contrarreformas ultraliberais e neofacistas.

A formação dos núcleos de base

Uma demonstração da contradição entre o esforço do Nova Primavera e a estratégia ainda predominante no PT, é a dificuldade que estamos enfrentando — na jornada — no sentido de construir núcleos de base.

Na história dos partidos socialistas, encontramos duas dinâmicas diferentes: os partidos que se organizam para disputar eleições e os partidos que se organizam para disputar o poder. Esses últimos são capazes de disputar eleições, mas não apenas isso. Se organizam para dirigir a transformação da sociedade e por isto buscam se organizar em todos os “terrenos” possíveis: locais de trabalho, de moradia, de estudo, de comunicação, cultura e lazer etc.

A dificuldade que muitos integrantes da Jornada estão demonstrando, seja de compreender, seja de implementar a construção de núcleos de base, revela o quão profundamente o nosso Partido se transformou desde os anos 1980. Hoje, precisamos de uma imensa “fisioterapia”, de um imenso exercício de RPG para reaprender a fazer organização de base. Mas a essência da dificuldade não é pedagógica, mas política: trata-se de compreender que núcleos de base só fazem sentido como parte de uma estratégia cuja perspectiva é disputar o poder, não apenas eleger governantes e parlamentares.

Seja como for, é muito importante que o maior número possí-

vel de militantes participe da jornada de formação política intitulada de Nova Primavera.

Sempre lembrando que, se não houver uma mudança na linha política geral do Partido, o máximo a que vamos chegar é uma situação que era muito comum na Igreja católica no passado recente: os conservadores controlando o Vaticano, ampliando sua influência entre os bispos, dominando a voz oficial da Igreja, enquanto nas pastorais sociais a esquerda mantinha influência, criando uma espécie de “mundo paralelo” que fazia coisas muito boas (como a campanha contra a dívida externa), mas que não impedia que a estrutura hierárquica da Igreja funcionasse noutro sentido.

Em estruturas hierárquicas, é preciso mudar a cabeça. Nos partidos, é preciso mudar a linha estratégica e programática.

Esta discussão mais geral sobre a relação entre política e organização tem um aspecto sobre o qual é necessário chamar a atenção.

Vou dar um exemplo.

Na época do Instituto Cajamar (1986-1996), havia uma polémica informal entre o que na época alguns chamavam de “metodólogos” e “conteudistas”. Os “metodólogos” muitas vezes insinuavam que os conteudistas seriam adeptos de uma educação bancária (ou seja, que depositaria o conhecimento na cabeça das pessoas, mais ou menos como um caixa de banco deposita as notas nas caixinhas de sua gaveta). E os “conteudistas” muitas vezes insinuavam que os metodólogos seriam basistas que evitavam as questões de fundo.

Claro que o debate era bem mais complicado, mas cito esta polémica porque considero que o espírito “metodólogo” pode ser funcional, pode ser útil, pode ser conveniente para quem pretenda exatamente contornar o debate político de fundo.

Neste sentido, a inspiração de Paulo Freire (o “freirar” o PT, o ver-julgar-agir etc.) é sem dúvida extremamente útil no trabalho de base, o que inclui a formação política de massa; mas não considero que seja a melhor ferramenta, ou uma ferramenta suficiente para a

formação política de quadros.

Seja como for, está em curso um debate sobre a formação política do PT. O calendário tentativo deste debate é, segundo nos informaram:

Até 15 de junho: lançamento do texto-base e do regulamento da Conferência;

Nos meses de julho, agosto e setembro, as etapas zonais e municipais da Conferência;

Em outubro, as etapas estaduais.

Em novembro, a etapa nacional.

É muito importante o engajamento de todos e todas nesse processo. Afinal, repetimos, dos rumos do PT depende, em boa medida, os rumos do Brasil. E uma mudança nos rumos do Brasil terá um impacto imenso sobre a América Latina e, por tabela, sobre o mundo. Assim, façamos a nossa parte.

Nota 1

O PT foi criado em 1980 e sua história pode ser periodizada assim:

- 1 - Os antecedentes e a fundação;
- 2 - Os anos heroicos, até 1989;
- 3 - Os anos de luta contra os governos neoliberais (1990-2002);
- 4 - Os anos de governo federal petista (2003-2014);
- 5- A luta contra o golpismo, o bolsonarismo e o ultraliberalismo (2015-2021).

Ao longo destes vários períodos, o PT foi se transformando.

O pano de fundo dessa transformação é o que ocorreu no Brasil e no mundo depois de 1980. A combinação entre neoliberalismo, retrocesso do desenvolvimentismo (principalmente da industrialização), liberalização da socialdemocracia e retrocesso do socialismo de tipo soviético afetaram profundamente o PT, tanto no plano objetivo quanto no plano subjetivo.

Quem no meio desta tempestade conseguiu achar a contramola que resiste foi a China, entre outros motivos porque — a exem-

plo do que propunha Lênin quando defendia a NEP — percebeu que, quando você está escalando um monte e não consegue ir em linha reta, pode ser útil baixar um pouco para voltar a subir por outro caminho.

Nota 2

O tema dos “setores médios” ou — para usar um termo vintage — o tema do pequeno-aburguesamento do PT é muito importante e terá imensa influência também no trabalho de formação.

Nesse tema, é preciso distinguir diferentes questões:

O que entendemos por setores médios (os assalariados de maiores salários/os pequenos proprietários não capitalistas/os setores de baixo escalão da classe capitalista);

O papel dos setores médios na sociedade brasileira (tenentismo, marchas da família com deus e pela liberdade, mobilizações contra a ditadura, no Fora Collor, no impeachment etc.);

A oscilação dos setores médios, do radicalismo socialista ao radicalismo fascista;

O efeito das crises econômicas sobre parcela dos setores médios: hay gobierno, soy contra;

O papel dos setores médios na elaboração e na difusão da visão de mundo tanto da burguesia quanto da classe trabalhadora, bem como o papel dos setores médios na organização prática daquelas classes;

O tratamento que os governos Lula e Dilma deram à classe trabalhadora, à burguesia e aos setores médios, vis a vis o discurso relativo ao “país de classe média;

O “pequeno-aburguesamento” de uma parcela do PT e seus efeitos na relação com a classe trabalhadora, na relação com a política e na visão de mundo (fenômeno que também ocorre em outros partidos).

Nota 3

Nossos economistas, por exemplo, a quem geralmente compete a tarefa de debater e elaborar aspectos centrais de nossos progra-

mas de governo, obtiveram a maior parte de sua educação teórica não nos espaços educativos de um Partido socialista, mas na vida acadêmica.

Sendo assim, que surpresa há com o fato de grande parte deles serem keynesianos e não marxistas? Serem defensores de um capitalismo democrático e não defensores do socialismo?

Claro que, falando em tese, o fato de sermos um partido-lago nos permite trazer para dentro do Partido o que de melhor existe do lado de fora, sem que isto altere o sentido geral da atuação do Partido. Mas isso é assim nos momentos em que a classe trabalhadora está na ofensiva. Por outro lado, quando estamos na defensiva, se não tivermos mecanismos próprios de formação, o que trazemos de fora pode contribuir para alterar o sentido geral da atuação do Partido.

Vale dizer, entretanto, que o caso mais exemplar de contaminação neoliberal do nosso partido não foi causado por nenhum adventício. Lembrai-vos de Mister Palocci.

Nota 4

A condição de partido-lago (e não partido-fonte) fez o PT muito sensível ao comportamento da massa da classe trabalhadora.

Isto tem um lado negativo (agir como “partido de retaguarda”) e tem um lado positivo (risco baixo de vanguardismo, que foi fatal no passado).

Mas este lado positivo não deve ser visto de maneira ingênua, pois pode se converter em paralisia combinada com baluartismo, abotínice, em eterno elogio ao grande passado que temos pela frente.

Seja como for, se não houver movimentos de fora para dentro que empurrem o PT, teremos problemas crescentes.

Nota 5

Quem quiser saber mais a respeito do Instituto Cajamar pode ler aqui:

<http://abet-trabalho.org.br/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-68-instituto-cajamar-cajamar-sp/>

<https://www.pagina13.org.br/vida-longa-ao-instituto-cajamar/>

<https://www.pagina13.org.br/instituto-cajamar-alguns-documentos/>

O Instituto Cajamar foi criado em 1986 e deixou de funcionar como escola em 1996.

A partir daí e até fevereiro de 2021, funcionou como “casa de encontros”.

Nota 6

Aqui há um tema sobre o qual pensar: a necessidade de uma estrutura permanente (como uma Escola), que funcione como uma espécie de “estrutura de Estado”, ao mesmo tempo que existe uma estrutura de governo (a SNFP).

Este foi num certo sentido o modelo do Instituto Cajamar.

Este foi o modelo pensado, também, noutros momentos.

Mas, quando se criou a atual Escola do partido, se fez um ornitorrinco: se criou dentro da FPA a Escola; temos na Fundação uma diretoria de formação; e temos a Escola, que não é dirigida pela diretoria de formação; a Escola é dirigida por um conselho, que é composto pela SNFP, por alguém eleito pelo DN para dirigir a Escola e por alguém eleito pela diretoria da FPA; teoricamente, a Escola deveria receber uma verba do partido, mas esta verba nunca ou quase nunca foi repassada; portanto, é a FPA que sustenta a Escola; mas, ao mesmo tempo, não é a FPA que dirige a Escola; nem é a SNFP que dirige a Escola. Enfim, um modelo organizativo muito confuso e um modelo de financiamento que é uma coisa no papel e outra na vida real, existindo sobreposição de funções e uma certa confusão sobre o papel de cada uma.

SOBRE “O ALFAIATE DE ULM”

Esta história também nos diz respeito

*Valter Pomar, em 25 de dezembro de 2017**

O alfaiate de Ulm (Boitempo, 2014) é a última obra de Lucio Magri (1932-2011), intelectual comunista italiano e um dos responsáveis pela criação de Il Manifesto, periódico lançado em 1969 e que segue sendo publicado.

O alfaiate de Ulm pode ser lido em várias chaves: relato autobiográfico e testamento político, panorama do século 20, ensaio sobre a história e as perspectivas do movimento comunista italiano (especialmente o apêndice, um documento de 1987 intitulado “Uma nova identidade comunista”).

O movimento comunista da Itália possui uma gênese histórica distinta, onde confluem as características próprias daquele país, o impacto da Revolução Russa de 1917, a luta contra o fascismo e as batalhas da Guerra Fria.

Nesse contexto, o Partido Comunista não foi apenas uma organização política: foi também uma instituição cultural com imenso enraizamento na classe trabalhadora, na juventude e na intelectualidade, que teve na obra de Antonio Gramsci sua feição teórica mais conhecida e reconhecida.

Apesar disto tudo — ou por causa disso tudo, como fica claro da leitura de O alfaiate de Ulm — o Partido Comunista Italiano cometeu suicídio em 1989.

Diferente das pequenas seitas militantes, que conseguem so-

breviver em condições variadas e inóspitas, os partidos de massa parecem sobreviver apenas em determinadas condições. E, como demonstra Lucio Magri, várias das condições que tornaram possível a existência de um forte comunismo reformista italiano e europeu desapareceram junto com a União Soviética e com a reestruturação capitalista simultânea à ofensiva neoliberal.

Dito de outra forma, a força das duas grandes famílias da esquerda europeia (o reformismo social-democrata e o reformismo comunista), assim como o brilho dos grupos de ultraesquerda que viviam à sombra daquele duplo reformismo, dependiam das condições “político-ecológicas” existentes na Europa enquanto durou a chamada bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos.

Quando este conflito cessou, com a vitória dos Estados Unidos, a social-democracia experimentou uma deriva neoliberal; e o reformismo comunista, uma deriva social-democratizante.

Claro que isto não foi um processo uniforme. Uma das qualidades de O alfaiate de Ulm é apresentar uma interpretação do que teria ocorrido no caso italiano. Vale destacar esta palavra: interpretação. Há muitas outras interpretações e sempre haverá o que estudar acerca das desventuras em série que atingiram o movimento comunista, o conjunto da esquerda e da classe trabalhadora, especialmente na Europa dos anos 1980 e 1990. A Itália constitui um caso destacado, em boa medida devido ao fato de lá estar baseado o tantas vezes denominado de maior partido comunista do Ocidente.

O alfaiate de Ulm pode ser lido com muito proveito por quem tem interesse em compreender os dilemas da classe trabalhadora, da esquerda brasileira e especialmente do Partido dos Trabalhadores.

Época e circunstâncias muito diferentes, obviamente. A começar pelo fato de que as variáveis internacionais que fortaleciam o reformismo socialdemocrata e comunista na Europa, produziam efeitos muito distintos na América Latina e Caribe, Brasil inclusive.

Isso ajuda a entender por que, na mesma época em que o PCI

cometia suicídio, abandonando suas tradições e inclusive seu nome, o Partido dos Trabalhadores estava convertendo-se em força hegemônica na esquerda brasileira.

Guardadas essas diferenças, é impossível não enxergar certas semelhanças entre os dilemas vividos pelo Partido Comunista Italiano nos anos 1970 e 1980 e os impasses vividos mais de vinte anos depois pelo Partido dos Trabalhadores brasileiro.

Os dilemas do PCI são descritos detalhadamente em *O alfaiate de Ulm*. Segundo Lucio Magri, a peculiaridade do PCI (...) era a de ser um “partido de massas” que “fazia política” e agia no país, mas também se instalava nas instituições e as usava para conseguir resultados e construir alianças (p.333).

Magri demonstra que a atuação na institucionalidade não foi apenas uma estratégia. Mais do que isso, converteu o PCI em parte estrutural do Estado italiano, naquilo que Magri chama de um elemento constitutivo de uma via democrática. Uma medalha que, no entanto, tinha um reverso (p.333).

Esse “reverso”, que soa tão familiar ao que acompanham as vicissitudes atuais da esquerda brasileira, é assim apresentado por Lucio Magri: “Não me refiro apenas ou sobretudo às tentações do parlamentarismo, à obsessão de chegar a todo custo ao governo, mas a um processo mais lento. No decorrer das décadas, e em particular em uma fase de grande transformação social e cultural, um partido de massas é mais do que necessário, assim como sua capacidade de se colocar problemas de governo. Mas, por essa mesma transformação, ele é molecularmente modificado em sua própria composição material” (p.333).

Talvez esteja nisto a maior contribuição de *O alfaiate de Ulm*: essa abordagem profundamente histórica da vida de um partido político, ou seja, a compreensão de que a história de um partido só pode ser adequadamente compreendida como parte da história de uma sociedade, enquanto processo integrado entre as opções es-

tritamente políticas, as tradições culturais e as relações sociais mais profundas, num ambiente nacional e internacional determinado.

A descrição que Lucio Magri faz do processo de seleção e promoção dos dirigentes partidários fala por si: a formação de novas gerações, mesmo entre as classes subalternas, ocorria sobretudo na escola de massas e mais ainda por intermédio da indústria cultural; os estilos de vida e os consumos envolviam toda a sociedade, inclusive os que não tinham acesso a eles, mas alimentam a esperança de tê-lo; as “casamatas” do poder político cresciam em importância, mas descentralizavam-se e favoreciam aqueles que ocupavam as sedes; a classe política, mesmo quando permanecia na oposição e incorrupta, à medida que a histeria anticomunista diminuía, criava relações cotidianas de amizade, amálgama, hábitos e linguagem com a classe dirigente (p.333).

Essa “mescla de costumes” da “classe política” com a “classe dirigente”, como sabemos, não é uma peculiaridade italiana. Tampouco seus efeitos organizativos, assim descritos por Magri: as seções não estavam mais acostumadas a funcionar como sede de trabalho das massas, de formação cotidiana de quadros; eram extraordinariamente ativas apenas na organização das festas do Unitá, e mais ainda nos períodos de eleição nacional e local; as células nos locais de trabalho eram poucas e delegavam quase tudo ao sindicato. Nos grupos dirigentes, a distribuição dos papéis havia mudado muito: o maior peso e a seleção dos melhores haviam se transferido das funções políticas para as funções administrativas (municípios, regiões e organizações paralelas, como as cooperativas). Portanto, mais competência e menos paixão política, mais pragmatismo e horizonte político mais limitado. Os intelectuais sentiam-se estimulados para o debate, mas sua participação na organização política havia declinado e o próprio debate entre eles era frequentemente eclético. A exceção era o setor feminino, em que um vínculo direto entre cúpula e base criava uma agitação fecunda (p.334).

Noutras palavras, Lucio Magri descreve como as transformações “moleculares” causaram uma metamorfose no Partido Comunista: pouco a pouco foi deixando de ser um fator de subversão, transformando-se em peça importante na engrenagem do Estado e da política italiana. Uma peça diferente das outras, como demonstraria a Operação Mãos Limpas, que confirmaria que o PCI soubera resistir à corrupção sistêmica. Mas uma peça da engrenagem, como demonstra o fato de o PCI não ter sobrevivido ao colapso da estrutura política italiana.

Nesse sentido, a interpretação feita por Lucio Magri parece demonstrar que o Partido Comunista Italiano não foi vítima do fracasso, mas sim uma vítima do sucesso da “estratégia” que alguns denominaram, na Itália e aqui no Brasil, de “melhorista”.

Essa estratégia não apenas melhorou a vida da classe trabalhadora italiana, como converteu o comunismo numa força influente e vista como ameaçadora pela classe dominante e pelos Estados Unidos, que atuaram tanto aberta quanto secretamente para evitar o êxito da aliança entre o PCI e a Democracia Cristã. Lucio Magri trata destas operações, especialmente visíveis no caso Aldo Moro.

Bloqueado pela direita, o PCI tentou – sob a direção de Berlinguer – uma saída pela esquerda. Os capítulos que tratam desta fase são talvez os mais interessantes de O alfaiate de Ulm, em parte por discutirem se a história poderia ter seguido um caminho diferente.

Como sabemos, entretanto, não foi isto o que ocorreu. Ao longo dos anos 1970 e 1980, alteraram-se profundamente os parâmetros dentro dos quais se movera a política no pós-Segunda Guerra, tanto na Itália quanto no mundo. O PCI não conseguiria chegar ao poder nos marcos daqueles parâmetros em vias de desaparecimento. Não conseguiria tampouco defendê-los frente à ofensiva neoliberal e à crise do socialismo. Nem conseguiria sobreviver para atuar nas novas condições.

Lucio Magri descreve, num tom profundamente autocrítico e em certo momento impiedoso consigo mesmo, as opções feitas

pela maioria dirigente do PCI, que levaram à mudança do nome e das tradições políticas e culturais do Partido. Mostra como havia energias vivas na base militante do comunismo italiano, energias que não foram suficientes para dar vida ao projeto da Refundação Comunista.

Enfim, pelo que descreve, pelas conclusões a que chega e pelas perguntas que deixa, O alfaiate de Ulm, de Lucio Magri, é leitura mais do que relevante para os que têm interesse em compreender os dilemas atuais do Partido dos Trabalhadores, do conjunto da esquerda e os rumos da política brasileira neste terceiro milênio.

MAGRI, Lucio. O alfaiate de Ulm. Uma possível história do Partido Comunista Italiano. Título original: Il Sarto di Ulm: Una Possibile Storia del PCI. São Paulo: Boitempo, 2014. Isbn 978-857-559-356-1. 415 páginas.

*Texto publicado originalmente na Revista Brasileira de História. Disponível no blog de Valter Pomar: <https://valterpomar.blogspot.com/2017/12/sobre-o-alfaiate-de-ulm.html>

ANTONIO MARTINS E O OTIMISMO DA ESQUERDA NÃO PETISTA

Valter Pomar, em 11 de junho de 2017

Recomendo a leitura do texto abaixo, de Antonio Martins, publicado no Outras Palavras. (<http://outraspalavras.net/capa/jeremy-corbyn-revela-outra-esquerda-e-possivel/>)

Primeiro e principalmente, pelo que ele informa acerca da Inglaterra e de Jeremy Corbin.

Segundo, porque ele revela um traço muito curioso do pensamento de certa esquerda não petista.

Essa esquerda não petista está sempre atenta aos sinais que vêm do exterior: o altermundismo, o Podemos, o Syriza, Parti de Gauche, Melenchon, agora, Jeremy Corbin.

Além de atenta — no que faz muito bem — é cheia de otimismo com o que acontece lá fora.

Nisso, lembram a atitude de parte dos setores médios brasileiros, quando se trata de comparar o Brasil com o resto do mundo.

Voltando à esquerda não petista, lhes falta otimismo quando se trata de analisar a situação do Partido dos Trabalhadores.

Cá entre nós: se comparamos a história do Labour Party com a história do Partido dos Trabalhadores, o PT ganha de longe em termos de radicalidade e compromisso de classe.

E, mesmo assim, foi possível à esquerda ganhar o Labour.

Porém, quando se trata do Brasil, Antonio Martins afirma que aqui não há “um instrumento político, uma forma de organiza-

ção em que possam debater, permanecer mobilizadas, construir visões coletivas sobre o mundo, o país e sua cidade. Os partidos já não cumprem este papel. Não surgiu ainda nada como um Podemos ou como a rebeldia de Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista britânico.”

Imagino quantas vezes o próprio Jeremy Corbin deve ter ouvido este tipo de profecia acerca do Labour.

Imaginem se ele tivesse acreditado nisso.

Caso Corbin tivesse dado ouvido para os “Antonios Martins” da Inglaterra, o Antonio Martins do Brasil não poderia estar comemorando agora.

*Texto publicado originalmente no blog de Valter Pomar. Disponível em: <https://valterpomar.blogspot.com/2017/06/antonio-martins-e-o-otimismo-seletivo.html>

BERNIE SANDERS: DERRETENDO CORAÇÕES

Valter Pomar, em 3 de fevereiro de 2016

Vale a pena assistir o vídeo (link ao final) que recebi de um reconhecido intelectual marxista, junto com a pergunta: “Quem no PT faria o mesmo discurso?”

Respondi que muita gente, até porque Sanders é um democrata radical USA, cujos méritos, mas também limites, ficam claros quando se presta atenção no conteúdo de seu discurso.

A pergunta do reconhecido intelectual apenas confirma que o coração de muita gente de esquerda vem sendo reanimado, nos últimos tempos, pelo Papa Francisco, pelo fortalecimento da esquerda do Labour Party e, agora, pelo fortalecimento da esquerda do Partido Democrata.

Uma instituição e dois partidos que, na história do século XX e inclusive desde 1980, cometeram atitudes que (pelo menos por enquanto...) assustam até mesmo os setores mais moderadíssimos do PT.

Basta pensar nas políticas externas da Inglaterra e dos EUA, quando o Labour e os Democratas estiveram a cargo. Ou lembrar do papel jogado pelo Papa Bento e por seu antecessor contra a igreja progressista e contra diversos setores populares.

Ora, se mesmo em instituições tão integradas à ordem podem surgir forças capazes de comover até o derretimento corações de

esquerda, porque então não poderia surgir algo igual (ou quem sabe ainda mais potente) do interior do Partido dos Trabalhadores?

Por qual motivo setores da esquerda duvidam tanto desta possibilidade, ao ponto de transformar o PT em alvo central de seus ataques? Claro, o comportamento de alguns setores do PT é sem dúvida o principal responsável pelo ceticismo. Mas os exemplos acima citados deveriam ser levados em conta pelos críticos do petismo.

Assunto para pensar com atenção, passado o Carnaval, é claro.

<https://www.youtube.com/watch?v=Sn98cubmoqQ>

*Texto originalmente publicado no blog de Valter Pomar. Disponível em: <https://valterpomar.blogspot.com/2016/02/bernie-sanders.html>.

O QUE NÃO FAZER?

*Roteiro de Valter Pomar sobre o tema “Experiências Internacionais de Organização Partidária”, elaborado para o Seminário sobre Organização Partidária, promovido pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores**

27 e 28 de agosto de 2015, em São Paulo, no Hotel San Raphael

Agradeço à direção do PT o convite para contribuir neste seminário.

Faço parte dos que foram derrotados nas principais votações do recente quinto congresso, tanto nas questões políticas quanto nas questões organizativas.

Votei contra a continuidade do PED e a favor do sistema de eleição em congressos. E sou autor, junto com a companheira Iole Iliada, de um recurso ao Diretório Nacional do PT, questionando a "legalidade" da decisão adotada quanto a contribuição militante.

No mérito, considero um despautério que um Partido como o PT, num momento como este, desvincule o direito de votar da obrigação de contribuir financeiramente. O momento é de construir o autofinanciamento militante!!!

Dito isto, passo a tratar do tema para o qual fui convidado: “Experiências Internacionais de Organização Partidária”. Para tal, a organização me concedeu dez minutos para uma fala inicial e cinco minutos para comentar após as intervenções dos participantes, mais o direito a distribuir um texto de 5 mil caracteres, o que equivale a uma página do jornal *Página 13*.

Como o assunto não cabe neste tempo nem neste espaço, optei por preparar esta exposição por escrito, que a Sorg se dispôs a imprimir e distribuir aos presentes ao seminário. Além de estar disponível no valterpomar.blogspot.com.br

O que as experiências internacionais têm a nos dizer?

Começo afirmando a seguinte ideia: **não existem "modelos" na luta da classe trabalhadora pelo socialismo**. A tentativa de "copiar as opções" (ou o que achamos que foram as opções) adotadas pela classe trabalhadora em outros países e épocas não deu e nunca dará certo.

Ou seja: em cada país, em cada época, cada classe trabalhadora terá que construir seu programa, sua estratégia, seus instrumentos organizativos, suas táticas e formas de luta. Portanto, a forma de organizar a luta da classe trabalhadora e as ideias correspondentes são marcadamente históricas, correspondem a um determinado momento da luta de classes em um determinado país.

Embora isso seja verdade, a tendência a copiar modelos é fortíssima. Por que isto acontece?

Em primeiro lugar, porque o capitalismo, a classe trabalhadora e a luta pelo socialismo são fenômenos internacionais.

Em segundo lugar, porque o maior êxito da classe trabalhadora num determinado país ou época estimula seus contemporâneos a "seguir os passos do caminho".

Assim é que houve uma tendência a copiar os franceses (até a derrota da Comuna de Paris), depois uma tendência a copiar os alemães (até a I Guerra Mundial), depois uma tendência a copiar os russos, os chineses, os cubanos etc. Vale destacar que esta tendência é estimulada em certa medida pela classe dominante, através da propaganda negativa que faz acerca de determinadas experiências.

Em terceiro lugar, porque é realmente útil estudar as experiências internacionais, desde que fique claro o que buscamos neste

estudo. E o que buscamos não são as respostas certas, mas sim as "perguntas certas".

Dito de outra forma, a experiência internacional não nos responde como organizar a classe trabalhadora brasileira na luta pelo socialismo.

Não existe um "supermercado de experiências", onde a gente possa adquirir a "melhor forma de organização de base", a "melhor forma de mobilização", o "melhor tipo de comunicação", o "melhor tipo de direção" e assim por diante.

O que a experiência internacional pode nos ajudar é a elaborar uma lista de "perguntas" que devemos tentar responder, ao analisar a realidade brasileira.

Dito de outra forma, o estudo da experiência internacional (que em grande medida consiste no estudo de várias outras experiências nacionais ao longo da história) pode nos ajudar a produzir uma síntese dos grandes temas, das grandes questões, das grandes perguntas. Mas a resposta adequada aos nossos problemas, isto tem que ser produto da "análise concreta da situação concreta", para usar uma frase conhecida.

O que foi dito até agora poderia ser formulado de outra forma, mais digamos "humorística", a saber: a experiência internacional pode nos indicar "o que fazer para que as coisas terminem mal". Pode nos indicar, dito de outra forma, "o que não fazer". Por razões meramente didáticas, é desta forma "humorística", que eu vou organizar o restante da minha exposição.

O que não fazer?

I. Abrir mão da independência de classe

A experiência histórica demonstra: a classe trabalhadora deve construir organizações próprias, para travar a luta econômica, política e ideológica. Sindicatos e outras formas de organização, par-

tidos, escolas e meios de comunicação: ou se constrói, ou se perde a luta.

No caso do petismo, o *déficit* mais evidente ao longo destes 35 anos está no terreno da comunicação. Não apenas falta uma política e uma ação de comunicação à altura das necessidades (não temos um jornal diário, por exemplo). Mas também o conteúdo de nossa comunicação é pífio e muitas vezes errado, como eu percebo toda vez que vejo o Kassab, o Levy, o FMI e o Setúbal ganharem destaque positivo na página eletrônica do PT nacional.

A ausência de uma política de comunicação afeta a independência de classe, pois ajuda (por omissão) a manter uma grande parte da classe trabalhadora sob domínio da visão de mundo dos capitalistas e dos setores médios.

Depois de tantos anos, não se pode atribuir o problema a falta de recursos humanos ou materiais. E depois da exitosa e logo desenhada experiência do Muda Mais, ficou claro que não se trata tampouco da rejeição aos impressos em favor das novas mídias. Há uma divergência de fundo, acerca da necessidade ou não de uma verdadeira rede de comunicação partidária.

E esta divergência, é bom que se diga, se estende ao conjunto da obra: desde 2003, muito pouco foi feito para quebrar o oligopólio da mídia e democratizar a comunicação de massa. Ao revés, a Globo continua tendo tratamento vip.

II. Deixar de construir uma interpretação própria acerca da realidade

A experiência histórica também demonstra: a classe trabalhadora precisa construir (e reconstruir, atualizando-a o tempo todo) uma interpretação própria acerca da luta de classes no terreno internacional e nacional, portanto acerca do desenvolvimento capitalista em geral e de cada formação social nacional.

É bom dizer que nunca houve nem nunca haverá uma única

interpretação, nem haverá “a” interpretação. Mas a busca por construir uma interpretação própria, do ponto de vista da classe trabalhadora, é essencial para o êxito da luta de nossa classe. Trata-se de uma tradução — no plano das ideias — da seguinte noção básica: a classe trabalhadora que produz a riqueza deve, através da sua organização e ação coletiva, tomar em suas mãos a definição de como produzir, como distribuir e como organizar a sociedade.

Um dos piores efeitos colaterais da ação combinada da ofensiva neoliberal e da crise do socialismo, nos anos 1980 e 1990, foi exatamente o retrocesso no terreno das ideias.

O retrocesso ocorreu, antes de mais nada, no plano material, com o fechamento de editoras, escolas, jornais, provocando a redução nos recursos humanos e materiais dedicados à luta de ideias. Mas também ocorreu um retrocesso no terreno das ideias propriamente ditas: no mundo inteiro, caiu a influência do marxismo (ou, melhor seria dizer, dos marxismos) e cresceu a influência das correntes ideológicas burguesas, inclusive no interior dos partidos de esquerda.

Em alguma medida, isso era inevitável. A derrota do socialismo de tipo soviético, da social-democracia europeia e do nacional-desenvolvimentismo, acompanhadas de uma nova fase no desenvolvimento capitalista, obrigaram a classe trabalhadora a tentar construir interpretações novas para os problemas antigos e a buscar construir soluções novas para os problemas novos. E, enquanto isto não acontecia, é evidente que as ideias burguesas ocupariam mais espaço do que antes.

Um problema adicional, no caso do Brasil e do PT, é que não fizemos este “dever de casa”. Embora haja no Partido muita gente que gosta de citar o Gramsci, a verdade é que não se leva muito à sério a ideia de que o Partido deva ser um intelectual coletivo. Isto pode ser confirmado, analisando-se por exemplo as experiências & vicissitudes do Instituto Cajamar e da Fundação Perseu Abramo.

Importante lembrar que não há nenhuma experiência exitosa

de luta pelo socialismo, que não tenha envolvido a construção de uma *intelectualidade orgânica*. Não estamos falando, como é comum na esquerda brasileira hoje, de buscar a “assessoria” de intelectuais tradicionais (estejam eles onde estiverem e sejam quem forem). Estamos falando, isto sim, de construir uma “contra-elite intelectual”, vinculada organicamente à classe trabalhadora, capaz tanto de enfrentar o pensamento dominante quanto de construir uma visão de mundo adequada aos interesses da nossa classe.

A debilidade da nossa intelectualidade orgânica fica clara no caso do debate econômico: parte dos petistas incorporou o credo neoliberal (exemplo disto é a submissão mental ao dogma do superávit primário); outra parte combate o neoliberalismo a partir do credo keynesiano (o que implica, como estamos vendo neste segundo governo Dilma, num alto risco de capitulação). Aliás, a própria ilusão de que os “economistas profissionais” são os mais habilitados para discutir e elaborar nossas alternativas é por si mesma reveladora.

Outro exemplo de debilidade da nossa intelectualidade orgânica está na maneira como interpretamos a estrutura de classes da sociedade brasileira. Há entre nós desde aqueles que abandonaram a luta de classes como vertebradora, tanto da ação quanto da compreensão da realidade; passando por aqueles que acreditam na luta, mas não acreditam no caráter central do conflito entre a classe trabalhadora e os capitalistas; até aqueles que corretamente reconhecem o papel central da luta de classes e do conflito capital versus trabalho, mas não atualizaram seu conhecimento da realidade, muito embora a composição de cada classe e do conjunto da estrutura social brasileira tenha sofrido mudanças importantes desde os anos 1980.

Podemos dizer, portanto, que a esquerda brasileira como um todo e o PT em especial ampliaram sua influência política, mas carregando uma bagagem teórica e ideológica debilitada e as vezes

parcialmente emprestada dos seus adversários. O que ajuda a explicar a perplexidade de alguns frente ao que está ocorrendo agora.

Essa contradição entre influência política e influência ideológica — que também ocorre no plano nacional, em que ganhamos quatro eleições presidenciais, mas sem consolidar uma maioria político-cultural a favor de mudanças estruturais — tem relação direta com determinadas opções políticas que fizemos desde 1995. Resumidamente, certos “atalhos” podem custar muito caro no médio prazo.

É bom que se diga, entretanto, que não somos os únicos. Por exemplo, parte da esquerda latino-americana vive a mesma situação: mesmo em países onde a situação política é mais avançada, a compreensão teórica dos processos está extremamente defasada e muitas vezes atrapalhada pela predominância de paradigmas enfeudados e as vezes totalmente incorretos quando se trata da interpretação do capitalismo do século 21, do balanço das tentativas de construção do socialismo no século 20 e das formulações estratégicas. Claro, dizem que a coruja de Minerva alça voo ao anoitecer. Mas nossa coruja às vezes parece empalhada.

III. Desistir da luta pelo poder

Pode parecer estranho, mas há várias correntes — como os zapatistas, por exemplo — que acreditam ser possível “mudar o mundo sem tomar o poder”.

Aqui no Brasil temos algo análogo, por exemplo o Frei Betto, que volta e meia critica o PT por ter — na opinião dele — cometido o erro de trocar um projeto de nação por um projeto de poder, quando a verdade é o oposto: o PT foi abrindo mão da luta pelo poder e se contentando em lutar pelo governo. Para depois de quatro eleições presidenciais, descobrir o óbvio: enquanto a classe dominante controlar os fatores fundamentais de poder, ela con-

tinuará dispondo dos meios seja para virar o jogo a seu favor, seja para limitar de modo estrutural nossos avanços.

O caso do Frei Betto, deixando de lado alguns aspectos da digamos personalidade política dele, revela um aspecto do problema que vale a pena comentar: a influência do pensamento cristão no petismo fez e faz com que sejamos muito suscetíveis ao senso comum segundo o qual “todo poder corrompe”, “política é coisa suja” etc. Senso comum muito útil aos que já detêm o poder, para convencer os que não detêm o poder a manterem-se no seu lugar, para “não se sujar”.

Esse senso comum acerca do poder afetou negativamente o nosso pensamento e nossa ação estratégica. E — ao não entendermos nem tratarmos corretamente o tema do poder — acabamos na teoria fazendo um discurso liberal sobre ética & cidadania, ao mesmo tempo em que na prática baixamos a guarda inclusive no tema da corrupção.

A este respeito, é bom dizer que nosso partido foi vítima precoce do mesmo mal que atingiu tantos partidos socialistas, especialmente daqueles que detinham o poder de Estado. Claro que a oposição de direita é hipócrita, claro que a justiça é seletiva, claro que a mídia deforma, claro que nossos governos tomaram medidas importantes no combate à corrupção. Mas também é verdade que baixamos a guarda, nos acomodamos ao modo tradicional de fazer política e — além disso — introduzimos em nosso Partido métodos degenerados de luta interna, baseados na mesma mercantilização eleitoral que condenamos na sociedade. Sem falar no olhar de paisagem com que vários de nós passaram a encarar os famosos “sinais exteriores” ostentados por alguns filiados.

Vale lembrar que a burocratização e a corrupção em larga escala atingiram vários partidos no Leste Europeu. E que na China, o PCCh transformou o combate à corrupção em questão de vida ou morte. O tema da corrupção, portanto, pode ser “ético” no plano individual, mas no plano da luta de classes é parte da disputa pelo

poder. E quem não quer disputar/conquistar/tomar o poder, é disputado/conquistado/tomado por quem controla o poder.

Aceita a tese de que não podemos desistir da luta pelo poder, é preciso enfrentar três temas vinculados: o que é o poder, quem deve conquistar o poder, como conquistar o poder. Sobre isto há um debate internacional que podemos rastrear pelo menos desde os tempos da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, até os tempos atuais. Este debate é tão atual que, por exemplo, leva alguns de nós a “defender a democracia” e outros a “defender as liberdades democráticas”. Como não há tempo nem espaço, sejamos telegráficos: quem deve conquistar o poder é a classe trabalhadora; como conquistar o poder é “o” debate estratégico; e o poder é uma relação social, que se cristaliza periodicamente em determinadas instituições (a propriedade das empresas, as forças armadas, os meios de comunicação, as instituições estatais, as organizações populares etc.).

Se queremos aprender algo das experiências internacionais, especialmente das fracassadas, que são as mais interessantes, devemos retomar o debate estratégico e dar conta das questões expostas no item acima. Digo que as fracassadas são as mais interessantes, no espírito da frase famosa: “todas as famílias felizes são parecidas; as infelizes são infelizes cada uma a sua maneira”.

IV. Romper a relação entre reformas e revolução

Na virada do século 19 para o século 20, houve um grande debate entre os principais dirigentes da socialdemocracia — pessoas como Rosa Luxemburgo, Bernstein, Kautsky e Lenin — acerca da relação entre a luta pelo socialismo e a luta cotidiana da classe trabalhadora, por melhorar suas condições de vida no capitalismo.

Este debate continuou por todo o século 20 e reaparece, sob diferentes formas, no dia a dia de todo militante de esquerda. Na prática somos estimulados a dar conta do imediato, do urgente, do

que está ao nível de consciência das pessoas. Mas se nos limitarmos a isto, que tipo de mudança produziremos ao final?

Dito de outra maneira e dando um exemplo: devemos lutar por aumentar nossos salários, mas o aumento dos salários não vai modificar o sistema social em que alguns são proprietários e outros vendem sua força de trabalho. E se o que queremos é mudar este sistema, então é preciso combinar a luta por “reformas” com a luta por “revolução”.

No caso do Brasil, fazer esta discussão exige remover várias camadas de confusão. De cara, vivemos num país onde nunca houve uma revolução social, pelo menos não algo similar às várias revoluções ocorridas na França entre 1789 e 1870, nem similar a guerra de independência dos EUA e a posterior guerra civil que acabou com a escravidão, nem similar ao que ocorreu na Rússia, ou na China, ou em Cuba.

Ao mesmo tempo, vivemos num país onde a classe dominante chama episódios como 1930, 1932 e 1964 de “revolução”.

Simultaneamente, aqui no Brasil o termo reformas possui vários significados. Exemplo: as “reformas de base” defendidas pela esquerda em 1964 versus as “reformas neoliberais” aplicadas pelo PSDB nos anos 1990.

Essa confusão, digamos, não é apenas linguística. Corresponde a um contexto extremamente resistente ao radicalismo político e social.

Quando o PT surgiu, ele enfrentou esta tradição de conciliação e pacto; mas ao longo do tempo, fomos nos habituando, nos conformando, nos adaptando, nos domesticando — para usar uma expressão que, por essas ironias da vida, foi notabilizada noutros tempos pelo atual presidente do PT, Rui Falcão.

Hoje, o PT precisa recuperar sua “indignação com tudo isto que está aí”, recuperar sua capacidade de expressar a insatisfação popular, a rebeldia plebeia, o protesto proletário. Pois se não fizermos isto, se não formos também expressão da insatisfação e rebel-

dia social, nos converteremos num “partido da ordem”, no sentido estrutural da palavra. É o que trataremos no próximo ponto.

V. Subordinar o Partido ao Estado e/ou ao governo

Nos anos 1990, quando a União Soviética veio abaixo, importantes intelectuais petistas diziam que um dos maiores ensinamentos daquela experiência foi a de que não se deve confundir nem subordinar Partido e Estado. Este é um tema muito complexo, pois a experiência histórica mostra que quando há uma revolução, o Partido que dirige esta revolução torna-se, ele mesmo, o núcleo do poder de Estado. E que, portanto, nestes casos, embora Estado e Partido sejam instituições diferentes, o vínculo entre elas é muito forte.

Reconhecendo essa realidade, tanto Lênin quanto Gramsci defendiam que o Partido assumisse conscientemente o papel de construtor do novo Estado. Sendo que a partir da experiência prática entre 1917 e 1924, Lenin enfatizava muito a distinção entre as tarefas de “administração” e “direção” (ou seja, entre governo e Estado).

No debate dos anos 1990, alguns intelectuais do PT entraram na onda de estigmatizar Lenin e desidratar Gramsci, ao ponto de converterem a noção de disputa de hegemonia em “interlocução” institucional. E, no lugar da visão clássica da esquerda sobre o Estado, grande parte do PT foi adotando o famoso “republicanismo”, que tem seu melhor exemplo no comportamento passivo do governo, especialmente do atual ministro da Justiça, frente à atitude de setores do judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal: “aos inimigos, nem mesmo a lei”.

Num resumo: da crítica parcialmente justa à confusão entre Partido e Estado, alguns avançaram para a crítica ao papel dirigente do Partido frente ao Estado e terminaram subordinando o Partido ao Estado.

Essa discussão sobre a “separação entre Partido e Estado” estava em curso, no Brasil dos anos 1990, no mesmo momento em que a esquerda brasileira tinha como um de seus objetivos conquistar governos. E quando chegávamos a uma prefeitura, a um governo estadual e mesmo ao governo nacional, ganhavam destaque os problemas na relação entre partido e governo. Problemas para os quais a “definição teórica” segundo a qual partido é partido, governo é governo, Estado é Estado, demonstrou-se absolutamente insuficiente. E, na prática, parcelas crescentes do PT vem se subordinando aos seus governos e através deles, ao Estado.

Evidente que os problemas citados ocorreram e ocorrem em diversas experiências internacionais, especialmente desde 1998 na América Latina. Ou seja: onde a esquerda chegou ao governo através de eleições, experimenta problemas similares. O que nos remete ao debate sobre a relação entre partido, governo e Estado, em *condições normais de temperatura e pressão*.

As condições *anormais* de temperatura e pressão são aquelas em que, no curso de uma revolução, a esquerda tenta construir ou reconstruir à sua imagem e semelhança o Estado. Temos outras situações em que, quando vence uma eleição em condições de grande crise, a esquerda tenta reformar o Estado através de um processo constituinte.

O Brasil não viveu nenhuma destas situações. Aqui a esquerda foi chegando ao governo e foi deixando de lado as tentativas de transformar a estrutura do Estado (leia-se: aquelas estruturas e regras de funcionamento que definem a quem o Estado realmente serve). Basta ver o que aconteceu com o orçamento participativo e mesmo as limitações de nossas conferências nacionais e conselhos, para perceber do que estou falando.

Como resultado disso, o governo é por definição refém do Estado. E quando um partido tem como única orientação estratégica disputar e vencer eleições, ele torna-se refém do governo, que é refém do Estado. Dito de outro jeito: o Partido tende a deixar de

ser uma instituição cujo objetivo é subverter a ordem, e tende a converter-se numa instituição paraestatal.

Um dado irônico é que esta mutação na natureza do Partido é justificada por discursos os mais variados. Desde 2003, ouvimos de tudo, desde argumentos supostamente “leninistas” em favor da centralização e subordinação do partido ao governo, até argumentos liberais e “republicanos”. Mas uma coisa é a aparência e outra coisa é a essência do fenômeno. E a essência é a conversão de parcelas crescentes do partido em organismo paraestatal, de um Estado construído por e a serviço de nossos inimigos de classe.

Grande parte das discussões sobre a “burocratização” do Partido, sobre sua desimportância, sobre sua subordinação ao governo, assim como sobre a relação entre movimentos, partido e governo, estão relacionados a este processo de fundo, de “estatização” do Partido. Não deixa de ser curioso que à frente deste processo estejam, muitas vezes, os que mais alto gritaram contra a “confusão” entre Partido e Estado no socialismo real...

Em reação a este processo de estatização da vida partidária, há os que dizem que o problema está em disputar eleições e/ou que o antídoto estaria nos movimentos sociais. Em relação ao primeiro argumento, podemos dizer que — enquanto estivermos na atual situação histórica — ele equivale a *pedir para parar o mundo, para que possamos descer*. Afinal, não existe possibilidade — ao menos nas atuais condições históricas — de “escolher” não disputar eleições ou de “escolher” não dar importância para a luta de classes que se trava no terreno das instituições de Estado. Aliás, alguns dos que menosprezam a importância estratégica das disputas eleitorais acabam, na vida real, participando delas da pior maneira possível. A questão, óbvio, está em como participar ou, de maneira mais geral, no “lugar” que a disputa eleitoral ocupa no conjunto da estratégia. O que nos conduz ao tema das lutas e movimentos sociais.

VI. Achar que a salvação está nos movimentos sociais

Quando o PT surgiu, dava-se uma ênfase enorme ao papel dos movimentos sociais e ao mesmo tempo havia uma subestimação do papel da luta institucional. Hoje, muitos dos personagens que nos anos 1980 encabeçaram a construção do PT, voltam a fazer um discurso enfático sobre o papel estratégico dos movimentos sociais, como um antídoto à “institucionalização”.

Essa defesa da retomada de um certo discurso e prática, defesa que alguns chamam de “volta às origens”, esconde uma armadilha lógica. A saber: se nós defendíamos aquilo e deu nisto, por qual razão defender de novo aquilo agora vai dar noutro resultado, agora vai resolver o problema? Dito de outro jeito, temos que responder porque “aquilo” deu “nisto”?

Não temos tempo nem espaço para apresentar aqui uma resposta adequada à tal questão, mas é possível indicar onde está um dos núcleos “teóricos” do problema. Trata-se da confusão que se faz entre três níveis diferentes de questões: 1) o movimento social enquanto movimento real de setores ou do conjunto da classe trabalhadora; 2) o movimento social enquanto organizações que expressam de maneira permanente determinados setores da classe trabalhadora; 3) o movimento social enquanto militantes políticos (integrantes ou não de partidos formais) que atuam e dirigem o movimento real e/ou as organizações permanentes.

Evidente que não há caminho para o êxito da classe trabalhadora sem o concurso articulado destes três níveis. Mas, atenção, a cada tarefa seu instrumento. Olhando para a experiência histórica, não há absolutamente nenhum caso em que os “movimentos sociais” tenham resolvido o problema do “poder de Estado”, nem mesmo conquistado governos. Quem faz isto são os partidos. O exemplo da Bolívia, para tristeza de quem tem uma visão ingênua sobre o papel dos movimentos sociais, talvez seja um dos melhores exemplos disso.

Parte da confusão pode ser desfeita quando percebemos a relação que existe entre o “partido” no sentido *amplo* e o partido

no sentido *estrito* da palavra. Apenas uma minoria da “militância dos movimentos sociais”, ou seja, apenas uma minoria daquelas pessoas que dirigem as organizações e os movimentos sociais, são filiadas a partidos políticos no sentido estrito da palavra. Mas todos e todas que são “militantes sociais” integram o partido no sentido amplo da palavra, ou seja, compõem o setor de vanguarda da classe trabalhadora. Em determinados momentos da história de um país, um “partido no sentido estrito” hegemoniza o “partido no sentido amplo”. Em certa medida, isso aconteceu com o PCB no período 1945/1964 e com o PT no período 1989/2003. Noutros momentos, não há (ou está em crise) um partido hegemônico e a militância social vive em estado de crescente dispersão. Nestes momentos surge a tendência a tratar como absolutamente distintas e até antagônicas a “militância partidária” e a “militância social”. Surge também uma tendência a atribuir aos “militantes sociais” e/ou aos “movimentos sociais” tarefas de partido.

O fato é que, quando os partidos falham, apelar aos “movimentos” pode ser apenas uma maneira de não responder por qual motivo os partidos falham. Vide as expectativas ontem depositadas no Syriza e hoje depositadas no Podemos. Assim, há um conjunto de questões a responder de forma articulada: qual o lugar que os movimentos sociais (enquanto luta real e concreta), e qual o lugar que os movimentos sociais (enquanto organizações permanentes) e qual o lugar que os militantes dos movimentos sociais têm na estratégia global de transformação do Brasil?

No fundo, só consideramos acertado falar que a “salvação está nos movimentos sociais” no sentido de que nossa estratégia só terá êxito se tiver apoio no movimento real da classe trabalhadora, se soubermos combinar formas de luta, se por exemplo estimularmos a construção de um poder alternativo e paralelo, que possibilite termos um governo que não seja refém do Estado, que permita termos um partido que não seja refém do governo. Ou seja, a “salvação” está também nos movimentos sociais, a depender de como

se articule — no contexto de uma estratégia geral — a ação do movimento real da classe, a ação das organizações da classe, a ação dos militantes que atuam nos movimentos sociais (partido amplo), a ação dos militantes partidários (partidos no sentido estrito).

O que foi dito antes tem relação direta com a discussão que está em curso, hoje, sobre a necessidade de construir uma frente popular (para alguns) ou uma frente de esquerda (para outros). As diferentes visões programáticas, estratégicas e táticas se traduzem em pelo menos três posições organizativas: há os que pretendem construir uma frente ampla de partidos, movimentos e “personalidades”, há os que pretendem construir uma frente de movimentos e há os que pretendem construir um novo partido chamado de “frente”. Evidentemente, se prevalecesse a posição destes últimos, não haveria frente alguma. Já os que defendem uma frente apenas de movimentos estão querendo utilizar um instrumento (a Frente) para tentar resolver um problema de outra natureza (o Partido).

VII. O culto à personalidade

Na ausência de uma visão ou resposta estratégica, muita gente deposita suas esperanças em soluções mágicas. Voltando ao debate dos anos 1990: fazia parte do pacote ideológico “comprado” por algumas pessoas criticar o socialismo soviético, a revolução, o partido de vanguarda e o *culto à personalidade*.

A crítica foi tão malfeita que, quando o problema surgiu entre nós, tivemos dificuldades para reconhecer e tentar corrigir o problema. O resultado é que em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil, pratica-se um *culto à personalidade de baixa intensidade*.

No nosso caso, na atual conjuntura, trata-se do *último refúgio dos desesperados*: “Tá tudo muito complicado, mas o Lula *vai* ganhar as eleições em 2018 e tudo *vai* se resolver”.

Quem diz isto geralmente não explica por quais motivos ele vai

ganhar as eleições e por quais motivos seu governo vai corrigir os rumos. Trata-se, no fundo, de uma crença, não de análise. Uma crença que tem uma larga tradição na história do Brasil e também uma larga presença no movimento socialista internacional.

Não é preciso gastar muito argumento: os indivíduos, especialmente as lideranças, têm um papel na história, maior ou menor. A questão é saber que "tipo de relação" se estabelece entre o indivíduo e o coletivo, entre as lideranças, o partido, a classe e a maioria do povo. Como tantas outras questões que tratamos aqui, não há uma resposta única, nem que seja válida para todos os tempos e situações. E, para falar a verdade, embora haja acertos, os erros cometidos a respeito disto são monstruosos.

No caso do Brasil, temos uma peculiaridade: o processo eleitoral e o exercício de mandatos eletivos estimulam um determinado tipo de relação entre o indivíduo e o coletivo.

Se o coletivo (seja a sociedade, seja o Partido) não criar antídotos, o que vai prevalecer será o "poder unipessoal" no Executivo e o "cretinismo" no parlamento (para citar um cidadão conhecido, o cretinismo parlamentar consistia *"numa espécie de delírio que acometia as suas vítimas, as quais acreditavam que todo o mundo, o seu passado e o seu futuro se governavam por uma maioria de votos ditada por aquela assembleia (...) e tudo o que se passava fora daquelas quatro paredes muito pouco ou nada significavam ao lado dos debates importantes"*).

Uma das curiosidades é que os executivos autoritários e os parlamentares cretinos muitas vezes usam como desculpa o fato de terem sido eleitos pelo povo. O que confirma que a demagogia basista pode ser, às vezes, a melhor desculpa para o autoritarismo.

Isso nos remete a duas discussões que estão relacionadas, mas são distintas: como ampliar as liberdades democráticas na sociedade e como garantir a democracia no interior do Partido. O primeiro tema está relacionado com a discussão da Constituinte, da reforma política e do Estado, da democracia na comunicação etc.

Já o segundo tema diz respeito diretamente ao que estamos discutindo neste texto: o controle da direção pelas bases, o controle dos mandatários pela direção, as estruturas, o funcionamento e o financiamento do Partido, sua relação com a militância social, com a classe e com a maioria do povo.

Há um imenso debate a respeito de como fazer isto, envolvendo questões como partido de massas e de quadros, partido de vanguarda e “centralismo democrático”, papel das direções e direito de tendências, existência e papel de funcionários e profissionalizados (o que no caso da atual esquerda brasileira envolve não apenas a burocracia partidária, mas também a sindical, parlamentar e governamental), funções e poderes dos organismos de base (núcleos, setoriais, células), formação e comunicação partidárias etc. Trata-se de um debate tão apaixonante, pelo menos para os que somos dirigentes na ativa ou na reserva, que é comum perdermos de vista a natureza essencialmente política do problema.

VIII. Abrir as portas do partido

Certas pessoas gostam quando aparece uma solução fácil para um problema difícil. Infelizmente, muitas vezes trata-se apenas de prestidigitação. Ou seja: se nosso problema é de linha política, olhemos para o outro lado e vamos discutir o estatuto. Se nosso problema é que a direção não está à altura das tarefas, olhemos para o outro lado e vamos discutir como “organizar o partido a partir da base”. Se nosso problema é estar perdendo apoio na classe trabalhadora, olhemos para o outro lado e vamos nos transformar em um “partido de portas abertas”, o que pode significar várias coisas diferentes, não necessariamente aquilo de que realmente precisamos: *reatar os laços com a “velha” classe trabalhadora e construir laços com a “nova” classe trabalhadora*. Se nosso partido está vivendo uma crise tremenda, que lembra perigosamente o estágio fatal de outros grandes partidos de esquerda no mundo e no Brasil, vamos

fingir que somos uma jabuticaba e que nada disso vai acontecer conosco.

Um dos partidos mais interessantes do século 20 foi o Partido Comunista Italiano. Viveu experiências tremendas (revolução, ascensão do fascismo, guerra de guerrilhas, lutas sociais e parlamentares), construiu uma interpretação acerca da Itália e do mundo (vide Gramsci), possuía uma vida interna pujante, base de massas, força na classe trabalhadora... e desapareceu, suicidou-se. A tragédia é detalhadamente descrita no livro *O alfaiate de Ulm*, de Lucio Magri. Livro que este seminário deveria sugerir como leitura obrigatória para todo petista. Até porque nos permite perceber algo muito interessante: a crise de um partido que tem enorme importância não é um fenômeno singular, faz parte da crise mais geral de todo um sistema político.

Nosso PT tem infinitos problemas organizativos, alguns muito superiores aos de outros partidos que desapareceram na poeira da história. Dou como exemplo a situação de colapso em nossa comunicação, o déficit de formação política, o esfacelamento dos núcleos de base, o enfraquecimento da ligação de parcelas de nosso partido com a vida e a luta cotidiana dos trabalhadores, a dependência frente aos recursos financeiros públicos e empresariais etc. Esta situação nos empurra, como é óbvio, a dar aos problemas organizativos um papel destacado; não digo que isto seja totalmente errado, mas acho que é *essencialmente* errado, se por “problemas organizativos” entendermos técnica, administração, regras e estatuto.

Para explicar o que quero dizer, termino com uma “anedota”. Deixei de ser dirigente profissionalizado em dezembro de 2013. E, depois de 16 anos, resolvi tirar um ano sabático, que, no meu caso, foi dedicado, entre outras coisas, a algo meio *vintage*: ler os 50 volumes das *Obras Completas do Lênin*.

Lênin é conhecido, dentre os dirigentes da esquerda, pelo alto valor que deu ao tema do Partido. Cinquenta volumes depois,

obviamente constatee que isso é verdade. Mas muito mais verdade é que, para Lênin, *a questão organizativa é uma questão política*. Como ele dizia, a organização é política concentrada. Noutros termos, os problemas organizativos do PT não serão resolvidos se não resolvermos nossos problemas políticos.

Adendo, por fim, outro comentário, sugerido por um companheiro e também baseado no Lênin: o russo dizia que não existe situação sem saída para a burguesia. Agrega o citado companheiro: a burguesia aprende com nossos erros e acertos. Nós precisamos fazer o mesmo.

Valter Pomar, 26 de agosto de 2013

PS. Agradeço a quem opinou sobre este texto, em especial ao Rodrigo César, ao Diego Pitirini, ao Wladimir Pomar, ao Breno Altman, à Rachel Moreno, ao Lincoln Secco, ao Carlos Virtude e demais participantes da lista Marxorg : Marxismo e Organização Política. Por óbvio, nenhum dos que ajudaram tem qualquer responsabilidade pelo que foi dito neste texto.

*O texto foi publicado em coletânea organizada pelo PT. Disponível também aqui: <https://valterpomar.blogspot.com/2015/08/contribuicao-ao-seminario-de.html>

ENTREVISTA DE VALTER POMAR AO WILSON JUNIOR SOBRE O FORO DE SP

Publicada em 23 de junho de 2015

1. No período em que você foi secretário-executivo do Foro de São Paulo, quais foram as lições mais importantes que você tirou dessa experiência? Desde que saiu do cargo de secretário-executivo, qual é a sua relação com o Foro, quem atualmente ocupa o cargo, e como é feita essa seleção?

Valter Pomar: A lição mais importante? A de que existir um espaço como o Foro é extremamente útil para a integração latino-americana e caribenha, bem como para os processos de transformação que estão em curso em cada país. Eu deixei de ser secretário-executivo do Foro de SP em novembro de 2013. Desde então, a única relação que mantenho com o Foro é de leitor das resoluções. A secretária-executiva atual do Foro é a companheira Monica Valente. A tradição é: a pessoa que ocupa a Secretaria de Relações Internacionais do PT também assume a Secretaria Executiva do Foro de SP.

2. Na sua opinião, quais foram as maiores conquistas do Foro de São Paulo na última década, e quais são os seus maiores desafios hoje? Em que pontos o Foro de São Paulo é diferente do que era quando começou?

A maior conquista do Foro é ter contribuído para transformar a região, num sentido progressista e de esquerda. O Foro de SP, quando começou, era composto basicamente por partidos de opo-

sição. Hoje, cresceu a presença de partidos que participam dos seus respectivos governos nacionais. Isso é uma das principais diferenças. Não sou a pessoa adequada para falar dos desafios, isto compete a quem está participando, o que não é o meu caso.

3. O Foro de São Paulo se apresenta como um foro de debates da esquerda latino-americana, criado para se contrapor ao neoliberalismo, com grande ênfase em uma maior integração da América Latina e Caribe. A proposta é similar à do Fórum Social Mundial? Qual seria a principal diferença? Ainda, qual é a relação do Foro com a Unasul? Você acredita que muitas ideias desenvolvidas no Foro influenciam o modus operandi desse órgão?

O Foro de São Paulo surge antes do Fórum Social Mundial. E, num certo sentido, ajuda a criar o ambiente que tornou possível a existência do FSM. O Foro de SP reúne partidos políticos. Já o FSM cria uma série de restrições à presença dos partidos. O Foro de SP consensua um plano de ação e uma visão comum, há setores do FSM que se opõem a isto. O Foro de SP contribuiu indiretamente para as inflexões no Mercosul, bem como para a criação da Unasul e da Celac. Num sentido muito geral, muito genérico, é possível dizer que as ideias desenvolvidas no Foro estão presentes na ação da Unasul.

4. Em “Notas Sobre as Relações Internacionais do PT”, fica evidente que você dá grande importância ao tema, e é uma referência como quadro teórico desse campo no Partido dos Trabalhadores. Como você acha que a sua visão e a do Foro influenciaram e influenciam as políticas externas do PT, e como governo do Partido dos Trabalhadores poderia melhorar nesse campo?

Não sou a pessoa adequada para responder como minha visão influenciou e influencia a política de relações internacionais do PT. Desde que saí da Secretaria Executiva do Foro, nunca mais participei de nenhuma atividade partidária para debater as relações

internacionais. O PT influenciou e foi influenciado pelo Foro de SP. No caso do governo Lula, a influência principal foi do setor progressista, democrático, nacionalista do Itamaraty.

5. Muitos partidos de esquerda da América Latina e Caribe fazem parte do Foro de São Paulo, conforme a lista disponibilizada no próprio site oficial do Foro. No entanto, todos os partidos têm igual importância e engajamento nas atividades e nas convicções ideológicas do Foro de São Paulo?

Não sei como é hoje. No período em que fui secretário, havia um engajamento desigual. Mas importância todos têm, até porque o sistema de funcionamento do Foro não vincula participação com tamanho ou assiduidade.

6. Você é membro do Diretório Nacional do PT, tendo sido já secretário de Assuntos Internacionais. Qual é o papel do PT no Foro de São Paulo? É possível afirmar que o PT e o Partido Comunista Cubano conceberam o Foro desde o princípio, e ainda hoje ocupam uma posição estratégica fundamental para a estratégia socialista latino-americana?

Eu fui membro do DN de 1997 até 2013. Desde dezembro de 2013, eu sou suplente da direção. O PT e o PC de Cuba foram decisivos na criação do Foro e cumprem um papel importante para sua existência até hoje. Ambos partidos continuam sendo muito importantes na definição dos destinos da região.

7. No livro *A Estrela na Janela*, bem como em diversos escritos seus, fica evidente que, na sua opinião, o caminho mais progressista para o Brasil passa pela integração latino-americana, possibilitada pela eleição de governantes de esquerda ligados ao Foro de São Paulo. Você acha que hoje a América Latina está mais perto de atingir esse fim de ser uma “Pátria Grande”, ou uma “URSAL” (expressão utilizada nos primeiros anos do Foro para designar a União das Repúblicas Socialistas da América Latina) do que antes de 2003? Quais

são os principais obstáculos da atualidade para atingir esse fim?

Depende. Em termos de integração, estamos melhor do que em 1990 e pior do que em 2005. Os principais obstáculos? Há os de sempre, que são os Estados Unidos e a classe dominante local. Mas estes não são os decisivos, pois sempre estiveram aí. Os obstáculos decisivos são nossos erros e insuficiências.

8. Qual é a importância do BRICS para a esquerda latino-americana? A aproximação com a Rússia e China é o melhor caminho para a integração latino-americana? O que o PT pode aprender com a China, em termos de experiência socialista? No que consiste o “Seminário Brasil-China”, quantas edições já ocorreram, e quais foram os principais proveitos tirados por esse contato com o Partido Comunista Chinês? O trabalho do seu pai, Wladimir Pomar, foi importante para as recentes aproximações entre Brasil e China?

Os BRICS não são importantes em si. Eles são importantes a depender da estratégia que defendamos.

A integração latino-americana e caribenha pode se beneficiar de uma relação adequada com China e Rússia, bem como com Índia e África do Sul. Mas “o melhor caminho” não é a relação com os BRICs, mas, sim, aprofundar relação entre nós, países da região.

O mais importante que podemos aprender com a China é a não copiar modelos. Há outros aprendizados, mas este é o principal. Quem pode falar do Seminário Brasil-China são as companheiras Monica Valente e Iole Iliada, esta última vice-presidente da Fundação Perseu Abramo. Não sou a pessoa adequada para avaliar o trabalho do Wladimir Pomar.

9. Hoje, existem muitos críticos do Foro de São Paulo, que afirmam que esse é um espaço em que a velha esquerda socialista/comunista anterior à queda do muro de Berlim se rearticulou em uma nova estratégia socialista internacional para o continente latino-americano, de maneira discreta,

tendo feito formidáveis avanços com a eleição de tantos presidentes ligados ao Foro. Essa concepção é correta, ou peca em alguns pontos? A proeminência do Partido Comunista Cubano no Foro não colocaria em xeque o caráter democrático do ideal socialista almejado pelo Foro?

Começando pelo final, tudo depende do que entendemos por democracia. E, no meu conceito, um dos critérios é: é o povo de cada país que deve dizer a última palavra sobre que democracia deseja. Motivo pelo qual eu acho que determinadas críticas ao PC cubano são antidemocráticas, pois no fundo desejam que lá se implante um sistema eleitoral que favoreça uma minoria pró-EUA. Quanto à concepção que você resume, eu te diria o seguinte: que bom que na América Latina conseguimos criar um espaço onde várias esquerdas cooperam contra os inimigos comuns. Azar dos inimigos, sorte a nossa.

10. Ainda sobre democracia, você acredita que a via socialista é compatível com a subsistência de instituições democráticas, independentes e imparciais? A posse de um poder hegemônico não sacrifica necessariamente a democracia e as liberdades individuais? O socialismo que o Foro almeja é uma etapa intermediária para o comunismo, ou algo mais parecido com um Estado de bem-estar social inclinado à esquerda?

No Foro de São Paulo, convivem comunistas, socialistas, social-democratas, nacionalistas etc. E, dentro de cada uma destas famílias, há diversas visões. Portanto, não considero possível dar uma resposta precisa à tua pergunta. Minha opinião absolutamente pessoal sobre as tuas perguntas é: 1) eu chamo de socialismo o processo de transição do capitalismo ao comunismo; 2) o chamado Estado de Bem-Estar pode existir no capitalismo e no socialismo; 3) democracia não é uma coisa, é uma relação social historicamente determinada, assim como o poder, a hegemonia e inclusive as liberdades individuais; 4) por isso, temos exemplos, na história,

tanto de ditaduras capitalistas quanto de democracias socialistas; 5) independência e imparcialidade não são valores absolutos: tem que ver em relação ao quê.

11. Outra grande polêmica entre os críticos do Foro de São Paulo é a participação das FARC nos seus encontros. Mem-bros das FARC participam dos encontros hoje, deixaram de participar após a eleição do PT no Brasil, ou nunca participa-ram? Em uma entrevista, você afirmou que as FARC nunca participaram do Foro, mas Raul Reyes, em uma entrevista à Folha, afirma ter presidido com o ex-presidente Lula um dos encontros do Foro. Essa afirmação procede? O Hugo Chávez também afirma ter conhecido Reyes em um dos encontros do Foro, junto com Lula. Não comprometeria a credibilidade do Foro a convivência entre partidos legais e uma organização guerrilheira clandestina, conhecida por envolvimento em se-questros e narcotráfico?

Se você leu minhas entrevistas, não tenho por que repetir o que já disse. Está tudo lá. Lembro, adicionalmente, que quando o Foro foi criado, em vários países havia luta armada contra ditaduras. É o caso de El Salvador, por exemplo. O atual presidente de El Sal-vador era, em 1990 um líder guerrilheiro. Por fim, especificamente sobre as FARC, acho que devemos apoiar as negociações de paz que estão em curso em Havana. Certos discursos sobre sequestros e narcotráfico são utilizados para inviabilizar as negociações.

12. Como você vê as críticas, em geral, ao Foro? Há poucos anos, dar importância ao Foro de São Paulo parecia coisa de teóricos da conspiração, mas agora cada vez mais se tem fala-do a respeito, sobretudo entre militantes de direita. Ontem, por exemplo, um movimento de liberais protestou em frente a um consulado venezuelano em São Paulo, com os dizeres “Fora Foro de São Paulo”. Seriam, de alguma forma, sinal do sucesso do Foro de São Paulo, que começa a incomodar deter-minados setores da sociedade?

Olha, eu gostaria de te responder que sim, que é um sinal de sucesso do Foro. Mas temo que a insistência com que falam do assunto esteja ligado a algo mais simples: estes setores da direita são cavernícolas.

13. Você tem criticado com veemência algumas atitudes do governo Dilma, bem como a atual estratégia predominante do PT, mas sempre como alguém que empreende uma luta dentro do âmbito do Partido. Como se dá essa dialética entre partido e governo? Por que você não considera razoável a atitude de boa parcela da esquerda que rompeu com o PT, afirmando que o Partido se corrompeu ao grande capital, traíndo seus ideais socialistas e sua militância? Para que a América Latina seja socialista/comunista, é indispensável que o PT esteja à frente desse processo, ou seria possível formar uma nova frente de esquerda que dispense o PT?

O sucesso da integração depende, em boa medida, dos rumos que Brasil, Argentina e Venezuela adotarem. Os rumos do Brasil dependem, em boa medida, das opções feitas pelo PT. No atual período histórico, não considero possível avançar na integração sem o PT ou contra o PT. Por outro lado, com o PT é possível tanto avançar quanto recuar.

Isso posto, quem transforma o PT em inimigo principal acaba de braços dados com a direita. Agora, se formos derrotados, não será por culpa destas pessoas. Será por culpa nossa. Especialmente daqueles que insistem em manter uma estratégia política superada pela realidade.

14. Por que você acha que a tendência majoritária do PT está adotando uma postura “suicida”, ao não mudar de estratégia? Você tem afirmado a necessidade de o PT mudar sua política de alianças, sobretudo rompendo com partidos como o PMDB, mas isso não tornaria altamente improvável sua eleição, ou ainda sua governabilidade impraticável?

Olhe a realidade: que tipo de governabilidade é possível atual-

mente, tendo o PMDB como “aliado principal”? Olha o passado recente: o PMDB era “aliado principal” nas eleições de 2002 e 2010? A aliança estratégica com o PMDB foi uma opção errada, não era necessária nem inevitável. E está nos conduzindo à derrota. Mudar de estratégia é arriscado? Claro. Mas melhor correr um risco do que caminhar bovinamente para o matadouro.

15. É possível que o PT possa levar adiante seu programa para o Brasil, bem como praticar as resoluções do Foro de São Paulo, sem mudar o quadro institucional atualmente estabelecido?

O PT não tem que aplicar as resoluções do Foro. O Foro não centraliza ninguém, não impõe suas resoluções a nenhum de seus integrantes. O PT tem que aplicar as resoluções do PT. E as resoluções do PT falam que é preciso uma reforma política profunda, porque a atual institucionalidade é um obstáculo para as reformas estruturais que o Brasil necessita.

16. Em 2005, o então presidente Lula, em comemoração aos 15 anos do Foro de São Paulo, afirmou: “Foi assim que nós pudemos atuar junto a outros países com os nossos companheiros do movimento social, dos partidos daqueles países, do movimento sindical, sempre utilizando a relação construída no Foro de São Paulo para que pudéssemos conversar sem que parecesse e sem que as pessoas entendessem qualquer interferência política.” A partir daí, muitos passaram a entender o Foro como uma organização discreta, interferindo, com suas resoluções, a política dos países, “sem que parecesse”, com seus partidos obedecendo a uma agenda socialista/comunista que não explicitam em seus programas eleitorais, mas cumprem em obediência ao Foro. Você acha que as palavras de Lula foram mal interpretadas?

Não sei se entendi a tua dúvida. A frase do Lula é correta. A

agenda do Foro não é “socialista” nem “comunista”. A agenda do Foro é antineoliberal, anti-imperialista, pró-integração regional.

E, como já disse, ninguém obedece ao Foro, pois o Foro não manda em nenhum dos partidos que o integram. Por outro lado, veja: em todos os países da região, há partidos socialistas e comunistas atuando, participando das eleições, governando etc. Portanto, a existência de uma “agenda” socialista ou comunista, defendida pelos respectivos partidos socialistas e comunistas, faz parte da paisagem, exceto, é claro, para os saudosos das ditaduras.

17. Por fim, é possível dizer que o PT passou por uma “metamorfose”, para usar uma expressão sua, e perdeu seu projeto ideológico de vista, ou o PT apenas não fez reformas mais profundas no Brasil, como Cuba ou Venezuela, porque o Brasil vive uma conjuntura diferente que ainda não permite isso, mas talvez um dia permitirá uma democratização mais profunda?

O Brasil vive uma conjuntura diferente. Agora, esta conjuntura diferente poderia ser diferente e com reformas. Se nossa conjuntura é diferente e sem reformas, isto está ligado a determinadas opções feitas (e outras não feitas) pelo PT.

*Texto publicado originalmente no blog de Valter Pomar. Disponível aqui: <https://valterpomar.blogspot.com/2015/06/entrevista-ao-wilson-junior-sobre-o.html>

Valter Pomar, em 8 de abril de 2015

Elaborado originalmente para apresentação durante a primeira turma do curso internacional de formação de formadores em inglês. A versão abaixo tem adaptações.

Introdução

Este texto é composto de quatro partes. A primeira faz um resumo da biografia de Lênin. A segunda apresenta as obras completas de Lênin. A terceira faz um resumo da trajetória da revolução russa. A quarta e última parte propõe uma análise da contribuição de Lênin ao pensamento socialista.

A primeira parte (o resumo biográfico) foi escrita em 2001, como subsídio a uma homenagem que a tendência petista Articulação de Esquerda fez a Lênin e a Comuna de Paris.

Resumo biográfico

Vladimir Ilitch Uliánov (cujo nome foi alterado posteriormente para Ulianovsk) nasceu em Simbirsk em abril de 1870.

Seu pai era inspetor de escolas primárias; morreu quando Vladimir tinha 16 anos. Sua mãe e irmãs foram companhias constantes, inclusive no exílio interno e externo.

Aos 17 anos, Vladimir perdeu seu irmão mais velho: Alexandre Ulianov foi executado em maio de 1887 por ter participado de uma conspiração contra a vida do czar Alexandre III.

Em julho do mesmo ano, Vladimir concluiu seus estudos se-

cundários. E, em agosto, ingressou na Faculdade de Direito de Kazan, de onde foi expulso em dezembro, devido ao envolvimento no movimento estudantil.

Passou então alguns anos sob “liberdade vigiada”, quando estudou sistematicamente o marxismo. Nesse mesmo período, travou contato com representantes das diferentes correntes revolucionárias existentes na Rússia de então, a principal das quais era o “populismo”.

A tradição principal do “populismo” acreditava ser possível construir o socialismo na Rússia, sem passar pelo capitalismo, tomando como ponto de partida a comunidade camponesa russa.

O “populismo” assumiu várias formas, como a “ida ao povo”, quando milhares de estudantes, intelectuais, jovens dirigiram-se às aldeias camponesas; e o “terrorismo”, para quem matar o Czar desestruturaria o absolutismo russo.

Parte da tradição populista desembocou posteriormente no Partido Socialista-Revolucionário (SR), de fortes raízes no campesinato. A ala esquerda dos SR participará da revolução de outubro de 1917, aliada aos bolcheviques.

Em 1892, Vladimir recebeu o diploma de advogado, após ter prestado exames como “aluno avulso”.

O “disfarce” de advogado foi útil quando, na São Petersburgo de 1893 a 1895, passou a frequentar círculos de debate, a tomar contato com o movimento operário e a escrever seus primeiros textos, em que combatia as ideias do populismo e do chamado “marxismo legal”.

O “marxismo legal” adotava os pontos de vista do marxismo, mas, na prática, servia-se dessas ideias para fazer a apologia do desenvolvimento capitalista.

Uma obra representativa deste período é o livro Quem são os “Amigos do povo” e como lutam contra os social-democratas.

Em 1895, Vladimir (que chamaremos a partir de agora pelo “nome de guerra” com que se tornaria mundialmente conhecido:

Lênin) viajou ao exterior e contatou o grupo Emancipação do Trabalho, dirigido por George Plekhanov, decano do marxismo russo.

Quando regressou do exterior, Lênin ajudou na fundação da União de Luta pela Emancipação da Classe Operária.

Em 9 de dezembro de 1895, foi preso.

Será “libertado” em fevereiro de 1897 e mandado para o exílio interno (Sibéria), onde permaneceu durante três anos. Nesse período, casou-se com Krupskaya, que será sua companheira até a morte.

Desta época de prisão e exílio interno datam algumas obras importantes, como *As tarefas da social-democracia russa* (1897) e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899).

É também durante o exílio interno que Lênin tomará contato e criticará duramente as posições do chamado “economicismo”.

O “economicismo” supervalorizava a importância da luta econômica, subestimava a importância da luta política, da teoria revolucionária e dos intelectuais.

Em 1900, Lênin regressou do exílio interno e, em comum acordo com outros social-democratas, dedicou-se a organizar um jornal, ao qual atribuía o papel de “organizador coletivo” da social-democracia russa.

Para concretizar tal projeto, Lênin parte para o exterior, onde em acordo com o grupo de Plekhanov lança um jornal chamado *Iskra* (“da fagulha brotará a chama”) e uma revista teórica chamada *Zaria*.

Os próximos anos da vida de Lênin serão passados no exterior, em cidades como Londres, Munique, Genebra, Paris e Varsóvia.

A primeira edição da *Iskra*, datada de dezembro de 1900, traz o editorial de Lênin, intitulado: “Tarefas urgentes de nosso movimento”.

As ideias difundidas pela *Iskra* tornam-se majoritárias na so-

cial-democracia russa, mas também geram duras críticas provenientes dos economicistas e de outros grupos.

Lênin respondeu a essas críticas num conhecido livro, intitulado *Que fazer?*, que veio a público em 1902.

O II Congresso do Partido Operário Social-democrata Russo (POSDR), realizado em 1903 no exterior, constitui uma grande vitória do grupo que editava *Iskra*.

Mas, no curso do congresso, o grupo de *Iskra* sofre uma cisão. O motivo foi uma polêmica de natureza aparentemente organizativa: o artigo primeiro do estatuto partidário, que definia quem podia ser considerado membro do partido.

Lênin era favorável a uma posição mais restrita: militante do partido era aquele que participava de um organismo partidário. Não bastava “simpatizar”.

Os delegados ligados a Lênin perdem essa votação. Do outro lado, estão Martov (amigo e da mesma geração de Lênin) e grupos contrários a *Iskra*.

Mas alguns delegados que haviam apoiado Martov na polêmica do estatuto acabam retirando-se do Congresso. Com isto, no momento de compor a direção do POSDR, o grupo de Lênin encontrava-se em maioria.

Desse episódio, surgem os “bolcheviques” (majoritários) e os “mencheviques” (minoritários), que posteriormente se transformarão em “frações” do POSDR e, depois, em partidos autônomos.

Lênin escreveu um balanço detalhado do II Congresso do POSDR no livro *Um passo adiante, dois passos atrás*, publicado em 1904.

Pouco depois do II Congresso, estoura a revolução russa de 1904-1905.

O balanço que Lênin faz desta revolução esclarece o fundo político das diferenças entre bolcheviques e mencheviques. Tal ba-

lanço está no livro *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (1905).

Derrotada a revolução, inicia-se um período de reação em todos os terrenos, inclusive teórico-ideológico.

Dentre os bolcheviques, a influência de Lênin é contestada por vários outros, entre eles Bogdanov.

Contra as ideias que Bogdanov ajudava a difundir, Lênin escreveu a obra *Materialismo e empiriocriticismo*, publicada em 1909.

Quando estourou a guerra (1914-1918), a maioria dos partidos socialistas é tomada pelo chauvinismo nacionalista e vota a favor dos “créditos de guerra”.

Lênin faz parte da minoria internacionalista. Em 1915, escreve *A bancarrota da II Internacional*. Em 1916, conclui *O imperialismo*, etapa superior do capitalismo, onde desenvolve a tese de que a Rússia seria o “elo mais fraco” da cadeia imperialista.

Em 1917, logo depois da revolução de fevereiro, Lênin surpreende seus antigos camaradas com a defesa — que alguns consideram contraditória com o que havia exposto no livro *Duas táticas* — da consigna “todo poder aos soviets”, defesa feita, por exemplo, nas conhecidas *Teses de Abril*.

Também no ano da revolução, Lênin escreveu, entre agosto e setembro, o livro *O Estado e a revolução*, onde desenvolve “a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na Revolução”.

Lênin cumpriu um papel decisivo ao longo de 1917 e até 1924, na tomada do poder, na guerra civil, na organização da Internacional Comunista e na construção das bases do Estado soviético.

Uma das obras escritas neste período é *Esquerdismo*, doença infantil do comunismo (1920).

Lênin sofreu pelo menos dois atentados a bala, o segundo dos quais (em 30 de agosto de 1918) teve êxito. A bala foi disparada

por uma socialista-revolucionária. A saúde de Lênin, que já era relativamente precária, piora depois do atentado.

Em 21 de janeiro de 1924, Lênin morreu. A autópsia revelou uma arteriosclerose generalizada.

Lênin deixou um “testamento”, em que fazia duras críticas aos principais dirigentes do Partido. Entre as críticas, um pedido direto: que Stálin fosse substituído na Secretaria Geral do partido por alguém mais respeitoso com os camaradas.

O Comitê Central do PCR(b) decide, por 30 votos a 10, que o testamento não seria lido no plenário do XII Congresso do Partido. Mas o testamento é lido numa reunião de velhos bolcheviques. Stálin oferece seu pedido de demissão. A maioria dos presentes à reunião pede que ele continue no cargo.

Anos depois, Stálin proferirá algumas palestras acerca do pensamento de Lênin na Universidade Sverdlov. Essas palestras são reunidas num livro denominado Fundamentos do Leninismo. Também nos anos 1920, um comunista brasileiro chamado Otávio Brandão utiliza — ao que parece pela primeira vez — o termo marxismo-leninismo.

As obras completas de Lênin

Lênin foi chefe de Estado e dirigente partidário, mas sua principal atividade foi escrever.

Suas Obras Completas – que não incluem todos os seus textos – constituem uma coleção de 50 volumes de (em média) 500 páginas cada, no formato 14x21.

As Obras Completas de Lênin estão disponíveis em várias línguas, entre as quais o russo, o inglês e o espanhol. Desde os anos 1990, não conhecemos reedições. Mas as obras mais conhecidas continuam sendo publicadas, em várias línguas.

Nas Obras Completas há:

- a) Rascunhos (às vezes em várias versões) de outros textos;
- b) Cartas, não apenas para militantes, mas também para fami-

liares e pessoas com quem Lênin mantinha relacionamento político ou profissional (por exemplo, editores);

c) Material jornalístico, para as muitas publicações com as quais Lênin contribuiu entre 1894 e 1924;

d) Livros completos;

e) Resenhas e notas taquigráficas de palestras e discursos feitos por Lênin.

Os principais temas abordados por Lênin foram:

a) A questão agrária e sua relação com o desenvolvimento capitalista na Rússia;

b) O papel da classe operária russa, seu papel de vanguarda na evolução da Rússia;

d) O papel do partido e da intelectualidade revolucionária;

d) A estratégia e tática na luta pela revolução burguesa e pela revolução socialista na Rússia;

e) A luta pelo poder e a transição socialista;

f) As relações internacionais e o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial;

g) Filosofia, economia política, marxismo.

É importante dizer os textos de Lênin são em sua imensa maioria polêmicos, ou seja, geralmente ele desenvolve seus argumentos em polêmica com alguém (outro intelectual, outra corrente teórica, outro partido, outra classe social).

Uma compreensão completa da obra de Lênin supõe conhecer:

a) A história da Rússia e da Revolução Russa de 1917;

b) A biografia de Lênin;

c) A literatura russa;

d) A literatura marxista;

e) A língua russa.

É preciso considerar, ainda, a fortuna das obras.

Parte dos textos de Lênin só foi publicada após a sua morte e parte do que foi publicado em vida teve escassa circulação devido

à condições de clandestinidade e miséria em que atuava o movimento operário social-democrata russo.

A edição das Obras Completas foi realizada após a morte de Lênin e, óbvio, a seleção dos textos, as notas editoriais, os materiais complementares e as traduções foram contaminadas pela disputa política.

A revolução russa

O que vem a seguir é uma adaptação livre e bastante resumida do artigo “Marx e a crítica à revolução russa”, escrito em maio de 2011 por Wladimir Pomar e até agora inédito.

Marx e Engels acreditaram que, por volta de 1850, o capitalismo já havia alcançado seu mais alto grau de desenvolvimento, em virtude de seus avanços técnicos, da repetição das crises cíclicas e das sublevações que estas geravam.

Nessas condições, Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos estavam fadados a ser os cenários das primeiras revoluções socialistas.

Embora mais tarde Engels tenha revisto essa suposição, muitos dos marxistas posteriores cometeram o mesmo erro de avaliação sobre o ponto de mutação do capitalismo, acreditando prematuramente, por exemplo, que entrara em sua fase terminal com o ingresso no imperialismo.

Marx e Engels supuseram que o mercado mundial capitalista seria capaz de nivelar o desenvolvimento social em todos os países. Eles não levaram em conta que o desenvolvimento histórico dos povos e países havia sido sempre muito desigual, desde as eras mais antigas, e que o capitalismo também deveria seguir a mesma lei evolutiva. O que poderia tê-los levado à previsão de que o socialismo também deveria apresentar um processo desigual de desenvolvimento.

Marx também não levou em conta, por exemplo, que uma nova globalização, de caráter capitalista, poderia elevar conside-

ravelmente o grau de exploração dos países atrasados e, com isso, amainar a luta de classes nos países mais avançados, do ponto de vista capitalista.

Assim, ao invés de um aplainamento global do sistema, ocorreria não só um desenvolvimento extremamente desigual, mas também uma situação em que o capital dos países mais avançados poderia obter um superlucro na exploração dos mais atrasados. Os assalariados dos países capitalistas avançados poderiam ser corrompidos às custas da superexploração dos trabalhadores dos países atrasados.

Esse desenvolvimento desigual do capitalismo, evidente durante a nova expansão colonial do final do século 19 e início do século 20, provocou uma evolução histórica não prevista.

Por exemplo, proporcionou um desenvolvimento muito mais rápido do modo de produção capitalista nos países centrais da Europa e na América do Norte, e permitiu maiores concessões econômicas e políticas aos operários desses países.

Nos países capitalistas avançados, foram criados não apenas uma burguesia forte, com um Estado de forte aparência democrática, mas também um proletariado acomodado.

Em lugar da pauperização prevista por Marx, parecia ocorrer um aumento das conquistas econômicas e vantagens para os trabalhadores, e sua ascensão à classe média. O socialismo parecia haver se tornado dispensável, dando surgimento a um forte revisionismo das teses marxistas, especialmente na Europa.

Porém, nas sociedades atrasadas do ponto de vista capitalista, as teses de Marx sobre o aumento da miséria de massa, acompanhada do aumento da força social dos assalariados, pareciam confirmar-se plenamente. A introdução de elementos do modo de produção capitalista nessas sociedades aguçou todas as contradições nelas presentes, colocando na ordem do dia a possibilidade de revoluções socialistas.

É evidente que isso entrava em contradição com as condições

materiais exigidas por Marx para o socialismo. Mas o crescimento das lutas dos operários, camponeses e outras camadas populares desses países, assim como os conflitos de interesse entre camadas burguesas locais e as burguesias imperialistas, obscurecia tal contradição e abriu um novo horizonte, fazendo com que a possibilidade de revoluções socialistas se transferisse dos países capitalistas avançados para os atrasados.

Os socialistas encontraram-se, nesses países, diante de uma conjuntura histórica em que a burguesia fazia o capitalismo avançar, mas sem haver realizado uma revolução política que destruísse as estruturas políticas anacrônicas e revogasse os restos servís e feudais. Essa situação tornara-se particularmente aguda na Rússia, onde a expansão do capital, impulsionada por empresas francesas e inglesas, convivía com uma estrutura agrária ultrapassada e com uma aristocracia impermeável a qualquer mudança.

Na Rússia czarista, amadurecia uma situação revolucionária complexa, que teve na insurreição de 1905 sua primeira manifestação prática.

As diferentes correntes políticas em oposição ao czarismo buscavam o caminho que poderia superar o atraso russo.

Os populistas pretendiam impedir o desenvolvimento do capitalismo através da expansão da agricultura comunitária camponesa. Os liberais, ou cadetes, buscavam um acordo com o czarismo para a introdução de pequenas reformas na monarquia.

As diversas correntes social-democratas russas variavam da revolução democrático-burguesa à revolução comunista.

Dentre elas, sobressaiu a solução teórica e prática de Lênin, segundo a qual o capitalismo se desenvolvia de modo desigual e, portanto, também a revolução, permitindo que o proletariado alcançasse a hegemonia mesmo no contexto da revolução democrático-burguesa.

Seria, então, possível levar à prática uma luta combinada contra a autocracia russa e pela democracia política, e contra o capitalis-

mo e pelo atendimento de reivindicações socialistas. Um programa desse tipo permitiria aos operários conquistar a hegemonia nos soviets, ou conselhos, que na prática da revolução russa, representavam a forma política específica de poder popular.

A participação na guerra imperialista, desencadeada em 1914, aguçou de forma extremada todas as contradições da sociedade russa, num quadro conjuntural de grandes derrotas militares, grandes perdas de vidas humanas, grande escassez de alimentos, e grandes massas camponesas armadas pelo serviço militar. Nessas condições, as lutas dos operários, camponeses e soldados, crescentemente organizados nos soviets, fizeram com que esses conselhos se transformassem em órgãos reais representativos dessas camadas sociais, paralelamente e em oposição às Dumas, ou parlamentos, do Estado czarista.

Tanto na revolução de fevereiro de 1917, que derrubou a monarquia e estabeleceu o governo cadete, quanto na revolução de outubro/novembro de 1917, que derrubou o governo cadete e instaurou o governo socialista, a disputa principal no âmbito político consistiu em reconhecer ou não o poder dos soviets, como elo da revolução democrática com a revolução socialista.

Nas condições políticas que levaram à crise revolucionária e à eclosão da revolução seria impensável supor que, sem parlamentos dignos desse nome e sem a existência de órgãos democráticos, com exceção dos soviets, seria possível organizar qualquer outro organismo político representativo. A palavra de ordem de “todo poder ao soviets” era a única que podia garantir o sucesso da revolução, mesmo no contexto em que a maioria dos soviets se encontrava sob a influência das correntes que ainda vacilavam diante das possibilidades da revolução.

Apesar de haver sempre concordado com Marx de que a revolução socialista teria que ser mundial, Lênin, ao contrário de Marx, supunha ser possível o desencadeamento e sucesso de revo-

luções socialistas nos países atrasados, em especial se contassem com o suporte da revolução em alguns países avançados.

O êxito da revolução soviética pareceu lhe dar razão e retirar o chão daqueles socialistas europeus que, durante o conflito mundial, haviam dado apoio a seus governos para a realização da guerra. Essa situação contribuiu, também, para a suposição de que o modelo da revolução soviética poderia se transformar em modelo universal.

Porém, com exceção da revolução na Mongólia, a revolução soviética não contou com vitórias em qualquer outro país, atrasado ou avançado. As tentativas de revoluções na Hungria e na Alemanha fracassaram. E, embora em muitos países coloniais tenham se intensificado as lutas revolucionárias, em nenhum deles se apresentou uma perspectiva imediata de vitória. Lênin e os revolucionários russos tiveram que se confrontar com a dura realidade de erigir, ou não, o socialismo num só país.

Discussões sobre o caminho a seguir

Embora o socialismo soviético tenha começado sua caminhada com grandes promessas e esperanças, o que teve que enfrentar na prática de seus primeiros passos foram as brutais dificuldades de um país arrasado pela guerra, sem contar com o apoio do sucesso revolucionário em qualquer país avançado, confrontado com um forte bloqueio econômico de todos os países capitalistas, com uma guerra civil promovida pelas tropas fiéis ao czarismo e por forças militares de 13 potências estrangeiras, e com uma forte disputa interna sobre os caminhos a seguir após a tomada do poder político.

Na verdade, nem bem o Partido Comunista havia assumido o poder soviético, ambos se viram logo envolvidos numa verdadeira guerra civil intramuros para decidir os rumos das políticas interna e externa. O estabelecimento de uma paz em separado com a Alemanha e as concessões territoriais que o novo poder fora obrigado

a fazer, em 1918, foram alvo de uma disputa dura, tanto política quanto militar, entre as diversas correntes do partido, do governo e das forças revolucionárias da sociedade russa. O pressuposto dessa disputa teve como ponto central a necessidade de continuar a guerra como instrumento da revolução permanente contra o capitalismo internacional ou de dar prioridade à consolidação do novo Estado soviético.

Posteriormente, a implantação da NEP (Nova Política Econômica) deu ensejo a verdadeiras cisões, nas quais Lênin e o PC foram simplesmente taxados de traidores da revolução. Essa traição parecia evidente, na mente de muitos revolucionários russos, com os apelos de Lênin para que os soviéticos adotassem e aprendessem com o capitalismo estatal alemão. Mais graves ainda pareceram suas afirmações de que não seria possível manter o poder proletário num país incrivelmente arruinado e com um gigantesco predomínio do campesinato, igualmente arruinado, sem contar com a ajuda do... capital.

A revolta dos marinheiros do Kronstadt, o atentado praticado contra Lênin, por membros do partido dos socialistas revolucionários, e o uso de ações terroristas contra dirigentes do PC e do Estado pela ultra-esquerda russa, foram as manifestações mais brutais de uma intensa guerra interna sobre os caminhos da União Soviética.

Lênin estava disposto a pagar ao capital os juros que fossem necessários para desenvolver as forças produtivas e construir as premissas materiais sem as quais não seria possível alcançar um nível de cultura indispensável para criar o socialismo. No final dos anos 1920, porém, Stálin e os novos dirigentes soviéticos concluíram que tais premissas materiais já haviam sido construídas e passaram a restringir as concessões aos capitalistas, adotadas pela NEP.

É evidente que isso ocorreu paralelamente à ascensão do fascismo, ao agravamento da situação internacional, e às ameaças de uma nova guerra mundial imperialista. Na verdade, Stálin e mui-

tos outros achavam que o ritmo da NEP não permitiria à União Soviética industrializar-se na rapidez necessária para enfrentar essa ameaça externa. A decisão de realizar uma industrialização acelerada também foi responsável pelo processo de coletivização agrícola, indispensável para o fornecimento de força de trabalho para os planos de industrialização.

Ao mesmo tempo, o governo de Stálin iniciou negociações com os diversos países imperialistas no sentido de evitar que se unissem contra a União Soviética. O PC soviético estimulou uma nova política de frente ampla contra a ascensão do fascismo e procurou negociar com a Inglaterra e a França tratados de não-agressão e de resistência aos planos públicos de expansão territorial dos nazistas. Essa inflexão política em relação aos países imperialistas também serviu de pretexto para o ressurgimento de ações terroristas contra dirigentes soviéticos, do partido e do Estado, por forças políticas que se denominavam correntes de esquerda.

Quando o governo Stálin se viu diante das manobras franco-britânicas para empurrar o gume da expansão nazista contra a União Soviética e decidiu estabelecer um tratado de não-agressão com a Alemanha hitlerista, isso causou uma comoção na maior parte daquelas correntes de esquerda, e também numa grande parte dos militantes comunistas em todo o mundo. A explicação de que a União Soviética precisava de mais tempo para preparar-se contra a invasão alemã não foi suficiente para evitar que Stálin fosse denominado de capacho de Hitler e traidor da causa da revolução.

Essa situação só mudou, em parte, após a invasão da União Soviética pelas tropas nazistas e após a virada da batalha de Stalingrado, quando os soviéticos passaram da defensiva à ofensiva e os ventos da guerra mudaram definitivamente. Apesar de exangue e com perdas terríveis, calculadas em mais de 30 milhões de so-

viéticos mortos durante o conflito, a União Soviética emergiu da guerra como grande potência socialista.

Em resumo, ganhou foros de verdade não só a possibilidade de construção de sociedades socialistas em países atrasados e isolados em meio a uma maioria de países capitalistas, mas também a possibilidade de realizar a industrialização acelerada através da ação exclusiva do Estado. Todos os países teriam condições de evitar os males da participação do capital no desenvolvimento das forças produtivas.

As antigas dúvidas sobre a necessidade ou não de competir no mercado internacional dominado pelo capital, abolir ou não a propriedade privada dos meios de produção, e extinguir ou não a sociedade do trabalho e o mercado, pareciam resolvidas pela curta história de sucesso da União Soviética. Não deveria haver mais falta de clareza de como o poder político soviético poderia construir a sociedade socialista fora do contexto universal, ao contrário do que advogaram Marx, Engels e o próprio Lênin.

Os argumentos de seria inconcebível que o poder soviético pudesse existir ao lado de estados imperialistas por um longo tempo e que, no final, um ou outro teria que triunfar, teriam sido superados pela experiência da União Soviética e pelas tendências de conflitos entre os próprios países imperialistas.

O desenvolvimento desigual do capitalismo e o abandono, pela burguesia da maioria dos países capitalistas atrasados, da missão revolucionária democrática burguesa, haviam supostamente criado uma situação historicamente nova, que não poderia ter sido prevista por Marx e Engels. O exemplo da revolução russa teria demonstrado, também supostamente, que revoluções políticas, dirigidas por partidos socialistas e comunistas em países atrasados, poderiam completar as tarefas burguesas e levar adiante a construção socialista e, como advogava Lênin, efetuando um grau

de democratização que assegurasse o pleno domínio do poder pela maioria da população.

Olhando retrospectivamente, mesmo antes de consolidar-se como regime político, social e econômico, o socialismo da revolução russa praticamente transformou-se em modelo a ser copiado pelos socialistas do resto do mundo. A Internacional Comunista foi fundada na perspectiva de disseminar o modelo soviético por toda parte onde houvessem emergido movimentos revolucionários ou houvesse gente disposta a trabalhar pela revolução socialista. Afinal, se dera certo na atrasada Rússia czarista, por que não daria certo nos demais países atrasados?

Mais tarde, à medida que o poder soviético se consolidou e superou a breve experiência da NEP, ingressando num gigantesco processo de industrialização para fazer frente à ameaça de uma nova guerra imperialista, o método de industrialização e construção econômica também passou a ser disseminado como modelo que poderia ser seguido por todos os países atrasados para construir o socialismo.

A vitória soviética na guerra mundial contra o nazismo apenas consolidou essas suposições. No entanto, mais uma vez a história se preparava para pregar peças em algumas ideias consideradas inabaláveis, fazendo com que a lógica-dialética do desenvolvimento das formações socioeconômicas se impusesse ferreamente sobre as decisões humanas. O calcanhar de Aquiles daquelas suposições inabaláveis residia justamente no processo de industrialização que desdenhou administrativamente as leis da economia política.

O caminho soviético de industrialização

O problema da industrialização constituía, como continua constituindo, um instrumento importante do processo de elevação da produtividade do trabalho e, portanto, da possibilidade futura de produzir uma riqueza muito superior às necessidades de consumo da sociedade. Em todos os países capitalistas que ingressaram na industrialização, isso demandou uma combinação

adequada dos recursos existentes, o que incluiu terra, matérias primas, força de trabalho e capital acumulado.

Neste caso último caso, tanto em meios de produção quanto em reservas financeiras. Tal combinação exigiu políticas que otimizassem as ofertas de cada um desses recursos e concentrassem os esforços nos aspectos chaves do processo. Nesse sentido, o Estado soviético seguiu, em termos gerais, os mesmos padrões do desenvolvimento industrial europeu tardio.

Ou seja, tomou a forma de intervenção ativa do Estado na economia, promovendo um grande surto econômico, com ritmos elevados de crescimento, prioridade à construção de grandes plantas industriais e à produção de bens de produção em relação aos bens de consumo, forte pressão para elevar o nível dos investimentos, mesmo em prejuízo dos níveis de consumo, e papel secundário à agricultura.

Porém, em termos mais específicos, o Estado soviético foi muito mais longe. Após dar fim à NEP, não somente interveio para direcionar os investimentos, mas também monopolizou todos os investimentos e toda a propriedade dos meios de produção, com exceção de algumas pequenas áreas. Desse modo, concentrou em suas mãos todos os recursos disponíveis e os alocava de acordo com um planejamento também centralizado.

Além disso, ao invés de aprofundar a reforma agrária democrático-burguesa, o Estado soviético realizou um processo de coletivização forçada como forma de expropriação do campesinato e sua transformação em força de trabalho industrial. Ao realizar a coletivização agrária, o Estado também garantiu uma transferência mais controlada da renda da agricultura para a indústria.

Por outro lado, embora a pressão para conter os níveis de consumo tenha sido, em muitos aspectos, mais forte do que no capitalismo tardio, a centralização estatal permitiu uma distribuição mais equitativa da renda e um contingenciamento mais eficaz das desigualdades sociais, em especial através do pleno emprego. No

entanto, o Estado soviético, ao contrário daqueles, foi incapaz de substituir, a partir de certo grau de desenvolvimento, a contenção do consumo por uma ampliação mais ou menos rápida do consumo de massa.

A União Soviética manteve indefinidamente sua política de compressão do consumo, não tanto para manter as altas taxas de investimento e crescimento econômico, mas fundamentalmente para suportar as despesas requeridas pela corrida armamentista, primeiro contra a agressão nazista e, depois da Segunda Guerra Mundial, contra as ameaças de guerra nuclear e a guerra fria.

Se associarmos tudo isso à baixa produtividade técnica do trabalho que caracterizou a industrialização soviética, portanto de custos mais altos, e à ausência de transferência das descobertas tecnológicas da indústria bélica para a indústria civil, por questões de segredo militar, aquela compressão teria que gerar uma crescente insatisfação popular.

Outro aspecto determinante da experiência soviética foi sua tentativa de erigir como política econômica internacional a exclusão do país do mercado capitalista mundial. Os soviéticos acreditavam na possibilidade de manter somente um fluxo de comércio com os países capitalistas, ao mesmo tempo em que fixavam os preços internos conforme o arbítrio de planejamento centralizado e tomavam o rublo como moeda não conversível. Eles acreditavam que os países socialistas dispunham de todos os recursos que necessitavam para seu desenvolvimento econômico, e não precisavam dos países capitalistas para nada.

Essa crença isolou a União Soviética, não apenas do fluxo internacional de capitais e de comércio, mas também do fluxo de tecnologias de produtos e de processos, e da elevação dos padrões de produtividade e competitividade que, num mercado mundial, são determinantes no estabelecimento dos valores das mercadorias e, portanto, dos preços e salários.

Na prática, os soviéticos trabalhavam a hipótese de que seu so-

cialismo chegara a um nível em que poderia dispensar as categorias fundamentais do capitalismo, como salário, preço e lucro. Supunham poder ver-se livres do trabalho assalariado, da produção de mais-valia e da produção de mercadorias e de valor. Não se perguntavam por que, apesar disso, mantinham salários e preços como relações de troca em sua sociedade. Nem se questionavam por que não conseguiam alcançar um patamar de desenvolvimento que possibilitasse o atendimento das necessidades materiais e culturais dos membros de sua sociedade.

Nessas condições, o isolamento da competição capitalista mundial, ao invés de proteger a União Soviética dos efeitos maléficos da ação do capital, representou uma trava poderosa no desenvolvimento de suas forças produtivas. A partir dos anos 1960, a fez ingressar num processo crescente de estagnação, impossibilitando-a de consolidar as condições para a efetiva construção socialista.

Diante disso, o governo soviético de então acabou tentando ingressar no mercado internacional. Mas o fez de forma enviesada, procurando exportar seus produtos para países capitalistas, através de créditos facilitados e outras vantagens, ao mesmo tempo em que mantinha os dispositivos que impediam uma participação plena no mercado mundial. Desse modo, essas tentativas em geral falharam ou não tiveram continuidade.

Em termos gerais, ao contrário do que Marx propunha, os soviéticos avançaram muito rapidamente no processo de estatização da economia. E o fizeram bem antes de que houvessem amadurecido as condições para a abolição da propriedade privada e do mercado. Ao regular as relações de produção de forma estritamente administrativa, embora mantendo algumas categorias típicas do modo de produção capitalista, o socialismo soviético eliminou um dos principais instrumentos de que o capitalismo sempre se valeu para revolucionar constantemente as forças produtivas: a concorrência.

Sem que suas forças produtivas houvessem alcançado um alto estágio de desenvolvimento, estágio que somente a atual revolução

científica e tecnológica está deixando entrever, os soviéticos acreditaram ver-se livres da concorrência e do caos do mercado, substituindo-os por uma emulação consciente entre trabalhadores e empresas para obter a elevação da produtividade. Pretenderam que o homem soviético agisse como um homem emancipado e livre, embora ele continuasse amarrado aos ditames da uma sociedade que ainda precisava basear-se sobretudo no trabalho humano.

Embora a questão chave da produtividade consista em melhorar o desempenho das máquinas para substituir o trabalho humano, todo o esforço soviético foi dedicado ao desempenho humano na utilização das máquinas. Nesse sentido, o pleno emprego e o sistema de metas quantitativas de produção, desvinculadas da comercialização, foram na contramão de qualquer esforço para revolucionar equipamentos e processos produtivos. Na prática, funcionaram como ingredientes que desestimularam a substituição dos homens por máquinas e, portanto, o desenvolvimento científico e tecnológico na indústria civil.

O socialismo soviético elevou o estatismo a uma pretensa negação do capitalismo, e não somente a seu aspecto monetarista. Pretendeu abolir a propriedade privada e o mercado administrativamente. Achou possível abolir o dinheiro e o salário.

Na prática, não foi capaz de liquidar os mecanismos econômicos que expressavam a necessidade de existência da propriedade privada e do mercado.

A força de trabalho para movimentar os meios de produção, o salário para remunerar o trabalho executado, o dinheiro como meio de troca, o preço como medida de valor, a compra e a venda de mercadorias, ou seja, todos esses elementos que foram historicamente desenvolvidos em maior escala pelo capitalismo, continuaram povoando o sistema socialista soviético, sem que ele conseguisse se livrar deles.

Como quase sempre acontece, a sociedade acabou se mostrando mais forte do que o Estado criado para ordená-la. Quando essa

ordenação se contrapôs às tendências materiais de seu desenvolvimento, a sociedade acabou criando mecanismos próprios, que romperam a ordem do Estado e recolocaram em pauta as necessidades sociais concretas, monetaristas e privatistas, artificialmente extintas. O engessamento estatista soviético, sufocando o monetarismo, desenvolveu um prolongado processo de supurações anárquicas na economia, como os negócios subterrâneos e o privatismo exagerado na política e nas relações pessoais.

A formação social de tipo soviético deu muito pouco lugar à iniciativa popular e ao pluralismo, tanto na vida econômica como na vida política e na cultura. Paradoxalmente, quanto mais as manifestações dessa iniciativa e pluralismo eram tomadas ou confundidas com o individualismo, o liberalismo e o capitalismo, mais estatização as autoridades soviéticas aplicavam, num esforço desesperado para livrar-se dos chamados resquícios burgueses e, supostamente, avançar na construção socialista.

Nesse caminho, a economia soviética marchou inexoravelmente para a estagnação e para o colapso. Sem saber retornar a Marx, tomar o socialismo como a transição do capitalismo para o socialismo, nas condições complexas de uma sociedade que nem sequer havia completado a primeira modernização capitalista, e realizar uma retirada estratégica em ordem, o estatismo soviético naufragou na voracidade da privatização mafiosa e do monetarismo neoliberal.

A fase final

O socialismo de tipo soviético ingressou em crise já na segunda metade dos anos 1950. Na economia, essa crise mostrou seus sinais mais evidentes, em 1954, com a adoção do plano de exploração das terras virgens da Sibéria Ocidental e do Casaquistão e, em 1955, com a demissão do primeiro-ministro Malenkov, explicitamente por sua incapacidade de resolver os problemas econômicos, em especial a escassez de alimentos e de bens de consumo corrente.

Em 1956, o relatório Krushiov jogou sobre Stálin toda a responsabilidade dos problemas existentes na União Soviética e

anunciou um vasto programa de reformas administrativas, econômicas e educacionais. Realizou um aparente processo de descentralização econômica, na qual a execução dos planos passava para as repúblicas. Ao mesmo tempo, suprimiu as estações de máquinas e tratores, responsáveis pela aragem, tratos culturais e colheitas das fazendas coletivas e estatais, ou colcoses e sovcoses, e reorganizou a agricultura no sentido de intensificar a produção de milho e a criação de gado. E anunciou a criação de novas escolas técnicas e profissionais.

Paralelamente, apesar de formalmente considerar criminosa a política de Stálin em relação às diversas nacionalidades e aos demais países do chamado campo socialista, o novo governo central soviético decidiu não só sufocar, com a intervenção de tropas militares, os conflitos populares surgidos em várias das suas repúblicas, assim como os levantes armados na Polônia e na Hungria, praticando uma política de interferência direta em todos os países sobre os quais exercia influência.

Em 1959-1960, o governo soviético decidiu anunciar um plano para superar a produção industrial e a renda per capita dos Estados Unidos em sete anos, assim como um novo programa de edificação do comunismo. Plano e programa que sofreram um duro golpe com a crise agrícola de 1962 e 1963, que obrigou a União Soviética a se transformar de exportadora de trigo em importadora, especialmente do Canadá e da Austrália.

Por outro lado, embora formalmente defendendo uma política de coexistência pacífica com os países imperialistas, o governo soviético passou a considerar a União Soviética em igualdade atômica, e superior em mísseis, em relação aos Estados Unidos. Sua avaliação era a de que as potências capitalistas ocidentais haviam ingressado numa crise terminal em virtude do processo de descolonização. Isso levou o governo soviético a praticar uma política que chamou de iniciativas dinâmicas, incluindo a intervenção no Oriente Médio, a revogação do estatuto das quatro potências so-

bre Berlim, a realização de novas experiências nucleares e a construção de bases de mísseis em Cuba.

Na prática, o governo soviético conduziu a União Soviética a ingressar, com todas as suas forças, na corrida espacial e armamentista com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que assinou o tratado de não-proliferação de armas nucleares com esse país, voltou parte de seu arsenal de guerra contra a China e interveio militarmente na Checoslováquia, em ambos os casos para impedir a adoção de vias nacionais de desenvolvimento. Todas essas ações externas, em particular os sucessos dos voos espaciais, serviram para mascarar o aprofundamento da crise econômica e social interna.

Mesmo porque, apesar de todas as reformas anunciadas e, supostamente, voltadas para superar os problemas da época de Stálin, o sistema de planejamento centralizado continuava o mesmo, assim como permanecia inalterada a total prioridade à indústria pesada, como suporte da indústria bélica. Com isso, aumentaram os desequilíbrios entre os diversos departamentos econômicos e, em especial, entre a indústria pesada, a indústria de bens de consumo e a agricultura.

A escassez de bens se tornou o principal foco do crescente descontentamento social, ao mesmo tempo em que o sistema soviético apresentava crescentes sinais de fadiga e fraturas, com o surgimento de máfias que traficavam os bens escassos e às quais estavam ligados dirigentes de empresas estatais, do Estado e do Partido Comunista. Nessas condições, a apresentação e execução dos planos de abertura política (glasnost) e reforma econômica (perestroika), nos anos 1980, apenas apressou a implosão da União Soviética, no início dos anos 1990.

É evidente que um acontecimento dessa ordem teria que ser aproveitado, como foi, por todos os inimigos do comunismo, do socialismo e do marxismo, para demonstrar que todos esses ismos haviam sido, finalmente, enterrados para nunca mais voltar. Com

tal derrota esmagadora, as teorias de Marx sobre o capitalismo e sua superação por um novo tipo de sociedade teriam soçobrado definitivamente. Os sonhos comunistas e socialistas de igualdade, liberdade e justiça, além de haverem descambado em crimes indefensáveis, teriam resvalado nas mesmas ilusões utópicas que Marx criticara em seus predecessores socialistas e não teriam passado de uma profecia irrealizada.

Apesar disso, o próprio capital, em especial através de seu desenvolvimento científico e tecnológico e de suas crises globais, tem se esmerado em demonstrar, a cada dia, a correção geral da análise marxista sobre a formação econômico-social capitalista. Portanto, nada mais lógico do que tentar uma avaliação da revolução russa e da construção soviética através da utilização do método do materialismo histórico. Isto é, da ferramenta que Marx propôs para a análise do processo de evolução, não só da sociedade capitalista, mas também de todas as demais formações sociais da história humana.

O tema do Estado

Pouco antes da Revolução Russa de 1917, Lênin procurou desenvolver a tese de Marx, segundo a qual o socialismo deveria superar a separação entre Estado e sociedade. Na ocasião, ele enfrentava o problema de um Estado que continuava apresentando-se como uma velha máquina repressora, em que não existia parlamento no estilo ocidental e onde nem mesmo as liberdades políticas burguesas mínimas funcionavam.

A hegemonia operária na revolução democrática, através dos soviets, foi a solução encontrada por Lênin para seu problema político prático, adequada às condições da revolução russa naquele momento. Porém, ao desenvolver a teoria do Estado socialista, Lênin acabou se desvinculando dos problemas concretos da revolução russa.

Ele formulou propostas que poderiam atender aos gargalos do desenvolvimento e da socialização política dos países capitalistas

avançados, mas que talvez tivessem pouco a ver com a situação concreta pós-revolucionária da Rússia de então. Não seria possível destruir a separação entre Estado e sociedade num país onde tal separação sequer ocorrera. Não seria possível promover a autodireção geral dos trabalhadores num país que registrava um dos mais baixos índices de organização civil, técnica, científica e cultural. Nem reconstruir a comunidade a partir de um dos mais baixos níveis da história universal.

Os ditames da centralização econômica, exigidos pela industrialização acelerada, pelo bloqueio externo e pelos preparativos de guerra, se não impediram uma razoável elevação dos níveis técnicos, científicos e culturais, erigiram-se como impeditivos da elevação da organização civil. Ao invés de favorecer a participação popular nos negócios do Estado, tanto através do pluralismo, quando de mecanismos representativos, o Estado soviético fundiu-se com o partido dirigente, que se tornou partido único, arrogando-se intérprete da vontade geral da população.

A violência das ameaças externas e da guerra civil interna sobre os caminhos da construção socialista empurraram ainda mais o Partido Comunista e o Estado a exigirem uma unidade monolítica e a abolirem todos os mecanismos formais de liberdade e igualdade política. A igualdade socialista foi reduzida a uma pretensa igualdade econômica.

Na ausência da propriedade privada dos meios de produção, ganhou foros de verdade a ideia de que todos os soviéticos seriam iguais, tornando desnecessários os mecanismos formais de liberdade política. Essa aberração se tornou fortemente evidente à medida que a igualdade econômica também se deteriorou, com os privilégios da nomenclatura se desvinculando da vida dos cidadãos comuns. Criou-se uma situação em que a ausência de democracia e de participação civil nos negócios do Estado soviético,

associada à estagnação econômica e a uma crescente escassez dos bens de consumo, conduziram a uma aversão social ao socialismo.

Quando a glasnost foi implementada, nos anos 1980, a democratização não encontrou uma sociedade satisfeita com conquistas econômicas e sociais capaz de absorver e apropriar-se de muitas das funções políticas monopolizadas pelo Estado despótico e dar um novo rumo à construção socialista. Ao contrário, encontrou uma sociedade cansada das promessas socialistas não realizadas. O pluralismo político funcionou então como um explosivo, sobrepondo-se à vontade geral e resultando num processo destrutivo que tornou inviável até mesmo a esperança de que pudesse instalar-se uma democracia liberal relativamente avançada.

Os acontecimentos da União Soviética durante os anos 1980 e início dos anos 1990 mostraram o quanto a ausência de uma economia capaz de atender com eficiência às necessidades sociais, assim como de uma sociedade civil forte, e de um Estado comprometido com o povo e suas aspirações democráticas nos campos econômico, social, cultural e político, podem abrir campo tanto para o capitalismo selvagem, no estilo dos barões ladrões, quanto para a anarquia política e social, e para novas aventuras autoritárias e despóticas. A fragmentação da União Soviética apresentou todas essas características.

Por todas essas razões, abominar a experiência soviética sem extrair dela todas as lições possíveis pode ser, para os socialistas, um erro tão crasso quanto aquele que levou ao fracasso as tentativas de consolidação a primeira revolução operária vitoriosa da história humana, a Revolução Russa de 1917.

Aqui termina o resumo do texto de Wladimir Pomar.

A contribuição de Lênin ao pensamento socialista

Há uma imensa bibliografia acerca do “Leninismo”. Parte dela apresenta Lênin como um profeta. Outra parte o apresenta como

um demônio. São dois pontos de vista aparentemente antagônicos, mas metodologicamente semelhantes.

Evidentemente, adotamos outro ponto de vista, que enxerga de maneira positiva: 1) a contribuição de Lênin à luta pelo socialismo em sua época; 2) o método de análise adotado por Lênin para enfrentar os problemas de sua época.

A contribuição de Lênin à luta pelo socialismo em sua época foi imensa: ele foi, entre 1917 e 1924, o principal dirigente da primeira revolução socialista vitoriosa da história da humanidade.

Em decorrência, todas as questões enfrentadas pelo movimento socialista entre 1917 e 1991 dialogam com aquilo que Lênin pensou e fez.

E, na medida em que há similitudes entre estas questões e a luta pelo socialismo no século XXI, novamente o pensamento e a obra de Lênin tem lugar garantido.

Lênin foi, entre 1917 e 1924, o principal dirigente da revolução por ter sido, entre 1902 e 1924, o principal dirigente do partido que hegemonizou a revolução russa de 1917: o Partido Operário Social-Democrata Russo (Bolchevique).

Lênin foi o principal dirigente do POSDR(b) porque, desde 1893, ele construiu, tanto prática quanto teoricamente, uma interpretação do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, interpretação que está na base do programa, da estratégia, das táticas e da concepção de partido defendidas por Lênin e adotadas, com maiores ou menores resistências, pelo conjunto do Partido Bolchevique.

A interpretação de Lênin acerca do desenvolvimento do capitalismo na Rússia foi construída inicialmente no combate contra o populismo e contra o marxismo legal.

O “populismo” era uma corrente teórica que defendia um caminho para o socialismo que não passaria pelo capitalismo.

O “marxismo legal” era uma corrente teórica que defendia que

o papel dos socialistas seria ajudar a desenvolver o capitalismo.

Lênin identificava o populismo com os interesses de parcelas do campesinato russo e identificava o marxismo legal com os interesses de parcelas da burguesia russa.

Lênin identificava sua própria posição com a do proletariado, ou seja, com a classe dos trabalhadores assalariados, mais especificamente com o operariado.

A interpretação construída por Lênin foi produto de um trabalho intenso: muita leitura, muito estudo, muita análise de dados estatísticos brutos.

Nas palavras de Lênin, análise concreta da situação concreta.

Análise que era acompanhada da decisão de produzir uma teoria que servisse de guia para a ação.

Ler o conjunto dos textos reunidos nas Obras Completas, especialmente as cartas pessoais, permite vislumbrar esta faceta de Lênin: uma imensa capacidade de trabalho, uma dedicação integral à causa e uma capacidade (similar a de Engels) de descrever de forma acessível os temas mais complexos.

A partir da interpretação que fazia acerca do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin desenvolveu seus pontos de vista acerca de cada um dos aspectos do programa, da estratégia, das táticas e da concepção de partido.

Destacamos sua contribuição acerca:

- a) Da questão agrária e sua relação com o desenvolvimento capitalista na Rússia;
- b) Do papel da classe operária russa, seu papel de vanguarda na evolução da Rússia;
- c) Do papel do partido e da intelectualidade revolucionária;
- d) Da estratégia e tática na luta pela revolução burguesa e pela revolução socialista na Rússia.

Quais são as fontes do ponto de vista adotado por Lênin?

Para além de suas experiências pessoais, há a influência da cultura russa e europeia de sua época, com destaque para as tradições

revolucionárias, especialmente Chernichevsky, Marx, Engels, Kautsky e Plekhanov.

Lênin conhecia profundamente a obra de Marx e Engels. É dela que ele extrai seu ponto de vista sobre a luta pelo poder, sobre a transição socialista, sobre as relações internacionais e sobre o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial.

Qual é a essência do método de análise adotado por Lênin para enfrentar os problemas de sua época?

A resposta é: a análise da luta de classes. Portanto, os que desejam fazer como Lênin deveriam começar por isto: tomar as classes e a luta entre as classes como ponto de partida.

*Texto publicado originalmente no blog de Valter Pomar. Disponível em: <https://valterpomar.blogspot.com/2015/04/roteiro-de-palestra-sobre-o-pensamento.html>

ROTEIRO (TENTATIVO) PARA PLENÁRIA DE NOVOS FILIADOS AO PT

Valter Pomar, em 19 de abril de 2013

1. Bom dia/boa tarde/boa noite
2. Apresentação
3. Agradecimento
4. Começar a exposição refletindo sobre o nome: Partido dos Trabalhadores.
5. Partidos políticos, como os conhecemos hoje, surgem na Revolução Francesa de 1789.
6. Apesar de os partidos serem uma criação da revolução burguesa, a burguesia com o passar do tempo foi diminuindo a importância dos partidos. E quem herdou a tradição partidária foram os trabalhadores, a esquerda.
7. Por quê? Porque os partidos são instrumentos para conquistar o poder político. E como a burguesia já detém o poder político, ela dispõe de outros mecanismos para manter o poder: o Estado, a mídia, a indústria cultural, as escolas, as igrejas conservadoras, a disciplina empresarial imposta aos trabalhadores e, se nada disso funciona, as Forças Armadas.
8. Já os trabalhadores que não dispõem do poder precisam do Partido para conquistar o poder. Ou seja, para defender suas ideias, para organizar a sociedade, para mobilizar a sociedade, para imple-

mentar as estratégias, as táticas, as formas de organização e luta necessárias para conquistar o poder político.

9. Por isso os partidos são tão importantes para nós, trabalhadores, pessoas de esquerda.

10. Vamos agora olhar o outro termo: partido dos trabalhadores.

11. Se fosse criado hoje, é possível que nos chamássemos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Ou partido da classe trabalhadora. Por razões de gênero.

12. As mulheres são metade e foi a luta que deu visibilidade para suas reivindicações e direitos.

13. Os trabalhadores e trabalhadoras são a ampla maioria da sociedade. Mas não controlamos o poder. Vivemos numa democracia, mas a maioria social não é maioria política.

14. Quem é a classe trabalhadora? Os que vivem do seu trabalho, que não exploram o trabalho dos outros.

15. Há basicamente três grandes classes sociais no Brasil: os que vivem de explorar o trabalho dos outros (os capitalistas, os burgueses, o grande empresariado); os que vivem do seu trabalho e não exploram o trabalho dos outros (a classe trabalhadora, o proletariado); e os que combinam as duas características, vivendo em parte de seu trabalho e em parte explorando o trabalho dos outros, familiares ou agregados ou assalariados (os pequenos proprietários).

16. O PT é o partido dos que vivem do seu trabalho.

17. Isto não quer dizer que não possam se filiar ao PT empresários ou pequenos proprietários. Nem significa que o Partido esteja impedido de fazer alianças com partidos que expressam os interesses de outras classes.

18. Mas significa que o PT como partido tem como objetivo programático, estratégico, defender os interesses da ampla maioria, que é de trabalhadores assalariados.

19. Estas duas noções são fundamentais: somos um partido (portanto estamos numa organização que luta para conquistar o poder) e um partido da classe trabalhadora (portanto defendemos

os interesses de uma parte da sociedade). Notem que a palavra “partido” já traz embutida a ideia de “parte”.

20. Isso às vezes gera preconceito: vocês são apenas de uma parte. Sim, mas somos de uma parte que é a maioria e cuja proposta é universal, ou seja, queremos uma sociedade onde não haja exploração nem opressão, o socialismo.

21. Isto nos remete para a segunda parte da exposição: o que propomos?

22. Um partido político deve ser definido não pelo que acha de si mesmo, mas pela sua obra. E sua obra não pode ser apenas o passado, mas sim principalmente o presente e o futuro.

23. E como o presente e o futuro estão sendo construídos, discutir isto é discutir aonde queremos chegar (o programa), como queremos chegar (a estratégia, a tática e as formas de luta) e como nos organizamos para chegar (as formas de organização).

24. O programa de um partido começa com um diagnóstico da sociedade em que vivemos.

25. Qual o nosso diagnóstico: vivemos numa sociedade capitalista, mas numa sociedade capitalista específica, marcada por grande dependência externa, grande desigualdade social e pouca democracia. Estas três características são ligadas uma as outras.

26. O território que hoje chamamos de Brasil foi invadido pelos europeus, mais ou menos na mesma época em que o restante do continente. E, após a invasão, as riquezas existentes aqui foram exploradas para subsidiar a economia de algumas regiões europeias e, com isso, acabamos ajudando a fazer nascer o capitalismo.

27. Aí alguém pode se perguntar, 500 anos depois: como pode um país como o Brasil que começou depois e durante séculos foi colônia, ter se convertido em uma das principais economias capitalistas do mundo?

28. Esta questão é objeto de muitos debates. Portanto, o que vamos falar aqui é uma simplificação: apesar de sermos dependentes, chegamos aonde chegamos, porque entre outros motivos

abusamos da exploração, o que gerou uma das sociedades mais desiguais do mundo.

29. Lembrando que desigualdade não é pobreza, mas sim a distância entre os que mais têm e os que menos têm.

30. E como foi que durante tantos séculos mantivemos tanta desigualdade? Mantendo baixas taxas de democracia: muito império, muita monarquia, muita ditadura, muita ditadura limitada.

31. Portanto, o tipo de sociedade que temos aqui no Brasil é capitalista, mas um capitalismo dependente, desigual e com baixas doses de democracia.

32. Para exemplificar este tema da democracia: temos 513 anos de história, dos quais 322 de Império, 388 de escravidão, 389 de Monarquia, depois 41 anos de uma República Velha com voto fraudulento, depois 15 anos de ditadura varguista, depois 18 anos de uma democracia pela metade (com repressão ao movimento sindical e restrições a vida política de esquerda), depois mais 21 anos de ditadura militar, depois mais 4 anos de uma transição conservadora e, só em 1989, 489 anos depois, tivemos eleições presidenciais relativamente livres.

33. E bastou isso para quase o PT ganhar a Presidência.

34. E, depois de 1989, foram necessários apenas 13 anos para o PT vencer. Entendem por que a democracia política é um perigo para a classe dominante?

35. Voltando: nossos principais problemas são a dependência, a desigualdade e a democracia restrita. Estes problemas foram mantidos durante a época do desenvolvimentismo conservador, de 1930 a 1980; e foram mantidos na época neoliberal, de 1990 a 2002.

36. Frente a estes problemas, o que defendemos: acabar com o neoliberalismo, realizar reformas estruturais democráticas e populares, construir uma sociedade socialista.

37. Há toda uma discussão, dentro do PT, sobre como estes três objetivos programáticos se traduzem em políticas concretas e como eles se articulam uns com os outros. Ou seja: como combi-

nar a luta contra o neoliberalismo, contra o desenvolvimentismo conservador e contra o capitalismo; e como traduzir estes objetivos em programas, em ações concretas.

38. Esta discussão é o que chamamos de estratégia.

39. No PT, existem diferentes visões sobre a estratégia do Partido. O que podemos destacar aqui são algumas premissas fundamentais e fundantes da estratégia petista: o caráter de massas, a acumulação de forças e a necessidade de diferenciar as alianças estratégicas das táticas.

40. O PT é um partido de massas. Muita gente interpreta isto como número e, é claro, falar de massas também é falar de números. Mas quando a gente fala que somos um partido de massas, estamos nos referindo a um aspecto estratégico de nossa política: fazemos política para dezenas de milhões de pessoas, com o objetivo de ganhar estes milhões para nossas posições, com o objetivo de que estes milhões façam por si mesmo política, se organizem e lutem e construam uma sociedade diferente.

41. Isto significa, por uma parte, que não queremos o poder para o Partido, mas sim queremos que a maioria da sociedade tenha o poder e, para que isto seja possível, construa um jeito diferente de exercer o poder.

42. Isso significa, por outro lado, que o PT não pode fazer política apenas nos locais tradicionais. O PT não surgiu para disputar eleições, exercer mandatos e governar. O PT surgiu para organizar a classe trabalhadora, para organizar a maioria da sociedade, para que esta maioria se autogoverne. Por isto temos que estar presentes e atuantes em todos os espaços da sociedade. E por isto disputar eleições, exercer mandatos e governar constituem meios, não fins em si.

43. Isto nos remete para a combinação de formas de luta. Para o PT atingir seus objetivos, é preciso construir um movimento polí-

tico cultural de massas, organizar os movimentos sociais, disputar espaços institucionais e organizar o próprio Partido.

44. A ideia de movimento político cultural de massas é muito importante: se queremos viver numa sociedade diferente, temos que lutar para nos libertar dos velhos hábitos, costumes, inércias, obediências devidas que caracterizam a sociedade que vivemos.

45. Quando a gente fala da luta contra o racismo, contra a homofobia, contra o machismo, contra o preconceito contra idosos e contra jovens, contra o individualismo etc. estamos falando disso. Quando a gente fala de desenvolver novos conteúdos na educação, de construir uma cultura que não seja voltada ao lucro, de construir uma mídia democrática, de construir uma cultura de tolerância e solidariedade, estamos falando disso.

46. Organizar os movimentos sociais significa que devemos estimular a auto-organização, a conscientização e a mobilização de cada setor de nossa parte da sociedade. Tem gente que vem direto para o PT, mas o PT não deve querer ser o Partido de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Mas o PT deve, sim, lutar para que todos os trabalhadores e trabalhadoras, todos os aposentados e todos os filhos e filhas da classe trabalhadora estejam organizados em sindicatos, em grêmios, em associações de bairro, em organizações de mulheres, de negros, de jovens, de índios. É fundamental que nossa sociedade se auto-organize, e que lute, porque a classe dominante esta tem seus próprios meios e os usa muito bem, em seu interesse.

47. Disputas espaços institucionais é outra dimensão estratégica para o Partido: trata-se de disputar as eleições, exercer mandatos parlamentares e exercer mandatos executivos.

48. Isso é importante porque nos permite começar a implementar, agora, parte de nosso programa. Mas atenção: um bom mandato, especialmente um bom mandato executivo, não é o objetivo final. É um meio. E para ser um meio exitoso, precisa estar articulado com as outras dimensões estratégicas que eu citei: a cul-

tura de massas, a organização da sociedade; e com a organização do Partido.

49. Vejam o caso de nossos dez anos de governo federal. Estamos melhor do que estávamos sob FHC e estamos melhor do que estaríamos se Serra ou Alckmin tivessem ganhado as eleições presidenciais.

50. Mas atenção: parte importante do povo que melhorou de vida graças aos nossos governos, não atribui isto ao PT nem aos governos encabeçados pelo PT. Atribui isto a seu esforço pessoal. Isto tem um lado bom: é importante que as pessoas confiem em si mesmas e ninguém deve ficar grato por ter seus direitos. Mas tem um lado ruim: significa que parte das pessoas que melhoraram de vida continuam culturalmente, politicamente, prisioneiras das mesmas forças políticas que querem que o povo piore de vida.

51. E por que acontece isto? Porque não conseguimos fazer reforma política, porque não conseguimos democratizar a comunicação, porque não conseguimos organizar a sociedade como deveríamos e precisamos, porque o Partido ainda é muito débil.

52. Temos muito o que fazer e só faremos o que precisa ser feito se continuarmos ganhando eleições presidenciais, se governarmos os grandes estados brasileiros, a começar de SP, RJ e MG; se conquistarmos a maioria do parlamento nacional, dos parlamentos estaduais e municipais, bem como das prefeituras.

53. E isso será possível se tivermos partido, luta social, disputa político-cultural. Portanto, é muito importante onde a gente é governo, não confundir a defesa dos nossos governos, com o governismo.

54. Governismo é aquela atitude de quem acha que ser governo basta. Quem defende o governo sabe que é importante ter partido, ter movimento social, ter debate de ideias e, inclusive, sabe que às vezes é preciso que o Partido pressione o governo de fora para dentro e de baixo para cima, para compensar as pressões que outras forças fazem.

55. Isto nos remete para o último aspecto que eu citei: a política de alianças.

56. O PT não é o único partido que busca defender os interesses da classe trabalhadora, não é o único partido socialista, não é o único que critica o neoliberalismo e o desenvolvimentismo conservador.

57. Por outro lado, sozinhos não vamos conseguir dar conta dos nossos objetivos programáticos. Assim, o PT está disposto a fazer alianças, tanto alianças estratégicas (com aqueles partidos que coincidem conosco nos objetivos mais gerais) quanto alianças táticas (com aqueles partidos com os quais divergimos quanto ao objetivo final, mas estamos de acordo em temas pontuais ou intermediários).

58. Evidentemente existe uma grande polêmica dentro do PT acerca de quem são nossos aliados estratégicos e táticos.

59. Já falei de onde queremos chegar (o programa), de como queremos chegar (a estratégia, a tática e as formas de luta) e agora quero falar das formas de organização.

60. Somos um partido, um partido de trabalhadores, um partido socialista, democrático-popular e antineoliberal, que acumula forças no debate ideológico, na luta de massas, na luta institucional e que constrói a si mesmo.

61. O tema da construção do Partido é muito importante, pois, de certa forma, o PT deve antecipar, no seu funcionamento interno, aquilo que desejamos para a sociedade.

62. Queremos ser um partido de milhões. Temos apenas 1.800.000, precisamos de muito mais.

63. Queremos milhões de pessoas conscientes, por isso precisamos de formação política, de meios de comunicação internos e de instituições como a Fundação Perseu Abramo.

64. Queremos que estes milhões interajam com o restante da sociedade, por isto precisamos de comunicação de massas, setoriais, núcleos de base e diretórios que funcionam permanentemente.

65. Queremos que o Partido expresse a classe trabalhadora, por isso precisamos de jovens, de negros, de mulheres, de expressão regional. Daí as cotas.

66. E queremos que o Partido seja dirigido por si mesmo, o que significa que deve haver eleições periódicas, liberdade de opinião e organização de tendências, funcionamento intenso.

67. Por fim: estamos num momento muito especial da vida do Brasil, da América Latina e do mundo. No mundo, há uma enorme crise, uma crise do capitalismo, combinada com grandes transformações: uma potência ainda poderosa, mas que vai perdendo espaço; e novos polos de poder que vão emergindo, entre eles o próprio Brasil e nosso continente.

68. Portanto, estamos num momento muito perigoso, mas também cheio de esperanças e possibilidades. O que vai predominar? Depende, em parte, de todos nós e de cada um de vocês. Por isso, para vocês que estão entrando no PT, o que dizemos é sejam bem-vindos e ao trabalho, que há muita luta, uma boa luta, para travarmos juntos por um mundo e um Brasil sem opressão nem exploração.

O XVIII ENCONTRO DO FORO DE SÃO PAULO

Valter Pomar¹, em 20 de julho de 2012

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo foi realizado entre os dias 3 e 6 de julho de 2010, na cidade de Caracas (Venezuela). Participaram delegados(as) e convidados(as) de mais de cem organizações, em sua maioria latino-americanas e caribenhas, mas também europeias, africanas e asiáticas. O PT participou com uma delegação integrada, entre outras pessoas, pela secretária de Relações Internacionais (SRI), Iole Iliada; pelo secretário de Movimentos Sociais, Renato Simões; pelo secretário nacional de Cultura, Edmilson Souza Santos; pelo secretário nacional de Juventude, Jefferson de Lima; pela secretária nacional de Combate ao Racismo, Cida Abreu; pela secretária nacional de Mulheres, Laisy Moriére; por vários membros do Diretório Nacional, entre os quais Joaquim Soriano, José Dirceu e Luiz Dulci; por integrantes da equipe da SRI e da Fundação Perseu Abramo; e também pelas senadoras Ana Rita (ES) e Ângela Portela (RR).

O Partido também contribuiu com a distribuição, a todas as delegações que assistiram ao XVIII Encontro, de uma revista de 44 páginas, com textos em espanhol, sobre o Brasil, os governos Lula e Dilma, os diversos aspectos da ação partidária e, ainda, com nossa opinião sobre a conjuntura latino-americana. Por fim, durante a plenária de encerramento, coube a Luiz Dulci apresen-

1. 1. Valter Pomar é membro do Diretório Nacional do PT e secretário executivo do Foro de São Paulo.

tar o vídeo com a mensagem do companheiro Lula ao XVIII Encontro do Foro de São Paulo. Lula fez um balanço da trajetória da esquerda latino-americana e caribenha agrupada no Foro e declarou, com todas as letras, que a vitória de Chávez será uma vitória do conjunto da esquerda regional.

A memória do encontro será divulgada, incluindo as atas das reuniões do Grupo de Trabalho e das três secretarias regionais (Cone Sul, Andino-Amazônica e Mesoamérica e Caribe), a síntese das 14 oficinas, três encontros (de jovens, de mulheres e de parlamentares) e dois seminários (um sobre governos e outro sobre descolonização), além do documento-base, as resoluções e moções, bem como a Declaração Final. Toda essa documentação (incluindo vídeos) pode ser acessada nas páginas eletrônicas do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo.

Ainda no mês de agosto, o Grupo de Trabalho se reúne para discutir como implementar o plano de trabalho aprovado, com destaque para a solidariedade com o povo, o governo e a esquerda venezuelanos, que caminham para vencer a eleição presidencial de 7 de outubro, mas enfrentam desde já e seguirão enfrentando depois os ataques da direita local e do imperialismo estadunidense. A primeira atividade de solidariedade ocorre no dia 24 de julho, quando esperamos que em todo o mundo se promovam atividades em torno do aniversário de Simon Bolívar e de apoio à reeleição de Hugo Chávez.

A reunião do Grupo de Trabalho terá grande importância, porque, além das tarefas imediatas, discutiremos o próprio funcionamento cotidiano do Foro de São Paulo. Criado no início dos anos 1990, noutra época histórica, o Foro possui debilidades organizativas que precisam ser urgentemente superadas. Não é fácil fazer isso, entre outros motivos porque é e deve continuar sendo um espaço plural do ponto de vista político-ideológico. Portanto, soluções que poderiam ser cabíveis numa Internacional centralizada não são exequíveis num espaço com as características do Foro

de São Paulo, que funciona na base do consenso, do respeito e da tolerância. Algumas das ações e medidas necessárias já foram debatidas em reuniões anteriores do Grupo de Trabalho:

1. A implementação de campanhas continentais e mundiais (por exemplo, a campanha de solidariedade a Venezuela, que foi objeto de uma resolução específica do XVIII Encontro);

2. A solidariedade para com as organizações do Foro em determinados países (os casos mais urgentes, nesse momento, são os de Honduras e Paraguai);

3. Sempre e quando solicitado pelas respectivas organizações nacionais, participar do debate e ajudar a enfrentar coletivamente os desafios locais (é o caso do Peru e de El Salvador, onde, por diferentes motivos, a presença do Foro pode jogar um papel importante);

4. Ampliar o intercâmbio de ideias, de informações, de experiências e de militantes entre as organizações integrantes do Foro de São Paulo (por exemplo, através de uma escola latino-americana);

5. Organizar de maneira mais sistemática o debate sobre os grandes temas estratégicos, como a natureza do capitalismo do século 21, o balanço das tentativas de construção do socialismo no século 20, nossos caminhos para o poder na América Latina etc.;

6. Melhorar o funcionamento do Grupo de Trabalho, das secretarias regionais e da secretaria executiva (o que exigirá, entre outras coisas, que alguns partidos encarreguem dirigentes para cuidar especificamente das questões do Foro de São Paulo).

Essas e outras medidas com o objetivo de superar nossas debilidades organizativas devem respeitar uma cláusula pétrea: manter a natureza original do Foro, ou seja, seu caráter plural e com decisões consensuais. A experiência dos últimos 20 anos mostrou que essa natureza não é um obstáculo nem para os avanços práticos nem para os acertos teóricos. Em contrapartida, há vários exemplos do fracasso de outras experiências internacionais, mais centralizadas e homogêneas. Mas, nos últimos cinco anos,

a experiência revelou que é preciso buscar mais consensos e fazer maiores esforços para levar tais consensos à prática. Também nisso o Partido dos Trabalhadores está chamado a continuar jogando um papel importante no Foro de São Paulo. Hoje, por decisão do Grupo de Trabalho, o PT indica o secretário executivo do Foro. Caso a próxima reunião do GT mantenha essa indicação, o partido precisa responder em dois sentidos: primeiro, ampliando os recursos humanos disponíveis para a tarefa; segundo, ampliando o intercâmbio entre os países da região e o Brasil. O ideal é que o PT, além do secretário executivo e da secretaria técnica, disponibilize mais três dirigentes, que possam acompanhar de maneira permanente as secretarias regionais: Cone Sul, Andino-Amazônica, Mesoamérica e Caribe. Esse reforço é indispensável para dar conta das tarefas indicadas anteriormente e de outras que certamente serão aprovadas na reunião do Grupo de Trabalho.

No terreno do intercâmbio, cito algumas iniciativas que podem ser adotadas: um plano de publicações, em português, sobre temas latino-americanos e caribenhos (com destaque para as experiências dos governos progressistas e de esquerda); um plano de publicações, em espanhol, das experiências e opiniões políticas do Partido dos Trabalhadores; o intercâmbio sistemático de delegações, especialmente entre jovens; e um plano de visitas de dirigentes petistas a todos os países da região. A situação brasileira é pouco conhecida, o que colabora para uma leitura equivocada acerca do papel que nosso país joga na região. Por exemplo: a reativação da IV Frota, o golpe do Paraguai e a tentativa de impedir a adesão da Venezuela ao Mercosul têm diversos objetivos e alvos. Mas está claro para nós, embora nem sempre esteja claro para todos, o quanto a direita e o imperialismo consideram crucial cercar e recuperar o Brasil para sua órbita de influência. Até por isso, o empenho do governo brasileiro para o êxito da integração regional (por meio de organismos como a Celac, a Unasul e o Mercosul, entre outros) e o do PT para o êxito da esquerda regional (com o

fortalecimento do Foro de São Paulo, por exemplo) constituem não apenas um ato de solidariedade para com os demais, mas também atitudes que contribuirão para o êxito do processo brasileiro. O momento atual torna esse empenho ainda mais urgente.

A principal característica da conjuntura latino-americana continua sendo a forte presença da esquerda, seja hegemonizando governos, seja protagonizando a oposição dos principais países da região. Mas também é verdade que, já há alguns anos, está em curso uma contraofensiva da direita e do imperialismo. Exemplo disso foi o que se passou em Honduras, mas também no Panamá, em Costa Rica e no Chile, para ficar apenas nesses casos. O ocorrido no vizinho Paraguai confirmou aquilo que, a partir do Foro de São Paulo, temos alertado seguidamente: está em curso uma contraofensiva das forças de direita, que é facilitada pelos efeitos da crise internacional, assim como pelas debilidades e contradições dos governos progressistas e de esquerda. Sobre esse último aspecto, podemos dizer que a ofensiva iniciada entre 1998 e 2002, com as eleições de Chávez e Lula, parece estar encontrando seus próprios limites. E as forças de direita, não apesar da crise, mas exatamente por causa da crise internacional, deflagraram desde a eleição de Obama (!) uma contraofensiva, que, por enquanto, vem nos golpeando nos elos mais fracos, como Honduras e Paraguai.

Quando no Foro de São Paulo começamos, há alguns anos, a falar dessa contraofensiva, não eram poucos os que discordavam, chamando atenção para nossas fortalezas e avanços, assim como para as contradições no campo inimigo. Tudo verdade. Acontece que, mesmo nos marcos de uma contraofensiva do inimigo, podemos obter vitórias — ainda que algumas possam reacender velhos problemas, como em certa medida está se passando no Peru após a vitória de Ollanta Humala. Também é verdade que as dificuldades e contradições no campo inimigo são imensas. Mas não se confundam as coisas: a contraofensiva da direita faz parte do esforço deles exatamente para enfrentar suas crises e contradições. Assim

é que avançamos mais sob o governo Bush, do que sob o governo Obama.

Assim é que a crise na Europa produz resultados contraditórios, como ocorreu nas eleições francesas e gregas. Assim é que prossegue a escalada militar, com riscos cada vez maiores de Síria e Irã serem convertidos pelo imperialismo no epicentro de um conflito de imensas proporções. Assim é, também, que voltamos a ouvir a palavra golpe no Cone Sul. Esse debate de fundo acerca da conjuntura internacional e latino-americana tem relação com o que estamos vendo nas eleições 2012 no Brasil, tema que evidentemente escapa dos objetivos deste texto. Assim, cabe apenas reiterar o que já dissemos antes: o XVIII Encontro foi um grande sucesso, mas, para enfrentar a atual conjuntura, precisamos de mais e melhor Foro de São Paulo, e isso será tanto mais fácil de conseguir quanto mais o PT possa contribuir.

*Texto publicado originalmente no blog de Valter Pomar. Disponível aqui: <https://valterpomar.blogspot.com/2012/07/texto-para-revista-teoria-e-debate.html>.

